

PPGCOM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO

FIC
FACULDADE DE
INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO



Comunicação, Estado e Cidadania

Claudomilson Fernandes Braga
Simone Antoniaci Tuzzo
Carlos Henrique Martins
Organizadores

CEGRAF

PPGCOM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO

FIC
FACULDADE DE
INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO



Comunicação, Estado e Cidadania

Claudemilson Fernandes Braga
Simone Antoniaci Tuzzo
Carlos Henrique Martins
Organizadores

**FACULDADE DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO**

Angelita Pereira de Lima
Diretora

Erinaldo Dias Valério
Vice-Diretor

Rosana Maria Ribeiro Borges
Coordenadora do PPGCOM - UFG

Douglas Farias Cordeiro
Vice-Coodenador do PPGCOM - UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Edward Madureira Brasil
Reitor

Sandramara Matias Chaves
Vice-Reitora

Diretora do Cegraf UFG
Maria Lucia Kons

CONSELHO EDITORIAL

Ana Carolina Rocha Pessoa Temer
Universidade Federal de Goiás – UFG

Ana Rita Vidica Fernandes
Universidade Federal de Goiás – UFG

Andréa Pereira dos Santos
Universidade Federal de Goiás – UFG

Antonio Fausto Neto
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisi-
nos

Claodomilson Fernandes Braga
Universidade Federal de Goiás – UFG

Daniel Christino
Universidade Federal de Goiás – UFG

Goiamérico Felício Carneiro dos Santos
Universidade Federal de Goiás – UFG

Jairo Ferreira
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisi-
nos

Janaina Vieira de Paula Jordão
Universidade Federal de Goiás – UFG

José Luiz Braga
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisi-
nos

Luciano Alves Pereira
Universidade Federal de Goiás – UFG

Luiz Antonio Signates Freitas
Universidade Federal de Goiás – UFG

Magno Luiz Medeiros
Universidade Federal de Goiás – UFG

Márcia Perencin Tondato
Escola Superior de Propaganda e Marketing –
ESPM

Rosana Maria Ribeiro Borges
Universidade Federal de Goiás - UFG

Simone Antoniaci Tuzzo
Universidade Federal de Goiás – UFG

Suely Gomes
Universidade Federal de Goiás – UFG

Tiago Mainieri de Oliveira
Universidade Federal de Goiás – UFG

Capa:
Luca Tuzzo

Projeto Gráfico:
Luca Tuzzo e Carlos Henrique Martins

Editoração eletrônica:
Carlos Henrique Martins

Preparação dos Originais e Revisão Geral:
Claudomilson Fernandes Braga, Simone Antoniaci Tuzzo e Carlos Henrique Martins,

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GPT/BC/UFG

C741 Comunicação, Estado e cidadania [Ebook] / Organizadores, Claudomilson Fernandes Braga, Simone Antoniaci Tuzzo, Carlos Henrique Martins. – Goiânia: Cegraf UFG, 2020. 111 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-86422-58-0

1. Comunicação. 2. Estado. 3. Cidadania. I. Tuzzo, Simone Antoniaci. II. Braga, Claudomilson Fernandes. III. Martins, Carlos Henrique. IV. Faculdade de Informação e Comunicação. V. Universidade Federal de Goiás.

CDU: 316.77

Bibliotecária responsável: Amanda Cavalcante Perillo / CRB1: 2870

SUMÁRIO

CIDADÃO, CIDADANIA E O DIREITO À CIDADE - NOTAS INTRODUTÓRIAS	06
Simone Antoniaci Tuzzo Claudomilson Fernandes Braga	
DAS CARACTERÍSTICAS ENUNCIATIVAS DO JORNALISMO POSITIVO: UMA ANÁLISE INTRODUTÓRIA	14
Guilherme Lucian Ângela Teixeira de Moraes	
TELEJORNALISMO LOCAL VERSUS TELEJORNALISMO COMUNITÁRIO: A CIDADANIA ASSISTIDA	25
Bernadete Coelho de Sousa Ana Carolina Rocha Pessoa Temer	
COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL INCLUSIVA: A PESSOA COM DEFICIÊNCIA COMO DESAFIO PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA CORPORATIVA	35
Daniela Priscila de Oliveira Veronezi Tiago Mainieri	
IMPRENSA ALTERNATIVA E CIDADANIA: EXPERIÊNCIAS DE JORNALISMO NOS CONTEXTOS DA DITADURA MILITAR E NA SOCIEDADE WEB	48
Kalyne Menezes Rosana Borges	
A NEGAÇÃO COMUNICACIONAL DA CIDADANIA: O QUE AS FAKE NEWS DO BOLSONARISMO NO BRASIL TEM A NOS ENSINAR SOBRE COMUNICAÇÃO	60
Maiara Raquel Campos Leal Luiz Signates	
AS NOVAS DCNS DO CURSO DE JORNALISMO E SUAS RELAÇÕES COM A CIDADANIA	77
Mayara Jordana Sousa Santana Ângela Teixeira de Moraes	
MINISTÉRIO DA SAÚDE X FAKE NEWS: AS TICS NO COMBATE E NA DISSEMINAÇÃO DA DESINFORMAÇÃO	92
Rafael Borges Marques Tiago Mainieri	
CONHEÇA OS ORGANIZADORES	111

CIDADÃO, CIDADANIA E O DIREITO À CIDADE

Notas Introdutórias

Simone Antoniaci Tuzzo
Claudomilson Fernandes Braga

Os trabalhos que compõem esse e-book foram produzidos originalmente como requisito para conclusão da disciplina de Estudos Avançados em Comunicação, Estado e Cidadania I, ministrada pelos professores Pós-Doutores Simone Antoniaci Tuzzo e Claudomilson Fernandes Braga no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, no primeiro semestre de 2019. Posteriormente, cada trabalho foi adaptado para compor esse livro, pois os alunos/autores trabalharam cada capítulo junto aos seus professores/orientadores e assim nasceu essa obra.

Contudo, ler esses capítulos em uma fase de transição da sociedade que adormeceu em 2019 com uma realidade e acordou em 2020 com a triste notícia de uma pandemia, denominada Covid-19, que modificou tudo o que existia em termos de pensamento social com o isolamento obrigatório, nos faz refletir sobre vários aspectos abordados nesses trabalhos, entre eles, os termos que compõem o nome da disciplina ministrada e, por isso, que balizam os autores, mas também a certeza de que esse deveria ser o título desse livro, porque, entre as grandes transformações sociais de um mundo trans e pós pandemia, a Comunicação, o Estado e a Cidadania estão sendo colocados em questionamento sobre suas funções e atuações.

A disciplina teve como eixo central a realização de pesquisas sobre a relação entre a comunicação e as dinâmicas sociais e políticas contemporâneas, com ênfase na afirmação da cidadania e da democracia, numa perspectiva em que os processos comunicacionais são vistos como centrais na construção da sociedade democrática e cidadã. A natureza da estrutura das intervenções midiáticas na formação e dinâmica de esferas públicas democráticas, plurais e emancipatórias para a construção da Cidadania também faziam parte das reflexões e inquietações.

A relação e interdependência entre a Comunicação, o Estado, a ocupação dos espaços públicos e sociedade civil a partir da Comunicação pública e suas correlações com as possibilidades de uma esfera pública ampliada, bem como as tecnologias digitais e seu papel na construção da cidadania também foram estudados nessa disciplina priorizando as relações entre Mídia e Cidadania.

Entre os pontos de reflexão para as pesquisas e possíveis temas, o eixo central versava sobre o conceito de cidadania pela mídia como algo que extrapola os conceitos clássicos daquilo que é cidadania e de tal forma os esgota, fazendo com que tudo hoje seja sinônimo de construção de cidadania. Assim questionávamos:

1) Se tudo é cidadania, obter um dos pontos declarados de pertencimento social já faz de cada pessoa um cidadão?

2) Quantos elementos constitutivos da cidadania são necessários para fazer com que uma pessoa seja considerada cidadã?

3) A falta de um dos elementos considerados essenciais para a construção da cidadania torna uma pessoa menos cidadã, ou subcidadã? Se o direito à informação está inserido no processo de construção da ci-

dadania, a participação dos indivíduos nos meios de comunicação de massa, com direito a voz, torna-os mais cidadãos do que aqueles que não possuem acesso?

Entre os objetivos, os estudos previam:

- Compreender as dinâmicas sociais e políticas contemporâneas com base nos discursos midiáticos;
- Fazer uma releitura de autores/pensadores que fundamentaram suas críticas sociais também na crítica à comunicação midiática.
- Compreender o que é cidadania e o que é subcidadania a partir do discurso midiático.
- Compreender qual o papel do Estado na garantia da cidadania.
- Compreender o direito à cidade como princípio de cidadania.

Hoje, julho de 2020, quando editamos essa obra, há muitos pontos de reflexão pela desconstrução social que a sociedade vive diante de um risco provocado pela pandemia. Mas, entre todas as mudanças ligadas à Comunicação, ao Estado e à Cidadania, gostaríamos de nos debruçar sobre aquela que inicia e que faz com que para ela se convirja boa parte do que deveríamos nos preocupar e que se tornou muito aparente e alvo de conflitos no Brasil em tempos de isolamento, ou seja: O direito à cidade como princípio de cidadania.

Entre os vários aspectos de reflexão sobre a cidade, a pandemia desafiou e colocou em dúvida a lógica de crescimento da cidade com apartamentos minúsculos e espaços de lazer compartilhados, mostrando que as antigas casas com quintais seriam, nesse momento, absolutamente eficazes para a saúde mental e física dos confinados. Assim, as ideias de arquitetos e urbanistas determinados em colocar cada vez mais pessoas em um ininterrupto crescimento urbano passou a merecer outros prismas de possibilidade.

O direito ao lazer da cidade finda com a possibilidade de transformar a residência em espaço de lazer com a compra de equipamentos e tecnologias de distração? E o direito ao consumo? A frequentar espaços de compra? Tudo passou a ser on-line?

Assim, como dizia Harvey (2014) em *Cidades Rebeldes*, o direito à cidade é maior do que o direito dos cidadãos aos recursos que a cidade tem. É o direito de mudar e reinventar a cidade a partir de suas aspirações e desejos, o que depende do exercício coletivo do poder sobre os processos de urbanização.

Ou seja, há um direito do cidadão, mas há, acima dele, uma dependência de instâncias superiores, ou seja, do Estado. Assim, a lembrança de que ao lado do direito, existe o dever.

Sobre o “direito à cidade”, necessário retornar ao pensamento de Lefebvre (1968), pois foi ele quem escreveu com muita propriedade o termo ao refletir sobre a perspectiva revolucionária do *Le droit à la ville* como uma queixa e uma exigência à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade de Paris.

Naquela época, Lefebvre pensava na necessidade de criação de uma ordem para encarar a crise e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida, mas também, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade impossível de se conhecer.

Uma das novidades impossíveis de se conhecer anunciada por Lefebvre ganhou nome e sobrenome no final de 2019 quando o Covid-19 nasceu. O nome é uma junção das primeiras sílabas das palavras COronaVI-rus Disease (doença do corona vírus) e 19 faz referência ao ano em que foi descoberto, 2019, na China, com os primeiros casos na cidade de Wuhan, espalhando-se pelo mundo.

O direito ao deslocamento ou o “direito de ir e vir” descrito por Marshall (1967) fez com que as pes-

soas fossem, adquirissem a doença e viessem, trazendo o vírus para todos os cantos do planeta. Esse movimento feito inúmeras vezes e ininterruptamente continua a garantir o direito do cidadão, mas também coloca em cheque os seus deveres, pois, como diz Sampaio (1999)

A cidadania é responsabilidade perante nós e perante os outros, consciência de deveres e de direitos, impulso para a solidariedade e para a participação, é sentido de comunidade e de partilha, é insatisfação perante o que é injusto ou o que está mal, é vontade de aperfeiçoar, de servir, é espírito de inovação, de audácia, de risco, é pensamento que age e acção que se pensa. (SAMPAIO, 1999, prefácio)

Devemos lembrar que a ideia de cidade e de cidadania, ou seja, o cidadão como o habitante da cidade tem origem latina, civita - civitatis (a cidade e o cidadão). Nas cidades-Estado da Grécia Clássica, apesar de poucos estarem qualificados para serem cidadãos, a palavra remetia a dois significados básicos, habitante ou natural da cidade, com direitos de pertencer a esse local e uma relação de deveres a serem seguidos.

Marshall (1967), em seu modelar estudo de 1949, divide a cidadania moderna em três dimensões, fundada em bases institucionais distintas: a primeira é a cidadania civil, que tem como princípio básico a liberdade individual, tais como o direito de ir e vir; a igualdade perante a lei; o direito de propriedade e o direito à presunção de inocência. A segunda é a cidadania política, que trata do direito a participar do exercício do poder público tanto diretamente, pelo governo, quanto indiretamente, pelo voto. E a terceira é a cidadania social, ou seja, a Justiça Social, o direito à educação, à saúde, ao emprego, a um salário justo e à comunicação.

Entre os direitos à comunicação e à cidadania, garantindo que o direito de ir e vir, de viver a cidade também perpassa pela comunicação e pela informação do Estado sobre os direitos e deveres do cidadão. Em tempos de epidemia, informação sobre quem e quanto pode ir, pode vir e para onde?

Nesse ínterim, vimos aflorar uma grande disputa entre o Estado, a Cidade e o cidadão durante a pandemia da Covid-19 no primeiro semestre de 2020 em muitas cidades do mundo, em especial no Brasil, com problemas de toda ordem para conter a proliferação do vírus que coloca o Brasil como o segundo País do mundo em número de mortes pela doença.

Em especial, o embate das determinações sobre a necessidade de ficar em casa, o isolamento social, a proibição das aglomerações e o obrigatório uso de máscaras de proteção para circular em locais públicos. Isso só para citar alguns dos pontos polêmicos que causam situações de debate entre as autoridades de controle da cidade e os cidadãos.

Diversos são os casos narrados midiaticamente e que causam a divisão de opiniões em situações em que o direito tenta se sobrepor ao dever, causando um embate sobre o direito individual e o direito coletivo. Vale lembrar que o desrespeito às determinações de decretos federais, estaduais ou municipais que obrigam o uso de máscaras pode ser enquadrado como crime contra a saúde pública.

As situações de agressões contra autoridades (fiscais, agentes de segurança, guardas municipais e estaduais) que orientam sobre o uso de máscaras e punem aqueles que desrespeitam as regras se tornou algo comum, aliás, mais do que comum, inexplicável. Abaixo alguns exemplos publicados pelo BEM ESTAR G1 que podem dar uma dimensão do problema no País.

No Paraná, em abril, uma pessoa morreu em um supermercado. O caso ocorreu na cidade de Curitiba quando um homem tentava entrar em um supermercado sem a máscara e foi impedido pelos seguranças, que agiam baseados em um decreto municipal que obrigava o uso do equipamento de proteção individual (EPI) dentro de estabelecimentos comerciais. Os dois entraram em atrito e houve um disparo de um tiro que acidentalmente atingiu e matou uma funcionária do supermercado.

Em julho o desembargador Eduardo Almeida Prado Rocha de Siqueira, do Tribunal de Justiça de São Paulo humilhou um guarda municipal da cidade de Santos, no litoral do Estado, após receber uma multa por circular a pé pela praia sem o uso da obrigatória máscara. Em um vídeo que chocou o país, as imagens mostram o desembargador chamando o guarda de analfabeto, discutindo, humilhando, telefonando para o secretário de segurança pública do município, exercendo claro abuso de autoridade e, por fim, rasgando a multa e a jogando no chão. Em um momento da fala do desembargador ele diz frases como: “agora você vai manter cidadão” (fazendo referência à postura do agente de segurança) e alega que “decreto não é lei e ele não precisa cumprir”.

As duas frases fazem referência direta a colocar-se, enquanto desembargador, acima da lei e acima do que, para ele, ser cidadão. Em sua fala, fica claro que cidadão é o outro, que ele classifica como analfabeto, desqualificado e por isso não tem nome, tampouco cargo, por isso, cidadão. Além disso, como desembargador se sente no direito de cumprir ou não o decreto, pois, o objetivo do decreto que é a segurança dele e de todos está abaixo de um decreto não ser lei, colocando a questão burocrática em primeiro plano e a segurança em segundo. Curioso que a sociedade compreende que os conhecedores das leis e das ordens é que deveriam dar o exemplo para aqueles pouco instruídos, mas, na prática, nem sempre isso acontece.

Outro exemplo ocorreu em Goiás, na Cidade de Catalão, onde um cliente atacou um comerciante idoso ao ser alertado que necessitava do uso da máscara para adentrar em seu estabelecimento comercial. Imagens gravadas por câmera de segurança mostram o senhor de 76 anos agonizando no chão após ser atacado e empurrado pelo homem que não aceitou a determinação para adentrar em um bar.

Outro caso que teve grande repercussão foi de um cliente em uma farmácia na Grande São Paulo, na cidade de Itaquaquecetuba que ao ser flagrado sem a máscara recebeu o equipamento gratuitamente de uma funcionária, mas o colocou na cabeça, em forma de tiara, dizendo que o uso era obrigatório e ele usaria da forma que desejasse. Ninguém o obrigaria a usar no rosto, cobrindo nariz e boca, como prevê o bom senso de qualquer cidadão.

Em maio um policial militar aposentado agrediu um homem em União dos Palmares, na Zona da Mata em Alagoas que o questionou por estar sem máscara caminhando pelas ruas da cidade.

Em Barueri, na Grande São Paulo o porteiro de um prédio foi insultado por um morador que circulava nas dependências do condomínio sem o uso da máscara. No áudio gravado pelo condomínio, o porteiro foi humilhado ouvindo as seguintes palavras:

Se eu quiser sair sem máscara, eu saio sem máscara. Você não tem nada a ver com a minha vida. Você tem só que abrir o portão pra mim. Eu vou onde eu quiser sem máscara. Quero saber quem te deu o direito de me questionar? Você é o porteiro. Você não tem o direito de falar, uma vez que eu não dirigi a palavra a você. Eu não tenho amizade com você. Você é apenas um funcionário. (BEM ESTAR G1)

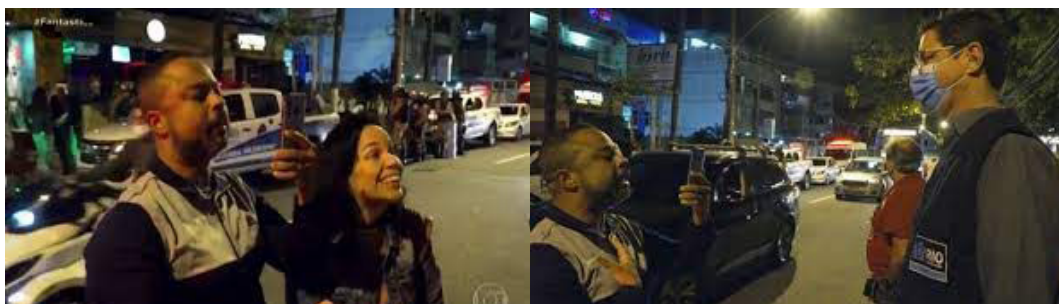
O que chama muito a atenção na análise do discurso do morador que agride verbalmente o porteiro do prédio são as expressões “eu vou onde eu quiser”; “quem te deu o direito de me questionar” e “você não tem o direito de falar”. Esse discurso que marca a relação entre quem manda e quem obedece diante de uma marcada relação social onde o morador do condomínio se sente superior ao funcionário, destacando uma relação hierárquica, bem como a sua auto-autoridade que lhe auto-confere o direito de ir onde quiser, reafirmando o direito de ir e vir, independentemente de uma relação social e um bem maior que é a segurança de toda uma população que precisa da união de todos para lutar contra um inimigo comum, ou seja, a pandemia da Covid-19. Aqui, o direito de ir e vir se sobrepõe, na visão do morador, ao dever de cumprir uma determinação de cuidado com a saúde individual e coletiva.

Em outro caso, igualmente emblemático e massivamente difundido na mídia, aconteceu no Rio de Ja-

neiro e a cena trouxe à tona a seguinte frase: “Cidadão não, engenheiro civil, formado, melhor do que você!”.

Esta expressão carregada de preconceito e arrogância foi dita por uma mulher, quando ela e o marido foram abordados pelo superintendente de Inovação, Pesquisa e Educação em Vigilância Sanitária, Fiscalização e Controle de Zoonoses da prefeitura do Rio de Janeiro durante uma inspeção na região da Barra da Tijuca por conta da Pandemia da Covid-19.

Sem máscaras o casal que estava em um restaurante no momento da abordagem ofendeu o fiscal dizendo ainda: “A gente paga você, filho. O seu salário sai do meu bolso”.



Casal abordado pelo fiscal alvo da hostilização, que é doutor em Ciências Veterinárias na área de Sanidade Animal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (FotosReprodução/TV Globo/g1.globo.com)

Tuzzo (2014) afirma ser comum que no momento de uma abordagem de alguma autoridade policial sobre um intelectual, ele ser tratado por senhor, às vezes por doutor e, na maioria das vezes ser tratado pela profissão ou formação superior que possui. Assim, quando um policial aborda um engenheiro, um médico, um arquiteto, a referência usada é o título, mas se há uma abordagem de alguém mais pobre, humilde, a referência usada é de cidadão. Há uma retórica pejorativa de impacto coletivo do significado de cidadania e isso se reflete na sociedade que vai identificando em diversos movimentos a relação de cidadania e pobreza. Quem nunca ouviu a autoridade dizer: “E aí cidadão? Tá na rua fazendo o quê?”.

Dessa forma, e pela representação social da palavra cidadania, uma pessoa com qualificação superior, no caso acima do engenheiro, ser chamado de cidadão é uma ofensa, pois eu não sou um desqualificado, sou engenheiro, por isso, não sou cidadão.

Para Tuzzo (2014) o processo se complica ao verificar que o conceito midiático de cidadania impera-se na figura do assistencialismo estatal, do atendimento emergencial, da resolução parcial dos problemas que, supostamente, já deveriam ter sido superados como o esgoto, asfalto, segurança, saneamento, educação etc., que devem o estado deve garantir ao cidadão. Os demais moradores da cidade buscam esses bens a partir do seu poder de compra com escolas particulares, condomínios fechados e seguros, transporte particular.

Ser cidadão, nesta lógica, está mais para pedinte, deficiente, pobre e ignorante do que para um indivíduo consciente e com uma conduta embasada em valores éticos vigorosos, centrados no individual, mas, também, na coletividade, na dignidade e liberdade para decisões! Ser cidadão, afora a identidade de eleitor, hoje no Brasil, é ser também um indivíduo periférico, alheio e fora dos centros decisórios. Só se é cidadão para votar e não para participar dos processos de decisões, tampouco para desfrutar da cidade.

Assim, o direito de ir e vir também se junta, nesse episódio, ao direito de não querer ser tratado por cidadão, não porque ser cidadão seja algo ruim, mas por completa deturpação da expressão diante do que ela representa para a sociedade, ou seja, a representação social da cidadania é algo contrário à própria cidadania.

Ter direitos e deveres durante uma pandemia é algo a ser aprendido, algo que já deveria estar sacramentado, mas que, como se vê no Brasil, é algo muito discutido. A liberdade de ir e vir, tão importante para o desenvolvimento social e que deve ser garantida pelo Estado se transforma em um dever do Estado de garantir

que só se vá ou se venha com as regras impostas pela saúde de todos.

Assim, este livro com foco na comunicação, no Estado e na Cidadania ganha uma dimensão de ser reflexão e história no momento em que os artigos que o compõem foram escritos em um momento social completamente diferente do existente em 2020 e que provavelmente nunca mais será como antes. A sociedade anda para frente e as experiências adquiridas com as transformações certamente mudarão as formas de existência.

Além desse prisma do direito à cidade, os artigos que integram esse livro versam sobre a cidadania, o Estado e a Comunicação de uma maneira múltipla que reflete sobre o jornalismo, com o texto “Do Silêncio à Enunciação Positiva do Jornalismo: uma Tensão Comunicacional” de Guilherme Lucian e Ângela Teixeira de Moraes. O trabalho trata da busca de um sentido ético à comunicação – articulando-a a uma base existencial de vinculação pressuposta na enunciação positiva do jornalismo. Também a tensão entre disposição instrumental e entendimento comunicativo, expondo trilhas normativas a uma episteme que emerge quando são partilhadas as experiências de afetividade. Os autores discutem também em que medida o exercício jornalístico, ao operar por “silêncios”, deixa-se guiar por horizontes de justiça no plano da cidadania.

Bernadete Coelho de Sousa e Ana Carolina Rocha Pessoa Temer escrevem sobre o “Telejornalismo local versus telejornalismo comunitário: A Cidadania Assistida”.

O trabalho propõe uma reflexão sobre os conceitos de jornalismo comunitário e telejornalismo local dentro de um recorte de promoção da cidadania. Trata-se de uma pesquisa dentro do PPGCOM da UFG na linha de pesquisa Mídia e Cidadania, que busca fazer um levantamento qualitativo e quantitativo em quatro emissoras de TV locais. Este artigo buscou analisar como o telejornalismo local se apropria do termo jornalismo comunitário, e como essa prática se propõe a impactar na promoção da cidadania. O trabalho propõe uma atualização bibliográfica de conceitos como comunicação comunitária, cidadania, telejornalismo local e jornalismo comunitário. Os principais resultados apontam no sentido de que telejornalismo local busca uma aproximação com a comunidade, entretanto utiliza indevidamente do termo “comunitário”, que é usado como uma forma de conquistar a audiência sem necessariamente promover cidadania.

Daniela Priscila de Oliveira Veronezi e Tiago Mainieri discutem a «Comunicação organizacional inclusiva: a pessoa com deficiência como desafio para a construção da cidadania corporativa»

O artigo dedica-se a refletir acerca da importância da comunicação para a inclusão das pessoas com deficiência nas corporações, pois, segundo os autores, ainda que por imposição legal, esses sujeitos ocupam, cada vez mais, seus espaços de direito nas organizações, porém, a presença nesse ambiente não garante, automaticamente, que essa parcela da população se sinta parte dele e, nessa acepção, defende-se que a transposição das barreiras comunicacionais e a viabilização das interações entre os sujeitos em sua diversidade são essenciais para a inclusão social. O trabalho traz o panorama da comunicação organizacional no Brasil e, paralelamente, apresentam-se as conquistas desses sujeitos na contemporaneidade, em especial, com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovada, em 2006, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que culminou, em 2015, na instituição da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Esta investigação apoia-se, também, em estudos advindos da psicologia e do direito. Como resultado, os autores buscam demonstrar que a inclusão das pessoas com deficiência, enquanto prática social, é permeada em sua essência pela comunicação e, nesse contexto, emerge como um campo de estudo promissor para o estabelecimento da cidadania corporativa.

Kalyne Menezes e Rosana Borges apresentam a “Imprensa alternativa e cidadania: experiências de jornalismo nos contextos da Ditadura Militar e na sociedade Web”

O capítulo apresenta a Imprensa Alternativa e sua relação com a cidadania como ponto de partida, que traz também uma reflexão sobre o tema partindo de experiências desse tipo de jornalismo durante a Ditadura

Militar e na atualidade, com as possibilidades oferecidas pela Web. Durante o regime autoritário, são apresentados neste artigo alguns dos jornais chamados alternativos, que tinham como foco a resistência ao governo e a luta pela redemocratização, utilizando para isso a informação. Atualmente, as experiências nas plataformas online são ilustradas neste trabalho por meio de iniciativas em países da América Latina que têm sido destaque no modo de fazer jornalismo de uma maneira colaborativa e com ênfase na transparência e engajamento político. Para isso, o trabalho utiliza de pesquisa bibliográfica e relaciona conceitos de jornalismo, cidadania, história e memória, midiaticização e participação social.

Maiara Raquel Campos Leal e Luiz Signates trabalham a “Cidadania, comunicação e fakenews em tempos de bolsonarismo no Brasil”. Nesse texto os autores propõem uma reflexão em torno do conceito de cidadania e seu entrelaçamento com a ideia de comunicação no Brasil e como essas noções podem ter influenciado na ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018, trabalhando em três eixos, primeiro demonstrando como surge o Bolsonarismo no país, seguido de uma exposição e desenvolvimento da ideia de cidadania; após, discutem o papel que a comunicação e as fakenews podem ter desempenhado durante a campanha e a ascensão de Jair Bolsonaro ao maior cargo da república e as implicações desse governo para o desenvolvimento da cidadania no Brasil. Os resultados apontam no sentido de que a cidadania ainda é limitada a um pequeno grupo de pessoas que se auto intitulam cidadãos em detrimento de outros tantos que nas características discutidas no texto, os autores chamam de subcidadãos brasileiros, categoria que tem aumentado durante os primeiros meses do governo de Jair Bolsonaro como presidente do país.

Mayara Jordana Sousa Santana e Ângela Teixeira de Moraes escrevem sobre “As novas DCNs do curso de jornalismo e suas relações com a cidadania”. No artigo, discutem as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de bacharelado em Jornalismo, que foram instituídas a partir da Resolução do CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013, segundo uma perspectiva de associação desses direcionamentos para a educação jornalística, de modo que a cidadania, no estudo, é abordada no âmbito do jornalismo. São apresentados um breve histórico sobre o ensino em jornalismo no Brasil e a legislação educacional da área, com objetivo de debater a atual configuração do curso de jornalismo para formação do jornalista como um agente da cidadania, conforme as novas DCNs. Os resultados apresentam reflexões sobre a centralidade da cidadania na formação em jornalismo em atenção às novas diretrizes.

Rafael Borges Marques e Tiago Mainiere pesquisam o “Ministério da Saúde x fake news: as TICs no combate e na disseminação da desinformação”

Este trabalho reflete que enquanto doenças antes erradicadas voltam a assombrar autoridades, estudos apontam a crescente utilização da internet por grupos anti-vacina que ganham visibilidade nas redes sociais. Esses grupos defendem e compartilham a ideia que as vacinas fazem mal e criticam ações de governo e das organizações de saúde na promoção da imunização da população. Diante desse problema comunicacional surgido das novas formas de socialização oportunizadas pelas tecnologias de informação e comunicação, como o Ministério da Saúde tem respondido ao problema no âmbito da comunicação digital? O trabalho ancora-se em pesquisa bibliográfica a partir dos conceitos de Sociedade em Rede, Comunicação Pública e Desinformação, e pesquisa documental para análise do site e do canal Saúde Sem Fake News do Ministério da Saúde. Conclui-se que o órgão obedece a uma lógica comunicacional que prioriza a difusão de informações, que não dialoga com seu público, tampouco consegue atingir o indivíduo que adere ao discurso anti-vacina.

De tal forma que esta obra reflete não apenas o momento pandêmico que o mundo vive no que se refere à cidadania e como ela pode ser discutida e estudada, mas, sobretudo, reflete os diversos olhares do cidadão, da cidadania nas cidades. Cujas cidades, neste momento, não são as mesmas. Apesar do ir e vir das pessoas, a

cidade está emocionalmente isolada; a noção de cidadania nunca foi tão evidenciada e nunca foi tão aclamada como sendo a atitude a ser tomada, discutida e praticada.

Esperamos que gostem, aproveitem e tenham uma excelente leitura!

BIBLIOGRAFIA

BEM ESTAR G1. Desembargador em Santos, engenheiro no Rio: veja casos de desrespeito e agressão por alerta para uso de máscara e contra aglomeração. Publicado em 20/07/2020 Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/20/veja-casos-de-agressoes-por-pessoas-que-se-recusaram-a-usar-mascara.ghtml>>. Acesso em: 25 Jul. 2020

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana; tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

LEFEBVRE, Henri. Le droit à la ville. Paris. Éditions Anthropos, 1968.

MARSAHLL, Theodore. H. Cidadania e Classes sociais. In MARSHALL, Thomas H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p . 57 - 114.

SAMPAIO, Jorge. Prefácio. HENRIQUES, Mendo Castro [et alli.], Educação para a cidadania, Lisboa: Plátano, 1999.

TUZZO , Simone Antoniaci. Cidadão não, engenheiro civil, formado. Melhor do que você!. Disponível em: <<http://ptjrp.blogspot.com/2020/07/cidadao-nao-engenheiro-civil-formado.html>>. Publicado em: 8 Jul 2020. Acesso em: 25 Jul. 2020

TUZZO, Simone Antoniaci. O lado sub da cidadania a partir de uma leitura crítica da mídia. In: Comunidade, Mídia e Cidade: Possibilidades comunitárias na cidade hoje (Organizadoras: PAIVA, Raquel e TUZZO, Simone Antoniaci). Goiânia: FIC/UFG, 2014. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/3ec-c9a_0a2f98152cc34bfd82980922f99ac7bd.pdf>. Acesso em: 26 de Jul. 2020.

**DAS CARACTERÍSTICAS ENUNCIATIVAS
DO JORNALISMO POSITIVO:
UMA ANÁLISE INTRODUTÓRIA**



DAS CARACTERÍSTICAS ENUNCIATIVAS DO JORNALISMO POSITIVO: uma Análise Introdutória¹

Guilherme LUCIAN²
Ângela Teixeira de MORAES³

RESUMO

Neste trabalho nos inclinamos às ideias e aos conceitos de Michel Foucault em torno da questão do discurso para tratarmos a respeito de uma mudança epistêmica que serviu como resposta a novos acontecimentos históricos no interior do discurso jornalístico, ainda que de modo breve e sem as devidas costuras cognoscitivas que reservamos a outros estudos. Consideramos, nas entrelinhas de nossa fala, a espessura de um sentido ético à comunicação, articulando-o teoricamente em relação a uma base existencial de vinculação humana que está pressuposta na dizibilidade da análise de jornadas cívicas. Interessa-nos investigar preliminarmente as características enunciativas gerais do que se convencionou chamar de jornalismo positivo, com o propósito de entrever os primeiros traços das curvas de significações descritas pelas experiências de afetividade compartilhadas no plano da cidadania. Essa avaliação crítica se faz necessária para examinarmos até que ponto a narrativa jornalística pode servir como um símbolo de acolhimento ao cidadão, e parte da problematização se direciona à compreensão de uma noção de cidadania que depende dos processos comunicacionais de troca e de circulação simbólica dos sentidos sociais. Assumimos o pressuposto de que comunicar é agir com fins ao encontro de nossas humanidades, e, com isso, esperamos abrir clareiras a outras possibilidades de observação sistemática nessa área.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação. Jornalismo positivo. Discurso. Afetividade. Cidadania. .

A CARACTERÍSTICA ÉTICA DA ENUNCIÇÃO JORNALÍSTICA

Há uma tensão na configuração da narrativa do jornalismo, a qual é posta em relevo quando são organizadas numa tessitura de sentidos mais ou menos estáveis as conversas sociais de uma época inteira. Essa tensão é de ordem comunicacional, aliás, na medida em que, à trajetória de sua palavra viva, variam sem rumos delineáveis a lógica da dinâmica meramente transmissora dos eventos cotidianos e o esforço enunciativo de abertura responsável às realidades do cidadão.

O exercício jornalístico é historicamente correlacionado à urgência de ordenamento daquilo que há de mais aleatório, disperso e imprevisível numa realidade social, sendo-lhe característico um tipo próprio de relato cuja pretensão de relevância é consolidada segundo os termos do quadro referencial familiar que aos poucos torna consciente a si mesmo. E ao sustentar-se a partir dos fundamentos de uma suposta objetividade assumida como necessária, portanto, libera à cognição de seu tempo a ênfase específica que lhe ecoa o refrão das pronúncias. Mas há uma série de variáveis aí pressupostas, sim, sobretudo quando alteradas as direções esperadas à sua palavra — porque o caráter objetivo, por mostrar-se opositivo e não exatamente contrário à intuição do jornalista, abre clareiras a outras racionalidades que não são menos inteligíveis e nem mais sistemáticas se comparadas àquela que lhe serve de eixo orientador às normas instituídas. A depender das situações de fala, a narrativa da análise de jornadas pode ser circunscrita num horizonte que coordena sensibilidades de mundo a partir de experiências de estesia, isto é, de disposições sinceras às afetividades [com]partilhadas no plano da cidadania.

É a partir do século XXI, às alturas de seu início, que um tipo singular de jornalismo firma na história

1 Uma versão ainda rudimentar deste trabalho foi publicada nos anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR) em novembro de 2019. À edição deste livro, no entanto, foram alteradas algumas das proposições hipotéticas, e atualizadas as discussões teóricas relacionadas à noticiabilidade positiva do jornalismo para lhe atribuir um certo caráter de ineditismo.

2 Doutorando em Comunicação na Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás e acadêmico de Psicologia na Faculdade de Educação dessa mesma instituição. Goiânia, GO, Brasil. E-mail: guilhermelucian@discente.ufg.br

3 Prof^a. Dr^a. no Curso de Jornalismo da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação dessa instituição. Goiânia, GO, Brasil. E-mail: prof.atmoraes@gmail.com

uma curva ao padrão dizível de seus enunciados — considerando-se, sobretudo, o acontecimento à volta do que é dito —, especialmente por solicitar do cidadão uma mudança cognitivo-comportamental em relação à sua experiência com o mundo e também com a própria notícia. Convencionou-se dar a essa variação de narrativa o termo “positivo”, e são exemplos notórios os websites brasileiros “Só Notícia Boa”⁴, “Notícia Positiva”⁵ e “Jornal de Boas Notícias”⁶; os norte-americanos “Good News Network”⁷, “The Happy Newspaper”⁸ e “Sunny Skyz”⁹; franceses como “Le Journal des Bonnes Nouvelles”¹⁰, “Bonnes Nouvelles du Jour”¹¹, “20 Minutes”¹²; e os italianos “Positizie”¹³ e “Buone Notizie”¹⁴. A lista é exaustiva, e cada vez mais esse tipo de valor é entremeadado às estruturas pronunciáveis do relato jornalístico para estabelecer por convenção (e com base em uma medida variável de importância atribuída aos eventos do cotidiano) aquilo que será considerado como inspirador e subjetivamente benéfico à pessoa humana.

As iniciativas jornalísticas citadas trazem em seu bojo o desejo de inspirar positivamente as pessoas por meio de notícias de superação, de altruísmo e de práticas alternativas para uma vida sustentável. Buscam, ainda, mobilizar o lado humano mais gentil e solidário dos seus leitores, mas também com foco nas soluções dos problemas, e não apenas nas suas aparências espetaculosas e sombrias, como percebemos nas figuras abaixo retiradas das notícias de três websites:



**Imagem 1 — Notícia com apelo à paz
Músico troca armas por Instrumentos Para Reduzir a violência**

Fonte: Só Notícia Boa (30/07/20)



**Imagem 1.1 — Notícia sobre ação solidária na saúde
Estudo Do Brasil Pioneiro Com Pele De Tilápia Pode Ajudar Vítimas Do Líbano**

Fonte: Jornal de Boas Notícias (12/08/20)

-
- 4 Disponível em: <https://www.sonoticiaboa.com.br>
5 Disponível em: <https://noticiapositiva.com.br>
6 Disponível em: <https://jornaldeboasnoticias.com.br>
7 Disponível em: <https://www.goodnewsnetwork.org>
8 Disponível em: <https://thehappynewspaper.com>
9 Disponível em: <https://www.sunnyskyz.com>
10 Disponível em: <https://www.jdbn.fr>
11 Disponível em: <https://www.bonnesnouvellesdujour.fr>
12 Disponível em: <https://www.20minutes.fr>
13 Disponível em: <https://www.positizie.it>
14 Disponível em: <https://www.buonenotizie.it>



Figura 1.2 — Notícia sobre inclusão
Homeless people to receive free smartphones to help them stay connected¹⁵.
Fonte: Positive News (20/08/2020)

Esse fenômeno das boas notícias pode ser entendido a partir da noção de *episteme* de Foucault (2007a, 2007b), cuja análise arqueológica propõe que se verifiquem as condições de possibilidade de um saber. Essas condições podem ser entendidas como códigos de uma cultura emergente na contemporaneidade e que, neste caso, tem a psicologia positiva como carro-chefe de um esquema perceptivo que enuncia o poder dos “bons sentimentos” enquanto motor da sensibilidade humana. Esse saber estende-se a outros campos como o da filosofia popular e da religião e, no caso do jornalismo, imprimindo um modo de recorte da realidade voltado para a valorização do bem. Esse recorte se associa a outros saberes críticos dentro do próprio campo científico e profissional do jornalismo, que problematizou “negativo” enquanto valor de preferência para sua prática. Trata-se de uma nova postura comunicacional que dá relevo ao positivo e que, embora presente em uma formação discursiva anterior, agora aparece como protagonista.

Este texto, portanto, é demarcado pelo interesse de examinar essa espessura comunicativa na interface de estudos possíveis entre jornalismo e cidadania, sobretudo com o propósito de dar início ao relevo de questões teóricas associadas a uma pesquisa maior em desenvolvimento. Busca-se no tensionamento entre a *noticiabilidade positiva* e a narrativa jornalística hegemônica alguma centralidade comunicacional que sirva à compreensão de processos sociais contemporâneos, tentando então compreender o modo como ela se apresenta enquanto condição enunciativa ao projeto normativo da análise de jornadas, isto é, à sua articulação em função de uma base existencial humana que se efetiva na busca de um repertório ideal de sentidos e de saberes compartilhados.

Considera-se “comunicação”, e isto segundo os limites conceituais deste trabalho, o processo de troca e de circulação simbólica de sentidos que assegura em quaisquer níveis um vínculo social¹⁶; devidamente firmado no horizonte que se adensa em encontros de humanidades. E “cidadania”, portanto, a condição existencial pela qual, nesse mesmo horizonte, somos convocados à manutenção responsável dos laços cujos nós se estendem a inúmeras dimensões da vida. Eis porque aqui se enovelam tais noções, mas sem pretensão alguma de esgotá-las no eixo epistemológico proposto. Partamos então às reflexões.

Movimentos de autocritica permeiam desde há muito a atividade jornalística — os quais, de modo geral, orientam-se aos (re)arranjos da sua deontologia. A tensão que destacamos, aliás, situa-se no embaraço complicado entre as pressões exercidas por tendências mercadológicas e as propostas de conectar a enunciação noticiosa à vida cívica (CORREIA, 2010, p. 71). E é nesse ponto que a dizibilidade do jornalismo, especialmente quando articulada em função de seu aspecto mais positivo, pode talvez operar como uma experiência midiática comunicativa — na medida em que o horizonte de retidão aí pressuposto norteia ao fim uma pretensão de validade específica, qual seja: a do afeto que se traduz em uma predisposição senciente às

15 “Moradores de rua receberão smartphones de graça para ajudá-los a se manterem conectados” (Tradução nossa).

16 Para estudo aprofundado, cf. BRAGA (2008; 2011; 2016), SIGNATES (2012a; 2012b; 2015), SODRÉ (2006; 2014), WOLTON (1997; 2006) e HABERMAS (1999; 2012a; 2012b).

realidades alheias; ou, noutros termos, a de um esforço único (sem recatos ou branduras) de clareza sensível à existência do Outro.

Isso não significa, porém, inferir que a enunciação de referência opere tão-somente nos termos da violência explícita e nos da não-solidariedade em relação às vivências do cidadão, porque há em sua tessitura de significados uma legitimação ancorada no compromisso ético com a sociedade. Ocorre que, por configurar-se segundo os interesses de uma empresa privada — os quais nem sempre em consonância com o que há de socialmente útil no ato de organizar a realidade —, seu discurso normativo é às vezes confrontado com imperativos de mercado (MORAES, 2014), ou, quanto mais não seja, converte-se aos poucos em componente a serviço do capital. Essa tensão demarca, então, um curso imprevisto à trajetória pronunciável do jornalismo, o qual se adensa em curvas descritas que se inclinam à busca regular por caminhos alternativos.

O repertório de sentidos do jornalismo referencial é consolidado em processos de institucionalização sistêmica — à medida que, por linguagens distintivas, delineiam-se os seus trajetos dizíveis a partir dos interesses que lhe são próprios (os quais nem sempre operam como mediadores dos diálogos sociais). É nesse ponto que seu propósito informativo assume uma disposição instrumental, em cuja tessitura discursiva, por conseguinte, é exposta a tensão constante entre o ato simbólico de narrar o mundo ao cidadão e a adequação mais ou menos invariável em relação às dinâmicas características da economia de mercado. Noutros termos, informar e

dar sentido não implicam as mesmas obrigações morais. Ambas as ações derivam de tipos muito diferentes de ética. A informação comanda uma ética deontológica, isto é, centrada no dever de relatar. À atribuição de sentido, é bastante congruente uma ética teleológica, isto é, relativa aos propósitos da informação. (GAUTHIER, 2010, p. 266)¹⁷.

Isso solicita do jornalista — ao trazer à luz os contornos por detrás das sombras projetadas pelas jornadas sociais — uma responsabilidade (e sensibilidade equivalente) em relação às circunstâncias éticas dos enunciados. Sendo assim, confrontam-se duas atitudes frente à tarefa de atribuir coerência ao mundo, quais sejam: pôr em relevo o que é acontecimento, e dar a isto um propósito; circunscrevendo-o, portanto, num horizonte que contemple a dimensão humana dos relatos da vida. Em ambas, porém, preserva-se na superfície pronunciável um conjunto de combinações deontológicas com fins à redução da realidade por meio de recortes espaço-temporais (FRANCISCATO, 2014, p. 87), os quais ao fim configuram aquilo que é noticiável. Eis porque, ao lançar-se no mundo para (re)construí-lo discursivamente segundo o alcance dos seus efeitos de sentido, o jornalismo singulariza os princípios norteadores que lhe permitem falar e pensar a respeito do real, situando-se assim entre o compromisso moral de organizar cada dispersão simbólica e a urgência de mobilizar saberes que ergam pontes às vivências de uma época.

Convencionou-se chamar de notícia o tipo de evento social que, tão logo articulado em função de parâmetros de importância tipificáveis (GUERRA, 2014, p. 41) — isto é, segundo o aporte de valorações próprias à atividade de ordenação da realidade —, é devidamente expresso na espessura visível do relato. Há nisto uma lógica transmissora (sobretudo no que concerne à mecânica das escolhas do que será evidenciado de um acontecimento a servir como a resposta que o campo dá para cada qual), mas há também pressuposto, em contrapartida, um aspecto comunicacional que por vezes escapa aos contornos do horizonte ético que é submetido às vistas da atividade jornalística; e é nesse ponto que o ato de informar se torna a condição de

17 Tradução livre a partir do original em francês: “Informer et donner du sens n’entraînent pas les mêmes obligations morales. Des deux actions découlent même des types d’éthique bien distincts. L’information commande une éthique déontologique, c’est-à-dire centrée sur le devoir de rapporter. À l’attribution de sens, est plutôt congruente une éthique téléologique, c’est-à-dire relative aux finalités de l’information”.

possibilidade a novas formas de conscientização e de mobilização sociais. Uma espécie de *força para o bem*, portanto, a qual circunscreve na história as suas normatividades dizíveis. Por “bem”, aliás, referimo-nos à disposição natural e sensível que nos inclina à procura por um sentido pleno à vida em comunhão.

Pressupõe-se na cena enunciativa da *positividade* um tipo singular de valor-notícia-serviço (SILVA, 2016, p. 55) — o qual, tão logo instituído pelo primado de uma tentativa de comunicação (por mais rudimentar ou tímida que seja), opera como pretensão de validade que à superfície traz um novo fato discursivo. O que se pretende dizer, afinal, há de ser válido a todos para daí então compor no plano da cidadania um senso de retidão e de comunidade mais ou menos estáveis e mantidos pela coesão moral daquilo que, talvez, “faça bem”. A *negatividade* é também legitimada, sim, embora comumente expressa segundo a lógica do desamparo e da “violência tecnocrática no seio de práticas profissionais antiéticas” (MEDEIROS, 2016, p. 226).

Lidamos com uma espécie de *enunciação de satisfação plena*, portanto, a qual se ampara na noção de “bem-estar” e de “inspiração” para firmar no tecido social um novo *topos* à discursividade jornalística, isto é, um lugar comum enunciativo em que, uma vez construídas as regras do jogo na ocorrência histórica do próprio dizer, universalizam-se saberes válidos. Rompe-se em partes com a ordem discursiva do jornalismo — cujos critérios à visibilidade do acontecimento às vezes se inclinam ao que é violento e desalentador em sua superfície dizível —, à medida que, pela palavra em ato, cria-se um novo gênero norteador, isto é “um *tipo* de prática social discursiva” (VAN DIJK, 2008, p. 141) e definida por estruturas contextuais de fala. E por tratar-se de uma forma simbólica acidental, a *positividade* carece de outra linguagem distintiva, conforme são então liberados à cognição coletiva os seus efeitos de sentido a partir daquilo que se diz.

Ao tornar-se válido segundo as condições de existência de uma formação discursiva própria, ou seja, a partir de uma série de ocorrências sócio-históricas e de regras anônimas “que definem para uma área social as condições de exercício de uma função enunciativa” (MORAES, 2014, p. 02), o *enunciado positivo* passa a operar como singularidade expressa na espessura pronunciável do jornalismo — que é aos poucos liberada ao conhecimento e que, enquanto *episteme* às falas de uma época, constitui-se a partir de outras ressonâncias. Por isso supor que

há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que ‘são ditos’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de novos atos de fala que os retomam, transformam-nos ou falam deles, portanto, os discursos que, indefinidamente, para além da sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por se dizer. (FOUCAULT, 2001, p. 21-22)¹⁸.

Tão logo encontram o seu caminho à espessura pronunciável dos relatos sociais aqueles estados específicos de “bem-estar” e de “agradabilidade” — os quais se adensam no campo de experiências em primeira pessoa (Eu) por dependerem das variáveis associadas ao que é ou não considerado enquanto tal —, um novo conjunto de valorações sistemáticas é estabelecido a partir dos enunciados que de pouco em pouco desenham as curvas de comportamento à sua trajetória ilocucionária, isto é, ao percurso mais ou menos duradouro das suas disposições para alentar e ofertar por meio de entonações autorizadas os signos de amparo ao cidadão. Eis porque, mesmo em conformidade com outras urgências (sobretudo aquelas que se adequam devidamente à causalidade mecânica do capital), mantém-se na dizibilidade a renovação do sem-número de ramificações submetidas às palavras em ato do jornalismo, à medida que o *enunciado positivo* se consolida no repertório simbólico das falas sociais e se alça à condição de modelo por meio do qual se estruturam em uma época os

18 Tradução livre a partir do trecho original em francês: “il y a, très régulièrement dans les sociétés, une sorte de dénivellation entre les discours : les discours qui « se disent » au fil des jours et des échanges, et qui passent avec l’acte même qui les a prononcés ; et les discours qui sont à l’origine d’un certain nombre d’actes nouveaux de paroles qui les reprennent, les transforment ou parlent d’eux, bref, les discours qui, indéfiniment, par-delà leur formulation, sont dits, restent dits, et sont encore à dire”.

saberes que se articulam em função dos seus efeitos de sentido:

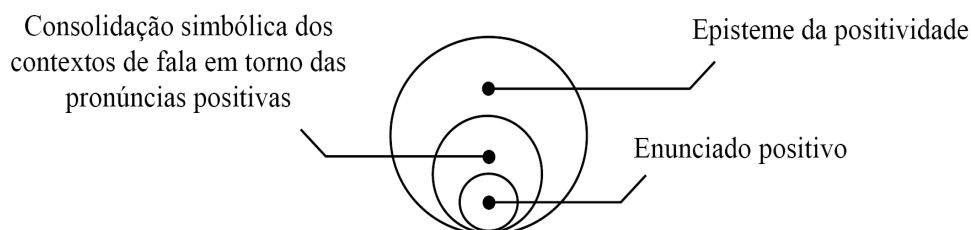


Figura 1 — Da formação do enunciado positivo à sua estabilidade epistêmica

Fonte: elaborado pelos autores

Pressupõe-se dessa dinâmica sócio-histórica enovelada às palavras vivas do jornalismo uma outra postura dizível — a qual não se detém ou se limita apenas à análise descritiva das jornadas cívicas —, porque seu repertório se permite ao compromisso (sustentado como necessário) de deitar por sobre a realidade um olhar senciente, isto é, um exame intuitivo a ponto de perceber e de falar a partir dos sussurros que ecoam na ressonância dos discursos do cidadão, tendo-lhe estima na consistência da própria enunciação e à medida que, em um mesmo horizonte de dizibilidade, surja-lhe na voz a tessitura [com]partilhada dos estados de ânimo orientados à sensação de segurança, de conforto e de tranquilidade sociais pretendida pela variação enunciativa da *positividade*. Ou, quanto mais não seja, trata-se de pôr novos remendos às costuras das falas contextuais de uma época, as quais, por sua própria força, asseguram um mínimo de coesão aos valores construídos no plano da cidadania.

DA TENSÃO AO SILENCIAMENTO: UMA BREVE EXPLANAÇÃO

Até aqui, tratamos de explanar brevemente a respeito da condição de existência de um enunciado especificamente positivo no horizonte de fala do jornalismo, o qual pode talvez assegurar novas situações afetivas a partir de ingerências cognitivas — tais como a convocação de cidadãos às urgências de novas atitudes de amparo; o (re)arranjo dos discursos que antes gravitaram em torno daquilo que há de mais violento e degradante na enunciação; a solicitação (por meio de uma linguagem distintiva comum) de inspirações ainda inéditas etc. Resta então questionar se, na tensão entre a *positividade* e a referencialidade de uma narrativa à qual atribuímos a designação de instrumental, há de surgir alguma tendência mais ou menos invariável a ideais normativos que articulem o exercício jornalístico em relação a experiências comunicativas de cidadania.

Se considerarmos não apenas o conteúdo expresso pela regularidade dos *enunciados positivos*, mas também a característica ideológica do acontecimento histórico que lhes dera assopro de vida — sobretudo no que diz respeito à tentativa de fazer frente ao padrão de narrativa referencial —, será então possível constatar que são mudadas, por menor que seja o grau, algumas das experiências de cidadania à medida que é liberado ao conhecimento da sociedade e também ao do próprio campo jornalístico o relevo dizível de um bem-estar coletivo. Situações comunicativas dessa ordem, porém, demandam interferências na existência alheia, porque há em cada troca uma perda simbólica significativa. Eis porque, com efeito, uma enunciação tem por dever assegurar como válida a pretensão de intersubjetividade expressa no ato de tecer as conversas sociais, uma

vez que é

pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca. Aparentemente, a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra — mais ou menos flexível — de conformidade com os discursos validados. (FOUCAULT, 2001, p. 45)¹⁹.

Isso não exclui, evidentemente, a pressuposição de que há, no que então se diz, validades mútuas em relação a bens sensíveis aos quais podemos aspirar. A este valor que agora denominamos positivo — que não é outra coisa senão um tipo singular de mecanismo pronunciável segundo os termos de uma percepção imediata do mundo (e daí ser possível falar de intersubjetividade) —, junta-se um senso ainda incipiente de alteridade por se pretender à ternura e à preocupação de não deixar o cidadão despencar das fimbrias do abismo escuro da desesperança.

Há de se considerar, todavia, o caráter sistêmico do jornalismo. Enquanto instituição social — com lógicas produtivas diversas e (re)combinações deontológicas próprias —, fuge-lhe, às vezes, a característica de se configurar como um meio específico de comunicação, isto é, quando através de si deixa fluir as conversas sociais. Não se trata de transmiti-las simplesmente, mas sim de dar-lhes uma substância visível, a ponto de articulá-las em relação às expressões dos sujeitos que se engajam na construção do seu sistema de narrativa. Daí concluir que, para constituir-se em uma dimensão comunicacional, o aparato jornalístico deve ao fim

falar em silêncio. Esse paradoxo é apenas aparente. Por silenciamento não se quer dizer fazer silêncio num sentido literal e sim silenciar-se para conceder a atuação própria simplesmente como “médium”. O ato de “dar lugar” ou “deixar falar o outro” é uma condição especificamente comunicacional, nesse sentido. (SIGNATES, 2018, p. 33).

A ideia de silêncio — ao menos segundo a sua associação à ausência de som —, data do século XIV, sendo expressa pelo vocábulo latino “*silentium*”. Neste trabalho, porém, referimo-nos a uma significação mais antiga, registrada em algumas das variações semânticas da proto-língua indo-europeia a partir da unidade lexical “*silens*”, que quer dizer “aquietar-se”. Tal como a evocamos, portanto, diz respeito à postura jornalística de importar-se em sua quietude com o cidadão; e ver-se presente na forma de ausência — um silêncio que, por operar nos jeitos do afeto (não menos sistemático ou mais racional), traz às vistas o relevo do bem-estar articulado em função da notícia.

Essa pretensão de agradabilidade que se entremeia à enunciação jornalística para estabelecer os critérios noticiosos que tornam explícita a esperança numa espessura de princípios orientados à inspiração, à segurança e ao conforto pode talvez abrir as devidas clareiras à constituição do *eu* pelo reconhecimento do *Outro*. Não se trata, todavia, de inferir que há na noticiabilidade positiva da análise de jornadas cívicas uma preocupação que seja de fato socialmente relevante, mas é provável, com base no quanto conjecturamos teoricamente a estas alturas, que a *positividade* tangencie um caminho ético por sobre o qual se torne possível trilhar tendo em vistas a experiência da alteridade. Isto porque, ao preocupar-se com o bem-estar da pessoa humana, inclina-se o jornalismo à centralidade da relevância ontológica subentendida às entrelinhas de seu exercício, fazendo assim com que o jornalista se reconheça no resultado de seu trabalho aberto às múltiplas realidades de um cidadão que nada mais é senão aquele que

constitui o eu. O tu me precede. A comunicação é isso e apenas isso: a capacidade de romper a redoma de nós mesmos, o círculo fechado de nossa autossuficiência, e buscar o outro, reconhecer sua alteridade,

19 Tradução livre a partir do trecho original em francês: “c’est par la mise en commun d’un seul et même ensemble de discours que des individus, aussi nombreux qu’on veut les imaginer, définissent leur appartenance réciproque. En apparence, la seule condition requise est la reconnaissance des mêmes vérités et l’acceptation d’une certaine règle — plus ou moins souple — de conformité avec les discours validés”.

Eis como é possível acolhê-lo; e partilhar destinos ao admitirmos a sua importância. Rompe-se como tal a autonomia do sujeito na continuidade enunciativa, localizando o *Outro* no ato de ajeitar em coerências ternas os diálogos de seu tempo — calando-se por escândalos para entremear-se a novas vozes que encontram sua via nessa espessura pronunciável. Em contrapartida, conserva-se no relato os traços descritos por uma única angulação de compreensão da realidade, e nisto é possível enfraquecer-se parte do seu compromisso ético.

A *positividade* não é uma tendência estrita ao exercício jornalístico, evidentemente, mas tem potencial para ser o pretexto à construção de solidariedades explícitas no plano da cidadania. Como palavra posta em história, inclusive, seu projeto é redutor — porque em véus esconde outras pretensões —, sendo então urgente à enunciação do cotidiano comunicante o compromisso ético-normativo de situar a alteridade em relação às vivências sociais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste trabalho tratamos a respeito de uma mudança epistêmica que serviu como resposta a novos acontecimentos históricos no interior do discurso jornalístico (ROUANET, 1996, p. 109) — embora de maneira um tanto superficial, e sem as devidas costuras conceituais que reservamos a outros textos. Consideramos, nas entrelinhas de nossa fala, a urgência da busca de um sentido ético à comunicação, articulando-o teoricamente a uma base existencial de vinculação humana que está pressuposta na dizibilidade da análise de jornadas cívicas. Se nos emprestamos à investigação preliminar da *enunciação positiva*, portanto, foi com o propósito de entrever os traços do desenho que lhe remonta as curvas de significações descritas pelas experiências de afetividade compartilhadas na pronúncia silenciosa do jornalismo, tentando problematizar a questão do acolhimento do cidadão na espessura enunciativa das notícias. Eis porque a noção de cidadania aqui exposta carece sobremaneira dos processos comunicacionais de troca e de circulação simbólica dos sentidos sociais.

Assumimos — e sustentamos como ideal — o pressuposto de que comunicar é agir com fins ao encontro de nossas humanidades, o que, à construção das narrativas sociais do jornalismo, solicita-nos bem mais que intercâmbios informacionais, mas sobretudo “esforços com vista à partilha de propósitos” (SILVA, 2016, p. 41). É nesse ponto que a enunciação de uma época se vê às voltas de uma dimensão insular, porque há, de parte a parte, horizontes possíveis ao alcance. O horizonte do exercício jornalístico é, portanto, o da experiência de alteridade firmada no ato de pôr em jeitos menos bravios as conversas que (re)arranjam em algum grau a realidade à volta.

Falta, contudo, entrever o que há por detrás dos embaraços à trajetória discursiva do que é o *bem* na enunciação, isto é, tirar o véu do que se move com força na história; e pô-lo então sob rasura, para daí questionar a respeito das condições de existência dessa palavra em ato através do jornalismo. Há aí pressuposta uma recusa à própria deontologia ou, pela ação de resgatá-la — já que é por vezes desfigurada —, significam-se novos processos à luz de sentidos ainda inéditos? Basta-lhe ao esforço enunciativo o primado da comunicação caso queira emprestar-se às realidades alheias ou, na própria instituição de situações dizíveis às vistas de um horizonte ético, trará à superfície um princípio (que por hora nos escapa) à constituição dos sujeitos no mundo? E, não menos pertinente, que resta quando ao fim tiramos de circuito o olhar que hoje orienta a postura do jornalista? As consequências de tais questionamentos — epistemológicas e sociais — carecem ainda de análises.

Quando a violência e o desamparo se tornam referência àquilo que é posto em trajetos sócio-históricos,

cabe então ao jornalismo reaver o seu projeto de humanidade; e cruzar ao fim as fronteiras pouco porosas da notícia para fazer ver em sua tessitura pronunciável os princípios que atendem às demandas da cidadania e que servem como estratégia sensível de mobilização social. Eis como, em vez da desolação imanente de um evento ou outro, trará à luz esperança; e assegurará “consolo e carinho” (CORTINA, 2005, p. 205) para tecer uma raiz normativa de onde emerja o bem comum.

REFERÊNCIAS

BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. *Matrizes*, São Paulo, n. nº 2, p. 73-88, Abril 2008.

_____, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. *Verso e Reverso*, São Leopoldo, RS, p. 62-77, Jan/abr 2011.

_____, J. L. O que é comunicação? *Líbero*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 15-20, jul./dez. 2016.

CORREIA, J. C. Novos jornalismo e a vida cívica: limites e possibilidades do jornalismo deliberativo. In: _____, J. C. *Cidadania digital*. Universidade da Beira Interior: [s.n.], 2010. p. 71-100.

CORTINA, A. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

FOUCAULT, M. et al. *O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____, M. *L'ordre du discours*. Edition basée sur le texte proposé par l'édition CD-ROM, Le Foucault Électronique. ed. Paris: Éditions Gallimard, 2001.

_____, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

_____, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007b.

FRANCISCATO, C. E. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. In: SILVA, G.; SILVA, M. P. D.; FERNANDES, M. L. *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular, 2014. Cap. 5, p. 85-113.

GAUTHIER, G. *Le journalisme de communication : expression de conviction et moralisme*. Les Cahiers du journalisme, Québec, Automne 2010. 254-273.

GUERRA, J. L. Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. In: SILVA, G.; SILVA, M. P. D.; FERNANDES, M. L. *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular, 2014. Cap. 2, p. 39-49.

HABERMAS, J. *La inclusión del otro: estudios de teoría política*. Barcelona: Paidós, 1999.

_____, J. *Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução de Flávio Siebeneichler. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, v. 1, 2012a.

_____, J. *Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. Tradução de Flávio Siebeneichler. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, v. 2, 2012b.

MARCONDES FILHO, C. *Nova teoria da comunicação, v.1: o rosto e a máquina: o fenômeno da comunicação visto pelos ângulos humano, medial e tecnológico*. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2013.

MEDEIROS, M. Cidadania, direitos humanos e jornalismo: percalços históricos e violência institucionalizada. In: SIGNATES, L.; MORAES, Â. *Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa*. Goiânia: Gráfica UFG, 2016. Cap. 9, p. 213-228.

MORAES, Â. T. D. *A positividade como valor-notícia: análise discursiva de webjornais orientados à “boa notícia”*.

XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, PR, 2-5 set. 2014. 12.

ROUANET, S. P. A gramática do homicídio. In: FOUCAULT, M., et al. O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 3, 1996. Cap. 5, p. 91-139.

SIGNATES, L. Epistemologia da Comunicação na Democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. Novos Olhares, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-18, 2012a.

_____, L. Epistemologia e comunicabilidade: as crises das ciências, ante a perspectiva da centralidade do conceito de comunicação. Comunicação & Informação, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 133-148, jul./dez. 2012b.

_____, L. Da exogenia aos dispositivos: roteiro para uma teorização autônoma da comunicação. Líbero, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 143-152, jul./dez. 2015.

_____, L. A comunicação, entre o dogma e a conversão: o especificamente comunicacional na religiosidade contemporânea. Estudos de Religião, v. 32, set/dez. 2018. 27-49.

_____, L.; MORAES, Â. Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

SILVA, G.; SILVA, M. P. D.; FERNANDES, M. L. Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, L. M. D. Informação e mudança: repensando o conceito de comunicação e de processos na comunicação social. In: SIGNATES, L.; MORAES, Â. Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa. Goiânia: Gráfica UFG, 2016. Cap. 2, p. 37-65.

SODRÉ, M. As estratégias sensíveis. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____, M. A ciência do comum: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

VAN DIJK, T. A. Discurso e poder. Tradução de Judith Hoffnagel [et. al]. São Paulo: Contexto, 2008.

WOLTON, D. Penser la communication. Paris: Flammarion, 1997.

_____, D. É preciso salvar a comunicação. Tradução de Vanise Dresch. São Paulo: Paulus, 2006.

TELEJORNALISMO LOCAL VERSUS TELEJORNALISMO COMUNITÁRIO: A CIDADANIA ASSISTIDA



TELEJORNALISMO LOCAL VERSUS TELEJORNALISMO COMUNITÁRIO: a Cidadania Assistida

Bernadete COELHO de SOUSA¹
Ana Carolina Rocha Pessoa TEMER²

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre os conceitos de jornalismo comunitário e telejornalismo local dentro de um recorte de promoção da cidadania. Trata-se de uma pesquisa mais ampla dentro do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás na linha de pesquisa Mídia e Cidadania sob a orientação da professora Ana Carolina Rocha Pessoa Temer, que busca fazer um levantamento qualitativo e quantitativo em quatro emissoras de TV locais. Este artigo busca analisar como o telejornalismo local se apropria do termo jornalismo comunitário, e como essa prática se propõe a impactar na promoção da cidadania. O trabalho propõe uma atualização bibliográfica de conceitos como comunicação comunitária, cidadania, telejornalismo local, jornalismo comunitário à luz dos autores Cícilia Peruzzo, Ciro Marcondes Filho, José Marques de Melo, Ana Carolina Temer, T. H. Marshall, José Murilo de Carvalho e Adela Cortina. Os principais resultados apontam no sentido de que telejornalismo local busca uma aproximação com a comunidade, entretanto utiliza indevidamente do termo “comunitário”, que é usado como uma forma de conquistar a audiência sem necessariamente promover cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação- cidadania- telejornalismo local - jornalismo comunitário-

A TELEVISÃO E O TELEJORNALISMO

O jornalismo como conhecemos hoje é segundo Marcondes Filho a síntese do espírito moderno que se impõe diante da tradição do que é obscuro. (MARCONDES FLHO, 2002). Ainda segundo o autor, o jornalismo é também filho legítimo da Revolução Francesa e sendo assim, da burguesia. E a partir daí, não demora muito para que na fase classificada pelo autor como segundo jornalismo, o jornal surja como empresa capitalista juntamente com a evolução tecnológica da metade do século 19. É nessa evolução tecnológica que surge a partir de 1927 a televisão como conhecemos hoje tendo como princípio básico o iconoscópio. Em 1931 a RCA e a NBC começam a despontar como pioneiras em transmissões de TV.

De acordo com Temer, é a partir de 1948 nos Estados Unidos que a televisão vivencia uma explosão de vendas de aparelhos eletroeletrônicos e o novo veículo é exportado para outros países. Assim a televisão segundo a autora, se instala nos lares modernos e aos poucos ocupa vários espaços da casa. (TEMER, 2014 p. 172) Ainda segundo Temer, o telejornalismo é o jornalismo de televisão, ou seja, um jornalismo que se adapta a linguagem televisiva mantendo os princípios éticos e valores do jornalismo. No Brasil, a televisão chega em 1950 pelas mãos de Assis Chateaubriand dono dos Diários

1 Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás. Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás – UFG. E-mail: bernadetecoelhos@gmail.com

2 Orientadora do trabalho. Professora do PPGCOM – UFG anacarolina.temer@gmail.com

Associados. A primeira transmissão foi feita pela PRF-3 TV Difusora que depois se transformou em Tupi de São Paulo. A emissora também foi pioneira em transmissões na América Latina. (PATERNOSTRO, 1999)

O primeiro telejornal da TV brasileira foi o Imagens do Dia, que foi ao ar um dia depois da inauguração de TV em 19 de setembro de 1950. De acordo com Paternostro o formato era copiado do rádio.

Com locução em off, um texto de estilo radiofônico, pois o rádio era o modelo que se tinha na época. Entrava no ar entre as nove e meia e dez da noite sem qualquer preocupação com pontualidade. O formato era simples: Rui Resende era o locutor, produtor e redator das notícias, e algumas notas tinham imagens feitas em filme preto e branco, sem som. (PATERNOSTRO, 1999, p.35).

O telejornal de maior sucesso foi sem dúvida o Repórter Esso. Segundo Mattos, o telejornal que levava o nome do patrocinador (que era comum naquela época) foi adaptado do rádio.

O Repórter Esso foi adaptado pela Tupi Rio de um radiojornal de grande sucesso transmitido pela United Press International, sob a responsabilidade de uma agência de publicidade que entregava o programa pronto (MATTOS, 2010 p.28)

O Jornal de Vanguarda de 1962 na extinta TV Excelsior, também é considerado um marco na história do telejornalismo brasileiro. O formato inovador com a participação de vários jornalistas foi inclusive premiado na Espanha como um dos melhores telejornais do mundo, entretanto não resistiu ao golpe de 64 e foi retirado do ar. (MATTOS, 2010)

O primeiro noticiário em rede nacional gerado do Rio de Janeiro, ao vivo através da Embratel foi o Jornal Nacional em 1969. Foi também o primeiro a mostrar reportagens em cores. (PATERNOSTRO, 1999). E segundo Coutinho (2008) essa tecnologia foi financiada na época pelos militares com uso de orçamento público e reafirmando os ideais de segurança nacional.

É a partir da década de 1970, mais precisamente 1977 que a rede Globo passa a investir em telejornais locais. De acordo com Paternostro a primeira investida no telejornalismo local foi com o Bom Dia São Paulo que entrava no ar no horário matutino com formato de prestação de serviço e com a UPJ (unidade portátil de jornalismo) que permitia entradas ao vivo de vários pontos da cidade. Segundo a autora em pouco tempo as praças e emissoras afiliadas da rede Globo implantaram o Bom Dia Praça, no mesmo horário e regionalizado e com uma característica comunitária.

Segundo Temer Praça TV é uma denominação genérica para os telejornais locais das emissoras próprias e afiliadas da Rede Globo. Esses telejornais ocupam um espaço sem conteúdo na programação nacional das emissoras de TV. Existem várias faixas de horários que podem ser ocupadas telejornalismo local, mas de acordo com a autora, o Praça TV primeira e segunda edição são os mais presentes. E é nesse aspecto que se chega aqui ao ponto central desse artigo. O telejornalismo local percebido como jornalismo comunitário e como promotor da cidadania.

A inquietação que nos move a escrever esse artigo é a apropriação do termo “comunitário” ao telejornalismo local sem uma reflexão mais aprofundada sobre o tema. O que é telejornalismo local comunitário ou cidadão? Mostrar em alguns poucos minutos na televisão o problema de um bairro inteiro em relação à falta de uma escola ou um posto de saúde, por exemplo? A contribuição que se quer dar aqui é a ampliação do debate sobre conceitos fechados e tão amplamente difundidos. Torna-se necessário que se crie uma base teórica para que realmente comporte o termo telejornalismo comunitário ou cidadão.

A contribuição que se pretende dar é a reflexão principalmente na acadêmica de que o telejornalismo

comunitário ligado a promoção da cidadania da forma como se apresenta, há anos, revela a face de uma espécie de assistencialismo (aos mais pobres) mediado pela televisão com interesses visivelmente econômicos. O telejornal local com uma linguagem própria mostra o que dá audiência, aumenta o número de anunciantes e conseqüentemente melhora o faturamento da emissora. Como jornalista que atuou por quase 20 anos em redações locais de telejornais de diferentes emissoras de televisão em Goiás e agora doutoranda na área da comunicação, acredito ser válida a ampliação desse debate. Afinal quais as aproximações do local e da comunidade que contribuem no entendimento e conseqüentemente na promoção da cidadania?

Peruzzo (2003) aborda as interfaces da mídia local e da mídia comunitária. E sobre mídia local a própria autora reconhece à escassez de pesquisas no Brasil. A autora acredita que:

[...]o crescimento da mídia local se deve às modificações no cenário dos meios de comunicação, motivadas pela valorização do local, tanto enquanto ambiente de ação político-comunicativa cotidiana, como pela oportunidade mercadológica que ele representa (PERUZZO,2003 p.2)

Peruzzo explica ainda que com o passar dos anos, os avanços tecnológicos e mudanças sociais e econômicas influenciaram mudanças também na programação local das emissoras de TV que passaram a se dedicar também a assuntos que antes eram discutidos só pela comunidade ou moradores da rua ou do bairro. A vida urbana passa a ter peso na audiência.

TELEJORNALISMO LOCAL E TELEJORNALISMO COMUNITÁRIO: DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES

Atualmente o jornalismo de televisão feito pelas emissoras locais, cada vez mais aborda problemas da comunidade e têm assumido um papel importante dentro deste aspecto de dar ênfase as demandas referentes aos direitos do cidadão, servindo principalmente como instrumento de visibilidade dos problemas e participação social. Nos telejornais locais esse assunto ganha ainda maior destaque e vem se transformando muitas vezes em um mecanismo de reafirmação de poder e audiência das emissoras quando o problema é rapidamente resolvido pelo poder público

O autor Alfredo Vizeu defende que o telejornalismo ocupa um papel central na sociedade Brasileira. Para muitos cidadãos o telejornal é a maneira mais prática, barata e cômoda de informar o cidadão. (VIZEU, 2010). O autor diz ainda que o telejornalismo é “um lugar” assim como a família, a escola, a igreja onde se percebe o mundo. E dessa forma percebe-se cada vez mais os grandes grupos de comunicação se apropriando da expressão “telejornalismo comunitário” para fazer um recorte de promoção à cidadania.

Em primeiro lugar é importante entender um pouco mais sobre os estudos de comunicação popular e a relação com o chamado jornalismo comunitário. De uma maneira geral para falar de jornalismo comunitário é preciso também refletir sobre comunicação popular. O jornalismo comunitário começa a ganhar contornos a partir da década de 1980 quando os movimentos populares no Brasil passam a se apropriar de técnicas jornalísticas (produção e tecnologia de distribuição) para dar visibilidade para seus propósitos. Peruzzo é uma das pioneiras nos estudos de comunicação popular na perspectivas dos movimentos sociais. Para Peruzzo (1998) os movimentos sociais têm três princípios básicos: a) promover o desenvolvimento educativo cultural do indivíduo, b) contribuir para preservação do meio ambiente e c) garantir o exercício dos direitos políticos. Esses princípios nos interessam quando pensamos em promoção da cidadania de certa maneira auxiliam também a reforçar os conceitos de um jornalismo comunitário. Certo é que, segundo Peruzzo, comunicações populares

e comunitárias acabaram por apresentar conceitos muito semelhantes.

A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social. No entanto, desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente, no Brasil, a expressão comunicação comunitária para designar este mesmo tipo de comunicação, ou seja, seu sentido menos politizado. (PERUZZO, 2009, p 47)

Dessa forma podemos dizer que jornalismo comunitário tem como base a comunidade. Mas o que é comunidade? Um bairro, uma escola, um grupo da igreja? Nota-se que o conceito apresentado por Peruzzo relaciona comunidade a segmentos empobrecidos da população. Refletindo sobre o conceito clássico de comunidade a autora apresenta a visão de Max Weber que é importante destacar:

Comunidade só existe propriamente quando, sobre a base desse sentimento [da situação comum], a ação está reciprocamente referida – não bastando à ação de todos e de cada um deles frente à mesma circunstância – e na medida em que esta referência traduz o sentimento de formar um todo (PERUZZO, apud Weber, 1973: p142).

[...] O autor chama de comunidade “uma relação social quando a atitude na ação social – no caso particular, em termo médio ou no tipo puro – inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da constituição de um todo”. (PERUZZO, apud Weber 1973,p 140)

Peruzzo cita ainda Ferdinand Tönnies, para o qual os processos comunitários também estariam ligados em primeiro lugar, aos laços de sangue; em segundo lugar, à aproximação espacial e, em terceiro lugar, à aproximação espiritual. Tönnies ainda relaciona comunidade à concórdia.

[...] “aonde quer que os seres humanos estejam ligados de forma orgânica pela vontade e se afirmem reciprocamente, encontra-se alguma espécie de comunidade” (PERUZZO, apud Tönnies, 1973, p 96 a116)

Peruzzo acrescenta ainda vida em comunidade se baseia em relações sociais e que não há como negar que a palavra comunidade desperta o sentido de solidariedade, vida em comum e isso não depende da época ou da região. Peruzzo (2006) afirma que comunidade é mais que um aglomerado de pessoas.

Marcondes Filho (1998) não limita comunitária a uma característica básica comum. E dessa forma esses conceitos acabam por influenciar também a definição também do jornalismo comunitário. Para Marques de Melo (2006) o jornalismo comunitário implica em indivíduos conscientemente organizados. E diante disso Marques de Melo ainda arremata com uma reflexão importante:

[...] uma imprensa só pode ser considerada comunitária quando se estrutura e funciona como meio de comunicação autêntico de uma comunidade. Isto significa dizer: produzido pela e para a comunidade. (MARQUES DE MELO, 2006 p 126).

Peruzzo destaca as características da comunicação popular, alternativa, comunitária.

[...] se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida, que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compro-

Refletindo sobre os conceitos apresentados de comunicação comunitária e jornalismo comunitário, chegamos então ao ponto principal do nosso questionamento. Como pode a televisão como expressão máxima do capitalismo burguês e seus grandes conglomerados de comunicação se credenciar para desempenhar o papel de porta voz da comunidade (pobre) exercendo o jornalismo comunitário em favor do cidadão? Existe promoção da cidadania nos telejornais locais? Então, o que é comunidade? E qual o conceito de cidadania? Essas são questões que merecem um maior aprofundamento.

Se tomarmos como base a afirmação de Marques de Melo certamente que em uma primeira análise a grande imprensa não promove cidadania. E os telejornais com suas reportagens e entradas ao vivo mostrando problemas de bairros, de ruas, de lixo, de iluminação, não promovem o conteúdo “crítico emancipador” ou mesmo reflexivo. Na visão de Marques de Melo e Peruzzo, seria necessário que a comunidade conscientemente organizada, se apropriasse das técnicas de produção jornalísticas e da tecnologia de distribuição para produzir conteúdo. E nas emissoras de televisão locais não é isso que acontece.

Como exemplo, podemos analisar o quadro de uma emissora de TV local (TV Serra Dourada- SBT) que se intitula “Repórter Cidadão. Nesse quadro é o próprio telespectador quem captura as imagens faz um breve relato e envia para a emissora de TV para veiculação. Esse material é enviado via aplicativo whatsapp. Podemos nos questionar se esse não seria um exemplo de apropriação de técnicas jornalísticas por parte do cidadão? O exemplo é simples, mas serve ao nosso propósito. Primeiro ponto de questionamento é, de que comunidade esse indivíduo faz parte? Segundo ponto, quem elegeu determinado assunto como de interesse da comunidade? Terceiro, falando das técnicas jornalísticas, como essa informação foi tratada para se transformar em notícia? E em quarto e último lugar uma grande empresa de TV é mesmo o espaço ideal para discutir o assunto ou apenas uma forma de ganhar visibilidade e audiência? Essas questões apresentam demandas diferentes e análises diferentes. Essa abordagem com formatos diferentes, mas que se aproximam é que nos últimos anos é a tônica do chamado “telejornalismo comunitário” em pelo menos três das emissoras locais com maior audiência em Goiânia. A emissora que conseguir ser mais próxima do cidadão ganha a guerra da audiência.

Não se pode negar que existe uma ligação muito próxima entre o telejornalismo local e a cidade. Em relação a isso Temer diz que o “lócus” privilegiado do jornalismo é o espaço urbano.

É nesse espaço que estão as informações que vão predominantemente preencher os espaços jornalísticos. Oriunda da cidade e da produção burguês, a imprensa é “porta-voz da modernidade, da democracia, do progresso e da cidadania (conceito intimamente ligado à ideia de polis). Mas ao mesmo tempo é também a informação transformada em mercadoria, com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais. (TEMER, 2014 p. 140)

Ainda de acordo com Temer o jornalismo tem um compromisso com a verdade e /ou com a apresentação da realidade somada ainda a noção de serviço público. E é justamente nesse aspecto que as grandes emissoras de TV se valem do jornalismo comunitário para construir o que é chamado de capital simbólico do jornalismo (TEMER, 2009 apud, Sodré 2009 p42) . Esse capital simbólico é a credibilidade. É importante destacar aqui que na maioria das vezes a credibilidade e audiência caminham de mãos dadas.

A CIDADANIA COM ASSISTÊNCIA DO TELEJORNAL

Segundo Oliveira (2006) a palavra cidadania tem ganhado força na atualidade e tem grande circulação

no Brasil. De acordo a autora a palavra se tornou fundamental na vida política do Ocidente por meio da Revolução Francesa. O sociólogo inglês T. H. Marshall foi um dos pioneiros nos estudos sobre cidadania. Foi ele quem desenvolveu um importante conceito de cidadania, fazendo uma relação entre a igualdade política e a desigualdade econômica e como a política social pode mudar essa situação. A visão de Marshall foi considerada ingênua uma vez que fatores econômicos desequilibram a balança da igualdade, mas o próprio autor não nega isso. Marshall afirma que: “O problema, não é se, em última análise todos os homens serão iguais, certamente que não o serão, mas se o progresso não pode prosseguir firmemente mesmo que vagarosamente, até que, devido à ocupação ao menos, todo homem será um cavalheiro. (MARSHALL, 1997, p.59).

Marshall faz uma ligação entre o conceito de cidadania e a modernidade capitalista e o desejo por direitos iguais que envolvem também conflitos e divisão de classes sociais. Para que o sistema social seja estabelecido é necessário que os indivíduos assumam suas funções no sistema. Na visão de Marshall a cidadania passa a ser pensada a partir do surgimento dos fenômenos sociais e da integração dos indivíduos na comunidade com direitos civis, políticos sociais. A cidadania para Marshall é o status atribuído àqueles que participam como membros de uma determinada sociedade. A evolução da sociedade faz com novos conflitos aparecem e reforça a ideia de assegurar direitos. O autor ainda considera cidadania como a forma de viver de cada indivíduo e que brota de dentro pra fora não podendo ser imposto pelo Estado.

No Brasil, de acordo com Carvalho (2010) a cidadania iniciou uma marcha contada a passos lentos e sem muitos avanços a partir de 1822 com a independência. O autor destaca que nos primeiros anos até a Primeira República, do ponto de vista do progresso da cidadania a única conquista importante foi a abolição da escravidão em 1888. Ainda segundo o autor, no Brasil a cidadania ganhou maior destaque com o fim da ditadura militar em 1985 e a reconquista de eleger novamente os governantes. Cidadania se torna uma palavra recorrente em diversos meios. Dos sindicalistas aos advogados, do cidadão simples ao intelectual. E na moda da palavra a Constituição de 1988 se transformou em Constituição Cidadã. O autor explica que o direito ao voto não veio acompanhado de outras conquistas para o cidadão brasileiro. A democracia veio acompanhada do desgaste de políticos e partidos e despertaram a desconfiança e o descrédito por parte dos cidadãos.

Para Carvalho (2010), os direitos civis garantem a vida em sociedade, os direitos políticos asseguram a participação no governo da sociedade, e os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Foi esse o modelo que se desenvolveu na Inglaterra a partir do século XVIII. Nos século XIX surgiram os direitos políticos e por último no século XX os direitos sociais. Carvalho destaca uma sequência cronológica lógica: primeiro a garantia da liberdade, depois o direito ao voto e por ultimo os direitos civis. Com essas bases, Carvalho afirma que, a cidadania se desenvolveu também em países como França, Alemanha e Estados Unidos. Entretanto é importante dizer que o autor destaca uma importante diferença na evolução da cidadania no Brasil. Aqui os direitos sociais precederam os outros direitos e assim alteraram a lógica na sequência inglesa de evolução da cidadania, afetando assim natureza da cidadania no Brasil. Na obra “Cidadania no Brasil: um longo caminho” o autor faz uma análise da evolução da cidadania desde a proclamação da independência até 1988 mostrando como esses direitos se completam e causam impacto na sociedade. Carvalho diz ainda que no centro dessa questão existe a convicção democrática e como base de tudo as liberdades civis.

Já para Cortina (1997), “cidadania é primordialmente uma relação política entre um indivíduo e uma comunidade política, em virtude da qual o indivíduo é membro de pleno direito dessa comunidade e a ela deve lealdade permanente.” Para a autora a cidadania é consequência da integração e do reconhecimento do cidadão na comunidade. Cortina acredita que o vínculo político que se transforma num elemento de identificação social e formam uma identidade. Existe então uma aproximação dos semelhantes e um afastamento dos diferentes. Nesse aspecto, nesse artigo, acredita-se que os telejornais locais querem criar uma aproximação

com a comunidade.

Cortina diz ainda que apesar da cidadania ter raízes gregas e romanas, o conceito moderno de cidadania está ligado as revoluções francesa, inglesa e americana e o nascimento do capitalismo. O “Estado”, segundo Cortina, assume uma forma de organização política que surgiu na Europa a partir do século XVIII. A autora afirma que: “a cidadania é um conceito mediador porque integra exigências de justiça e ao mesmo tempo faz referências aos que são membros da comunidade, une a racionalidade da justiça ao calor do sentimento de” pertença”. Também segundo a autora merece destaque o surgimento do Estado de bem estar na última década do século XIX implantando medidas como seguro- doença, seguro acidente de trabalho ou aposentadorias por idade promovendo o bem estar dos menos favorecidos. A evolução desse Estado enquanto promotor chega a modalidade de gerenciador do bem estar durante a Segunda Guerra mundial assegurando outros direitos civis, políticos e sociais do cidadão.

A promoção da cidadania proposta pela comunicação através do telejornalismo comunitário e dos telejornais locais se coloca justamente onde o Estado se afasta de suas obrigações. Pode-se dizer que surge então uma espécie de cidadania assistida e na maioria das vezes uma assistência dada aos mais pobres. Dessa forma as demandas precisam da assistência do jornalismo para serem resolvidas. Precisam ser mostradas na televisão ao vivo ou gravadas para serem enxergadas pelo Estado. Sem a proteção do Estado, o cidadão recorre ao telejornalismo para garantir direitos básicos, como água, iluminação, coleta de lixo, mas também liberdade, educação, emprego e saúde. Essas são reivindicações que extrapolam os limites do bairro (o espaço geográfico) em busca do bem estar e justiça social. O telejornalismo local com a interface da cidadania se transforma em mais que um canal de denúncia, entretanto esse canal esbarra na superficialidade do uso do termo comunidade e cidadania. Essa superficialidade não acontece por acaso. O telejornalismo local se aproxima da comunidade, mas só até certo ponto. Só até onde os interesses capitalistas das emissoras, que visam basicamente o lucro não são ameaçados. Nesse aspecto a abordagem de Peruzzo, Marcondes Filho e Marque de Melo são coerentes. A grande mídia, realmente não é capaz de promover cidadania em um sentido mais amplo em seus telejornais locais. É necessário que se repense ainda se nas redações de TV existe um questionamento mais adequado sobre o verdadeiro sentido de cidadania por parte dos profissionais de comunicação. e se essa forma de pensar pode consequentemente implicar em novos formatos, discussões e novas saídas que realmente possam ajudar a construir uma sociedade mais justa e equilibrada com cidadãos educados, críticos e reflexivos.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Ao longo dos anos o telejornalismo local tem buscado uma proximidade maior com o telespectador se utilizando para isso de vários recursos técnicos e de produção. Essa iniciativa pode-se atribuir a rede Globo quando criou os telejornais locais em suas praças (afiliadas). Assim a notícia buscou ficar mais próxima do cidadão. O jornalista passou a percorrer a cidade em busca dos problemas da comunidade. Assim surge o chamado “telejornalismo comunitário”. O termo já se incorporou ao dia a dia das redações. Quando se fala em um problema de infraestrutura em um bairro distante da periferia logo aparece a imagem do telejornal mediando uma demanda da sociedade. A associação é tão automática que não se para pra pensar se isso é realmente jornalismo comunitário, se existe algum tipo de promoção dos direitos do cidadão nessa prática das redações e qual o interesse das grandes corporações ao dar visibilidade a esse tipo de problema? Certo é que precisamos refletir mais em torno desse formato informativo e de prestação de serviço que se reveste de defensor dos direitos do cidadão. Vários autores são unânimes em afirmar que não há como promover a cidadania na grande mídia sem tirar os olhos no valor simbólico representado pela audiência. É inegável que o lucro faz parte da

essência do capitalismo e uma empresa de comunicação precisa se manter no mercado cada vez mais concorrido e globalizado. Faz-se necessário refletir, questionar e repensar os conceitos de telejornalismo comunitário por mais que já estejamos acostumados com essa prática. É preciso refletir sobre a promoção da cidadania para além da visibilidade do bairro ou da escola. A cidadania representa uma jornada bem mais complexa que não pode ser confundida com briga por audiência e a manutenção do poder das grandes empresas de comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORTINA, Adela. Cidadãos do mundo: Para uma teoria da cidadania. Madrid: Alianza Editorial, 1997.
- COUTINHO, Iluska Telejornalismo e identidade em emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento.. In Vizeu Alfredo et al (orgs) Sociedade do telejornalismo, Petrópolis, RJ: Vozes,2008
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MARCONDES FILHO, Ciro. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker editores, 2002.
- MARQUES DE MELO, José Teorias do jornalismo: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.
- MARSHALL, Thomas. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.
- MATTOS, Sérgio. A evolução histórica da TV brasileira. In Vizeu Alfredo et al (orgs) 60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010.
- OLVEIRA. Sheila Elias de. Cidadania, história e política de uma palavra. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.
- PAIVA, Raquel. O espírito comum- Comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- PATERNOSTRO, Vera Iris O texto na TV: manual de telejornalismo Rio de Janeiro: Elsevier,1999
- PERUZZO, Cícilia M.K. A comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- PERUZZO, Cícilia M.K.. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária.
- INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set 2003. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/99061099541813324499037281994858501101.pdf>. Acesso em 04/07/2020
- PERUZZO Cícilia M.K..Conceitos de comunidade , local e região Líbero – São Paulo – v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. de 2009 disponível em <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Conceitos-de-comunidade-local-e-regi%C3%A3o.pdf> Acesso em 04/07/2020
- PERUZZO Cícilia Conceitos de comunicação comunitária, popular e alternativa e comunitária revistados e as reelaboraões no setor. ECO-Pós, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61 disponível em https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/viewFile/947/887 Acesso em 04/07/2020
- TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa Flertando com o caos: comunicação Jornalismo e televisão. Goiânia: FIC/UFG, 2014

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa O jornalismo e a cidade vínculos e desafios. In: _Comunidade Mídia e cidade; possibilidades comunitárias na cidade hoje: Goiânia: FIC/UFG,2014 cap 7 pg 127 a 150.

VIZEU, Alfredo. Decidindo o que é notícia: os bastidores do Telejornalismo. Porto Alegre: EDIPCURS, 2003

**COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL INCLUSIVA:
A PESSOA COM DEFICIÊNCIA COMO DESAFIO PARA A CONS-
TRUÇÃO DA CIDADANIA CORPORATIVA**



COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL INCLUSIVA: a pessoa com deficiência como desafio para a construção da cidadania corporativa

Daniela Priscila de Oliveira VERONEZI¹

Tiago MAINIERI²

RESUMO

O presente capítulo dedica-se a refletir acerca da importância da comunicação para a inclusão das pessoas com deficiência nas corporações, pois, ainda que por imposição legal, esses sujeitos ocupam, cada vez mais, seus espaços de direito nas organizações. No entanto, a presença nesse ambiente não garante, automaticamente, que essa parcela da população se sinta parte dele e, nessa acepção, defende-se que a transposição das barreiras comunicacionais e a viabilização das interações entre os sujeitos em sua diversidade são essenciais para a inclusão social. Para tanto, traça-se o panorama da comunicação organizacional no Brasil e, paralelamente, apresentam-se as conquistas desses sujeitos na contemporaneidade, em especial, com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovada, em 2006, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que culminou, em 2015, na instituição da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Esta investigação apoia-se, também, em estudos advindos da psicologia e do direito, uma vez que as pesquisas acerca do tema na área de comunicação ainda são incipientes. Com base em pesquisas bibliográfica e documental, almeja-se, como resultado, demonstrar que a inclusão das pessoas com deficiência, enquanto prática social, é permeada em sua essência pela comunicação e, nesse contexto, emerge como um campo de estudo promissor para o estabelecimento da cidadania corporativa.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão; pessoas com deficiência; comunicação organizacional; cidadania.

INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas com deficiência, na prática, é um desafio que se encontra em estágio inicial. No entanto, nos últimos anos, passou a contar com o respaldo de uma legislação promissora atinente ao tema. Em 2006, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada nos Estados Unidos, aprovou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, que foi assinada, em 2007, por diversos países, entre eles o Brasil. Esse documento internacional adquiriu tamanha relevância no país que, em 2008, foi ratificado pelo Decreto Legislativo nº 186 como emenda à Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

No ano seguinte, 2009, a Convenção foi promulgada pelo Decreto nº 6.949 e passou a ter validade efetiva no ordenamento jurídico brasileiro. Como parte da Constituição Federal, os direitos das pessoas com deficiência, embora já regulamentados de modo fragmentado em diversas leis e decretos antecedentes, adquirem um caráter prioritário inédito no país. Em decorrência dessas conquistas, foi instituída, em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que se destina “a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, p. 1).

¹ Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: danielaveronezi@gmail.com.

² Pós-doutor pela Universidade Nova de Lisboa (UNL) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFG. E-mail: tiagomainieri@ufg.br

Para que a inclusão e a cidadania das pessoas com deficiência se tornem uma prática social, tanto a Convenção quanto o Estatuto salientam algumas barreiras que precisam ser transpostas, entre as quais se encontram as comunicacionais, as informacionais e as atitudinais. Coadunando com a legislação vigente no Brasil, Sasaki concebe as seis dimensões de acessibilidade das pessoas com deficiência no âmbito corporativo, nas quais inclui a comunicacional e a atitudinal como duas delas, sendo as demais a arquitetônica, a metodológica, a instrumental e a programática (SASSAKI, 2010).

Com vistas à importância da comunicação organizacional para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, bem como para o exercício da cidadania, este estudo, com base em pesquisas bibliográfica e documental, defende a tese³ de que a inclusão das pessoas com deficiência nas organizações, enquanto prática social, tem como pré-requisito a transposição das barreiras comunicacionais e a viabilização das interações entre os sujeitos em sua diversidade.

No Brasil, os estudos acerca da comunicação inclusiva das pessoas com deficiência ainda são incipientes e a efetiva relevância dos processos comunicacionais como preponderantes para a inclusão e a cidadania desses sujeitos, embora encontre respaldo no âmbito legislativo, não desabrochou, até o momento, nas pesquisas desenvolvidas pela área, no país, com a pujança de seu potencial. Neste capítulo, como uma tentativa de contribuição para os estudos da comunicação acerca da temática, inicia-se com um panorama da comunicação organizacional no Brasil, em seguida discute-se a condição de cidadania das pessoas com deficiência no Brasil e, por fim, analisam-se as imposições legais à inserção desses sujeitos no mercado de trabalho, compreendendo a diáspora da deficiência como desafio das corporações.

O PANORAMA DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL NO BRASIL

Para a compreensão da ideia de comunicação inclusiva, é primordial refletir acerca da evolução e do panorama atual da comunicação organizacional. “A comunicação, em primeiro lugar, tem que ser entendida como parte inerente à natureza das organizações. Essas são formadas por pessoas que se comunicam entre si [...] num contexto de diversidades e de transações complexas” (MAINIERI, 2010, p. 2). É a partir da diversidade e da complexidade do processo comunicacional que se deve pensar a comunicação inclusiva.

“A história da comunicação organizacional no Brasil é a própria história do desenvolvimento econômico, social e político nas últimas décadas” (TORQUATO, 2004, p. 2). O autor, inicialmente, destaca duas grandes fases que marcaram a evolução da área no cenário internacional (década de 1950, com ênfase no produto, e década de 1960, centrada na imagem). No Brasil, a comunicação organizacional foi impulsionada no final da década de 1960 pela industrialização. Já as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo posicionamento estratégico da área nas organizações e a década de 1990, permeada pela globalização, focou-se nos profissionais com conhecimento holístico, como estratégia de diferenciação das corporações no mundo competitivo (TORQUATO, 2004).

Bueno (2009), por sua vez, distingue cinco momentos da trajetória da comunicação empresarial no Brasil. O primeiro, antes da década de 1970, caracteriza-se por uma comunicação fragmentada e desempenhada por profissionais de áreas diversas. Em 1967, destaca-se a criação da Associação Brasileira de Editores de Revistas e Jornais Empresariais (Aberje), que posteriormente, embora mantendo a sigla, passou a ser nomeada como Associação Brasileira de Comunicação Empresarial. O segundo, que compreende a década de 1970, é o período no qual profissionais especializados começaram a trabalhar nas empresas de médio e grande porte,

3 As reflexões aqui apresentadas são resultantes da tese de doutorado em curso e se configuram como o estágio inicial da pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

que implantaram áreas de comunicação. Nesse período, também surgiram as primeiras literaturas da área.

Estimulado pelo novo cenário político, que passou a exigir das organizações uma postura diferenciada, o terceiro momento emergiu na década de 1980, marcado pela profissionalização das atividades relacionadas à área. Um dos destaques desse período foi o Plano de Comunicação Social da Rhodia. O quarto momento refere-se à década de 1990, na qual o conceito de comunicação empresarial se aprimorou e passou a ser considerado estratégico para as organizações, migrando de um conjunto fragmentado de atividades para um processo integrado. Já no período subsequente, emergiu o quinto momento, em que a comunicação se prepara para ascender a um novo patamar, despontando como elemento essencial do processo de inteligência empresarial (BUENO, 2009).

Nessa trajetória da comunicação organizacional, observa-se que, a partir de distintas perspectivas, as abordagens se propõem a entender o fenômeno comunicacional no contexto das organizações. À medida que se complexifica ou se percebe a complexidade do processo comunicacional, ampliam-se os cenários que contemplam as diversidades.

A comunicação organizacional, como objeto de pesquisa, é a disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações no âmbito da sociedade global. Ela analisa o sistema, o funcionamento e o processo de comunicação entre a organização e seus diversos públicos. “Comunicação organizacional”, “comunicação empresarial” e “comunicação corporativa” são terminologias usadas indistintamente no Brasil para designar todo o trabalho de comunicação levado a efeito pelas organizações em geral (KUNSCH, 2003, p. 149).

No campo dos estudos da comunicação organizacional, Kunsch (2003) defende a importância de se abordar esse objeto de estudo de modo integrado, o que pressupõe a convergência das comunicações administrativa, interna, institucional e mercadológica em prol de uma atuação sinérgica, com vistas ao estabelecimento de um efetivo relacionamento entre a organização e os seus públicos de interesse. Embora os estudos acerca da comunicação organizacional envolvam diversas especialidades, é inegável sua conexão com a atividade do profissional de Relações Públicas no âmbito corporativo.

Nessa perspectiva, salienta-se o que Grunig et al. (2011) denomina de “Comunicação Simétrica de Duas Mãos”, as “Relações Públicas Excelentes”, que pressupõe equilíbrio entre os interesses da organização e de seus públicos nos relacionamentos estabelecidos. Como as Relações Públicas, enquanto atividade profissional, é fruto do capitalismo, trata-se de um modelo de difícil implementação na prática, já que demanda interações intersubjetivas em condições ideais de reciprocidade entre a corporação e seus públicos. De todo modo, por mais que haja um distanciamento entre o idealismo de tal concepção e a prática profissional, faz-se necessário que os esforços comunicacionais perpassem os sujeitos em sua integralidade, oportunizando trocas mútuas e a constituição de uma perspectiva mais humanizada.

Para que se possa conceber os sujeitos em sua integralidade, faz-se necessário considerar que o mesmo colaborador que é público-alvo da organização em suas comunicações administrativas e internas, também é alcançado pela corporação, juntamente com suas famílias, amigos e demais membros da sociedade, nas comunicações institucionais e mercadológicas. Em outras palavras, o mesmo sujeito social pode compor o quadro funcional de uma dada corporação e, concomitantemente, participar das campanhas educativas empreendidas por ela na comunidade em que reside, além de consumir os seus produtos e/ou serviços.

Essa rede que se constitui em torno dos sujeitos e os permeia em diferentes aspectos da vida sempre esteve presente na sociedade, mas se potencializou com as novas tecnologias da informação e da comunicação, cuja “sociabilidade favorece contatos e reciprocidades entre sujeitos, a partir da construção de um processo

dialógico” (MAINIERI, 2014, p. 186). Nesse panorama da comunicação organizacional no Brasil, tendo em vista a relevância dessa atividade profissional no relacionamento entre as organizações e seus públicos, clama-se pela ampliação dos estudos acerca da contribuição desse campo do saber em favor da diversidade, em especial da inclusão das pessoas com deficiência como desafio para a construção da cidadania corporativa.

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

“No sentido moderno, cidadania é um conceito derivado da Revolução Francesa (1789) para designar o conjunto de membros da sociedade que têm direitos e decidem o destino do Estado” (FUNARI, 2008, p. 49) e a inclusão das pessoas com deficiência é um passo de extrema relevância para que esses sujeitos possam exercer os seus direitos enquanto cidadãos. Pautado em discussões internacionais, o Brasil conta, na atualidade, com uma legislação inovadora e promissora acerca da inclusão dessa parcela da população, mas a implementação de tal concepção esbarra em heranças históricas advindas da própria constituição da sociedade brasileira, pois, para Carvalho (2002, p.19), “o fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão”.

Em um país essencialmente escravocrata, a noção de cidadania inserida nesse contexto social era parcial e segregacionista. Além disso, ainda que a abolição da escravidão tenha se concretizado em 1888, tal processo não resultou de uma reconfiguração e de um amadurecimento da consciência social da população brasileira, ao contrário, firmou-se por pressão da Inglaterra, que se encontrava no auge da expansão industrial, com o advento da Revolução, e necessitava de mercado com potencial de compra para expandir seus negócios.

Nessa acepção, o modelo de cidadania pleno, defendido por Marshall (1967), atrelado à adoção dos direitos civis, políticos e sociais, nessa ordem e com cronologia suficiente para o amadurecimento da sociedade em cada estágio, antes de migrar para o patamar de direitos subsequentes, no caso brasileiro não se concebeu dessa maneira e as consequências dessa reconfiguração refletem na contemporaneidade. Carvalho (2002) salienta duas diferenças essenciais, empreendidas no país, que contrapõem o modelo de Marshall (1967).

A primeira refere-se à ordem em que os direitos foram adquiridos no Brasil, sendo primeiro os sociais, na sequência, os políticos e, por último, os civis. A segunda corresponde à ênfase maior atribuída aos direitos sociais em relação aos demais. Para Carvalho (2002, p. 87), “o ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país”, pois durante o Governo Vargas criou-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, bem como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de outros avanços na legislação social. Assim, o período ditatorial, denominado “Estado Novo”, fortaleceu os direitos sociais e suprimiu os políticos e os civis.

Após a “Era Vargas”, o país passou por momentos democráticos e ditatoriais e a Constituição Federal, de 1988, emerge na sociedade como um marco legítimo da redemocratização do país e, naquele contexto histórico, as conquistas materializadas nessa Carta Magna fizeram com que ela ficasse amplamente conhecida como “Constituição Cidadã”. É importante destacar que um dos fundamentos que norteia esse documento máximo do regime jurídico do país é a cidadania, ainda que, em sua concepção, tal noção esteja fortemente atrelada aos direitos políticos, ou seja, à possibilidade de votar e ser votado.

Nesse panorama deficitário da cidadania no Brasil, no qual predomina uma desigualdade social sem precedentes, que persiste como herança histórica, emergem, com maior pujança a partir da década de 1980, movimentos sociais em prol da inclusão das pessoas com deficiência, atrelados a novos patamares mundiais de discussões acerca do tema. A ONU, em 1981, instituiu o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, como forma de reconhecer a responsabilidade dos governos em tratar com igualdade esses sujeitos. Essas novas perspectivas internacionais referentes à deficiência e a consequente influência nos movimentos sociais empreendidos no país repercutiram diretamente no texto da Constituição Federal, amplificando a aquisição de

direitos dessa parcela da população.

No entanto, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo é considerada o grande marco da conquista dos direitos desses sujeitos no país e seu caráter imperativo deve-se à prerrogativa que adquiriu enquanto parte do texto Constitucional. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, como consequência, delinea as diretrizes estratégicas advindas da Convenção, em busca da concretização desses direitos, resultantes dessa nova concepção sacramentada na Carta Magna do Brasil. No entanto, segundo Reis (2012, p. 396):

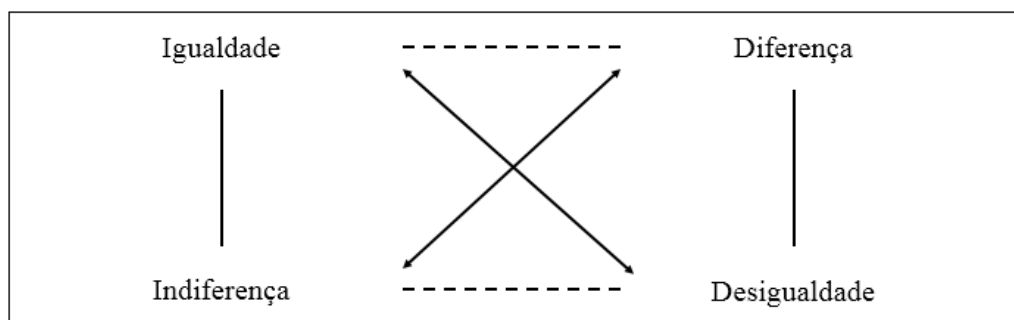
Sem que os cidadãos compartilhem virtudes cívicas dificilmente as leis encontram vigência. Pois, a vivência cotidiana dos cidadãos se furta à regulação direta das leis e à fiscalização do estado, de modo que, frequentemente, encontramos situações de violação e desrespeito as quais, embora proibidas pelas leis, se mantêm nos velhos hábitos ainda não alterados.

Piovesan (2013) delinea quatro fases vivenciadas pelas pessoas com deficiência. Na primeira, a intolerância, a deficiência representa a impureza e o castigo divino; na segunda, a invisibilidade, tanto a deficiência relativa quanto a absoluta é tida como algo natural; na terceira, o assistencialismo, a deficiência é concebida como uma doença a ser curada, sendo o foco centrado no sujeito, portador da enfermidade; e na quarta, a inclusão, foca-se na relação entre a pessoa com deficiência e o meio no qual ela está inserida, bem como na necessidade de eliminar as barreiras existentes na sociedade que impossibilitam o pleno exercício de direitos. Essas fases são permeadas por dois modelos de deficiência: o médico e o social.

O modelo social emergiu no Reino Unido, na década de 1960, em contraposição ao modelo médico dominante, e transformou a compreensão acerca da deficiência, atribuindo a culpa da desigualdade à sociedade e não ao sujeito com deficiência (BAMPI et al., 2010). Em outros termos, no modelo médico a deficiência é vista como uma adversidade que acomete o indivíduo que a porta e, nessa perspectiva, essas pessoas devem se adaptar à sociedade tal como ela é ou procurar a cura para o seu problema. Já o modelo social pressupõe a “modificação da sociedade como pré-requisito para qualquer pessoa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania” (SASSAKI, 2010, p. 41).

Em oposição à expressão “pessoa portadora”, inerente ao modelo médico, “pessoa com deficiência”, advinda do modelo social, humaniza a denominação. É também uma tentativa de transpor as barreiras comunicacionais e as atitudinais, eliminando ou, ao menos, reduzindo os estereótipos e os estigmas causados pela deficiência. O modelo social de deficiência foi consolidado pela Convenção da ONU e, por consequência, permeia o Estatuto, que visa, em condições de igualdade, assegurar e promover a inclusão social e a cidadania (BRASIL, 2015). Para que se possa clarificar a noção de igualdade, que perpassa esta investigação, recorre-se ao quadro semiótico apresentado a seguir:

Figura 1: Quadro Semiótico da Igualdade



Fonte: Barros (2014, p. 212).

Para se compreender o conceito de igualdade, em todas as suas nuances, faz-se necessário conceber que a oposição contraditória a tal concepção é a desigualdade. No entanto, como a igualdade de condições entre as pessoas é um bem relativo, adota-se, em dadas circunstâncias, as políticas afirmativas que implicam “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades” (NERY JUNIOR, 1999, p. 42). Nesse contexto, no qual se destacam as oportunidades desiguais entre os sujeitos sociais, discriminações positivas se fazem necessárias para a correção dessas disparidades.

Desse modo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por exemplo, caracteriza-se como uma política afirmativa que busca equiparar a igualdade de oportunidades em prol de uma igualdade de resultados. Em outras palavras, é a agregação de direitos adicionais e específicos para restabelecer o equilíbrio social e oportunizar a aquisição de resultados equivalentes. Outro aspecto a se considerar é a noção de diferença e de indiferença. As pessoas, em sua própria concepção, são diferentes e desiguais. Partindo desse pressuposto, cada ser humano deve ser respeitado em sua diversidade para que, com suas particularidades, participe do convívio social.

Nessa acepção, tratar grupos minoritários com indiferenciação, ou seja, sem considerar as suas diferenças, é caracterizá-los por estigmas e estereótipos que desconsideram a sua diversidade. Por exemplo, as pessoas com síndrome de Down, tradicionalmente, são concebidas como dóceis e afetivas. No entanto, esses sujeitos, assim como os demais membros da sociedade, não podem ser taxados dessa maneira, ao passo que cada um dispõe de características peculiares que os diferem. Com isso, tratar as pessoas com indiferença significa parametrizá-las e suprimir as peculiaridades que definem a essência de cada sujeito social. Assim, cada ser humano deve ser respeitado em suas diferenças e contar com condições equânimes em sua existência social.

Como já mencionado anteriormente, a própria noção de cidadania no Brasil é deficitária, considerando a população de modo abrangente, uma vez que se trata de uma concepção recente e que não foi concebida no âmbito social com a processualidade requerida (direitos civis, políticos e sociais). Em relação às pessoas com deficiência, o desafio em busca da cidadania intensifica-se, uma vez que, tradicionalmente, foram inferiorizadas no convívio social e discriminações positivas, no âmbito legislativo, foram necessárias para que a inclusão se corporifique em caráter legal e impulsione, paulatinamente, em conjunto com diversas outras ações, práticas sociais mais humanizadas.

A DIÁSPORA DA DEFICIÊNCIA COMO DESAFIO DAS CORPORAÇÕES

Segundo dados da Cartilha do Censo 2010 - Pessoas com Deficiência, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012)⁴, 23,9% da população do país possui, ao menos, um tipo de deficiência, seja física ou intelectual. Esse percentual corresponde a mais de 45 milhões de pessoas, ou seja, aproximadamente uma em cada quatro residentes no país. Além desses dados, o Censo 2010 também identificou o quantitativo de brasileiros acometidos por essas deficiências com maior severidade, obtendo a fração de 8,3%.

Embora a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo seja o grande marco da conquista de direitos desses sujeitos, fato é que diversas outras iniciativas legislativas precederam esse arcabouço jurídico, entre as quais se encontra a Lei nº 8.213, de 1991. Na verdade, essa Lei “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências” (BRASIL, 1991, p. 1) e, em seu artigo 93, disciplina sobre cotas para pessoas com deficiência nos seguintes termos:

4 Disponível em: <<http://www.unievangelica.edu.br/novo/img/nucleo/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I - até 200 empregados - 2%; II - de 201 a 500 - 3%; III - de 501 a 1.000 - 4%; IV - de 1.001 em diante - 5% (BRASIL, 1991, p. 45).

Ainda que impulsionadas por imposição legal, as pessoas com deficiência, antes apartadas do âmbito corporativo, passaram a se fazer presentes nas organizações nas últimas décadas. Dados da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho⁵, do Ministério da Economia, apontam que com a intensificação das inspeções nas empresas, com o intuito de fiscalizar o cumprimento da Lei nº 8.213, em 2018, 46,9 mil pessoas com deficiência tiveram acesso ao mercado de trabalho. Esses números são os maiores desde 2003, quando tal quantificação passou a ser mensurada. Em comparação com 2017, as admissões foram majoradas em 20,6%.

Essa movimentação das pessoas com deficiência em contingente cada vez mais expressivo para as organizações pode ser compreendida, metaforicamente, como movimentos diaspóricos, que, apesar da origem longínqua, demonstram-se apropriados para a compreensão de acontecimentos presentes na contemporaneidade. De origem grega, diáspora significa dispersão e, no Velho Testamento da Bíblia, corresponde à condução, por Moisés, do povo hebreu (judeus) à Palestina, que é a “Terra Prometida”, após o período de escravidão que vivenciaram no Egito.

Hall (2003), por sua vez, apropria-se do conceito de diáspora para se referir a dois movimentos migratórios atinentes à modernidade. O primeiro aborda a imigração dos africanos, durante a escravidão, para o Caribe e o segundo trata dos caribenhos em direção à Grã-Bretanha, assim como ao Canadá e aos Estados Unidos. Para o autor, apesar dos laços constituídos pelos imigrantes caribenhos com as comunidades negras britânicas, os elos da ancestralidade seguem impregnados nessa parcela da população, a despeito do distanciamento físico que a separa de seu território de origem. Por outro lado, salienta os desafios enfrentados pelos que retornam ao Caribe em se reencontrar no ambiente nativo.

Com isso, é importante que se compreenda que “na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas” (HALL, 2003, p. 27), o que corresponde a dizer, em outros termos, que os migrantes não se vinculam apenas às suas identidades de origem e tampouco se convertem totalmente às identidades que fluem em seu novo destino, ao contrário, emergem em um sincretismo de identificações que permeiam a sua existência social enquanto sujeitos diaspóricos. Nessa perspectiva, faz-se necessário conceber as identidades como elementos fluidos que se configuram e se reconfiguram em dado contexto sócio-histórico e permeiam as mediações culturais que se processam na intersubjetividade.

Bastos (2015), por sua vez, ao abordar o movimento afrodiaspórico, que trata da imigração dos africanos para a América, em especial para o Brasil, salienta o caráter involuntário de tal dispersão, bem como sua conexão com uma crise da humanidade. Assim, nas palavras da autora, esse movimento, por ela abordado, “refere-se a um estudo analítico, de uma das trajetórias geográficas das imigrações africanas que podemos ou devemos chamá-las involuntárias” (BASTOS, 2015, p. 65) e afirma que “os africanos que atravessaram para as Américas, na condição de escravos, foram destituídos de tudo, inclusive de sua humanidade ao serem transformados em mercadorias, ‘coisificados’” (BASTOS, 2015, p. 68).

Na contemporaneidade, emergiram diversos movimentos diaspóricos, de caráter involuntário, como

5 Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2019/02/contratacoes-de-pessoas-com-deficiencia-batem-recorde-em-2018>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

a imigração dos povos árabes, oriundos de países do Oriente Médio e da África, para a Europa, com vistas a fugir das guerras que acometem essas nações e das condições subumanas impostas por governos totalitários. Assim como a imigração haitiana, em especial para o Brasil, impulsionada, sobretudo, por desastres naturais que agravaram as condições miseráveis da população. Outro movimento diaspórico que pautou as discussões internacionais refere-se à imigração venezuelana para os países vizinhos, principalmente para a região norte brasileira, em função da ditadura chavista conduzida por Nicolás Maduro.

Tomando por referência as diásporas, mencionadas anteriormente, nota-se que o movimento das pessoas com deficiência para as organizações é igualmente involuntário, uma vez que se maximiza por exigência legal. Nessa perspectiva, o novo ambiente corporativo que se constitui, a partir dessa diáspora, deve ser fundamentado no modelo social de deficiência - que pressupõe o rearranjo da sociedade em prol da inclusão desses sujeitos - e para que tal empreitada se torne uma prática social, defende-se que a comunicação organizacional é um dos elementos essenciais nesse processo.

As pessoas com deficiência, historicamente, são tratadas como “inválidas”, “incapazes”, “defeituosas”, entre outros termos pejorativos, mas as conquistas legislativas recentes as colocam, cada vez mais, como sujeitos, e não objetos, das interações sociais. Com isso, reafirma-se que, no âmbito dos estudos comunicacionais, o esforço intelectual em favor da inclusão é preponderante para transformar normas legais em práticas sociais e, como consequência, ressignificar os processos identitários que fluem no ambiente corporativo e se oxigenam com as mudanças que emergem na sociedade.

No trabalho intelectual sério e crítico não existem “inícios absolutos” e poucas são as continuidades inquebrantadas. [...] O que importa são as rupturas significativas - em que velhas correntes de pensamento são rompidas, velhas constelações deslocadas, e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas. Mudanças em uma problemática transformam significativamente a natureza das questões propostas, as formas como são propostas e a maneira como podem ser adequadamente respondidas. Tais mudanças de perspectiva refletem não só os resultados do próprio trabalho intelectual, mas também a maneira como os desenvolvimentos e as verdadeiras transformações históricas são apropriados no pensamento e fornecem ao Pensamento, não sua garantia de “correção”, mas suas orientações fundamentais, suas condições de existência. É por causa dessa articulação complexa entre pensamento e realidade histórica, refletida nas categorias sociais do pensamento e na contínua dialética entre “poder” e “conhecimento” que tais rupturas são dignas de registro (HALL, 2003, p. 131).

Nessa acepção, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, já destacada anteriormente como o grande marco das conquistas de direitos desses sujeitos, sobretudo no Brasil, ao se tornar parte da Constituição Federal, pode ser considerada a reconfiguração das identificações acerca das pessoas com deficiência na sociedade contemporânea. É importante salientar que, em seu escopo, essa norma jurídica notabiliza a relevância da comunicação “a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida” (BRASIL, 2009, p. 6).

Evidencia-se ainda que, no âmago dessa Convenção, a comunicação perpassa outras nuances imprescindíveis para que, paulatinamente, a sociedade busque a equidade entre os sujeitos, independentemente de sua condição física ou intelectual. Com isso, destaca-se a defesa do “direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha” (BRASIL, 2009, p. 9).

Outro ponto abordado pela Convenção, que também pode ser concebido como objeto de estudo dos processos comunicacionais, é a conscientização da sociedade em relação aos direitos das pessoas com deficiência, o combate ao preconceito e às práticas danosas a esses sujeitos, bem como a compreensão das habilidades e contribuições que podem agregar à sociedade. Para tanto, sugere diversas ações com o intuito de que tal fim seja alcançado como, por exemplo, campanhas de conscientização, programas de formação, além do incentivo à linguagem adequada da mídia na propagação de conceitos atinentes às pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

Nota-se, com isso, que a comunicação perpassa diversos aspectos da Convenção e, por consequência, incute-se no cerne do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que delinea e materializa as proposições presentes nesse documento estruturante. Na primeira parte do Estatuto, abordam-se alguns conceitos fundamentais para a inclusão social, entre os quais se encontram as barreiras nas comunicações e na informação, como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação” (BRASIL, 2015, p.1). Para o Estatuto, considera-se:

Comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações (BRASIL, 2015, p. 2).

Ainda que a definição de comunicação advinda do Estatuto, com base em dizeres similares presentes na Convenção, atenha-se, em especial, a um arcabouço ferramental de possibilidades, trata-se de uma noção imprescindível sob a qual os profissionais da área podem utilizar de sua expertise em prol da inclusão das pessoas com deficiência. Além disso, é importante considerar que a essência dos processos comunicacionais permeia tanto a Convenção quanto o Estatuto, como se pode observar em alguns trechos anteriormente mencionados entre diversas possibilidades presentes nessas normativas que sacramentam tal afirmação.

Nesse contexto, a comunicação organizacional inclusiva implica uma ressignificação identitária das corporações, que valorize a diversidade e respeite as diferenças como elementos essenciais para a constituição dos processos culturais e de um capitalismo mais humanizado, que tenha como foco a cidadania corporativa. Assim, é necessário mencionar que a diáspora das pessoas com deficiência rumo às organizações, assistida na atualidade, permeia a noção de igualdade e de justiça social, que circunda os conceitos de inclusão e, por consequência, de exclusão.

Tanto um quanto o outro estão imbricados em sistemas de poder que definem os grupos que participam ou não dessa relação. A comunicação, como elemento essencial e fundante das interações sociais, deve ser adequadamente concebida no âmbito corporativo, com vistas ao estabelecimento de relações equânimes entre os sujeitos desprestigiados pelos sistemas político, econômico e social, buscando maneiras de incluí-los. Com isso, defende-se, à priori, a tese, nesses primeiros passos de uma longa trajetória de investigação, de que a inclusão das pessoas com deficiência nas organizações, enquanto prática social, tem como pré-requisito a transposição das barreiras comunicacionais e a viabilização das interações entre os sujeitos em sua diversidade.

CONSIDERAÇÕES

Em uma sociedade como a brasileira, na qual a noção de cidadania não se instaurou, até o momento, por uma herança histórica que persiste em tensionar tal concepção em sentido inverso ao praticado em democracias legitimadas, é um desafio ainda maior alçar minorias estigmatizadas, como as pessoas com deficiência, ao patamar de cidadãos. Esse percalço se estende à constituição de uma comunicação organizacional inclusiva, pois as pessoas, com ou sem deficiência, iniciam sua vida profissional na fase adulta, o que significa que, por anos, a inclusão social não fez parte de seu cotidiano, tendo em vista que os alicerces que a edificam não foram paulatinamente construídos. De todo modo, o país não pode se render à derrota de seguir uma democracia sem expressividade, frágil e marcada pela exclusão social.

Movimentos precisam ser feitos, no sentido contrário, para que a inclusão ultrapasse o âmbito jurídico e permeie a sociedade, tornando-se uma prática cotidiana instituída com naturalidade. Assim, acredita-se que, apesar de etapas terem sido negligenciadas, as pessoas com deficiência encontram-se, cada vez mais, no ambiente corporativo e precisam participar dele e de suas decisões cotidianas com as mesmas prerrogativas dos demais sujeitos sociais. Para que isso ocorra, há diversas barreiras a serem suprimidas, como as arquitetônicas, as metodológicas, as instrumentais, as programáticas e as atitudinais, mas as comunicacionais, sem dúvida, ocupam uma posição de destaque e perpassam as demais, sendo corporificadas, também, no bojo das normas jurídicas que prezam pela inserção dessas minorias relegadas ao descaso e ao esquecimento.

Para que a inclusão das pessoas com deficiência se concretize nas instituições, argumenta-se que a comunicação organizacional é um elemento essencial nesse processo, ao passo que é capaz de romper com a dificuldade de os “normais” compreenderem que as pessoas com deficiência são, antes da própria deficiência, sujeitos. Nesse sentido, sacramenta-se que, no âmago dos estudos comunicacionais, o esforço intelectual em prol da inclusão é imprescindível para transformar normas legais em práticas sociais e, por conseguinte, redefinir os processos identitários que fluem nas instituições.

Nessa perspectiva, acredita-se que a comunicação organizacional inclusiva é fundamental para que os sujeitos assumam, cada vez mais, uma postura propositiva e procurem, continuamente, intervir em favor da constituição de práticas cidadãs, estabelecendo novas produções subjetivas que fortaleçam os discursos contra-hegemônicos e ressignifiquem as construções sociais com respeito à diversidade. É nessa direção que se buscará empreender e aprofundar os estudos apresentados nesta investigação inicial, acreditando que, sem a transposição das barreiras comunicacionais e a viabilização das interações entre os sujeitos em sua diversidade, a construção de uma sociedade equânime, inclusiva e cidadã não se materializa,

REFERÊNCIAS

- BAMPI, L.; GUILHEM, D.; ALVES, E. Modelo Social: uma nova abordagem para o tema deficiência. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 1-9, jul./ago. 2010.
- BARROS, J. D’A. *A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira*. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BASTOS, A. P. P. A diáspora africana numa trajetória geográfica, territorial e libertadora: da África ao Brasil (a liberdade em Redenção). *Cadernos de Geografia*, Coimbra: FLUC, n. 34, p. 65-72, 2015.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5. out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/

constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 ago. 2019.

_____. Contratações de pessoas com deficiência batem recorde em 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2019/02/contratacoes-de-pessoas-com-deficiencia-batem-recorde-em-2018>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. Decreto nº 186, de 9 de julho de 2008. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jul. 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2008/decretolegislativo-186-9-julho-2008-577811-publicacaooriginal-100742-pl.html>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 08 ago. 2019.

_____. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.

BUENO, W. da C. Comunicação empresarial: políticas e estratégias. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FUNARI, P. P. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. (Orgs.). História da Cidadania. 4. ed. 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2008.

GRUNIG, J.; FERRARI, M. A.; FRANÇA, F. Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos. 2. ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. In: SOVIK, L. (Org.). Trad.: Adelaine La Guardiã Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília, DF: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

IBGE. PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

KUNSCH, M. M. K. Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

MAINIERI, T. A cidade tecida sem fios - a comunicação digital ressignificando as cidades. In: PAIVA, R.; TUZZO, S. A. (Orgs.). Comunidade, Mídia e Cidade: possibilidades comunitárias na cidade hoje. Goiânia, GO: FIC/UFG, 2014, p. 181-192.

_____. A comunicação organizacional na construção da cidadania. In.: Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Caxias do Sul, RS - 2 a 6 de setembro de 2010.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Trad.: Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar

Editores, 1967.

NERY JUNIOR, N. Princípios do processo civil na constituição federal. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

PIOVESAN, F. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

REIS, H. E. Diversidade e Respeito: supostos para formação dos cidadãos. In: MORAES, C. C. P.; LISBOA, A. S.; OLIEVIRA, L. F. (Orgs.). Educação para as relações Etnicorraciais. 2. ed., Goiânia, GO: Funape: UFG/Ciar, 2012, p. 387 a 401.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SDH/PR. Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência. 2012. Disponível em: <<http://www.unievangelica.edu.br/novo/img/nucleo/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

TORQUATO, G. Tratado de comunicação organizacional e política. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

**IMPrensa ALTERNATIVA E CIDADANIA:
EXPERIÊNCIAS DE JORNALISMO
NOS CONTEXTOS DA
DITADURA MILITAR E NA SOCIEDADE WEB**



IMPrensa ALTERNATIVA E CIDADANIA: experiências de jornalismo nos contextos da Ditadura Militar e na sociedade Web

Kalyne MENEZES¹

Rosana BORGES²

RESUMO

A Imprensa Alternativa e sua relação com a cidadania é ponto de partida deste artigo, que traz uma breve reflexão sobre o tema partindo de experiências desse tipo de jornalismo durante a Ditadura Militar e na atualidade, com as possibilidades oferecidas pela Web. Durante o regime autoritário, são apresentados neste artigo alguns dos jornais chamados alternativos, que tinham como foco a resistência ao governo e a luta pela redemocratização, utilizando para isso a informação. Atualmente, as experiências nas plataformas online são ilustradas neste trabalho por meio de iniciativas em países da América Latina que têm sido destaque no modo de fazer jornalismo de uma maneira colaborativa e com ênfase na transparência e engajamento político. Para isso, o trabalho utiliza de pesquisa bibliográfica e relaciona conceitos de jornalismo, cidadania, história e memória, mídiatização e participação social.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Imprensa Alternativa; Ditadura Militar; Cidadania.

INTRODUÇÃO

Uma das maiores contribuições que a História pode fornecer aos estudos de Jornalismo, especialmente no que tange à História da Imprensa, é contar o que aconteceu, como aconteceu e porque aconteceu (BARBOSA, 2005). É como contar um passado em um presente, que olha para este acontecimento com um grau de consciência e de reflexão a partir do que houve, com o olhar de hoje, apoiando-se na memória. Tomando isso como gancho, este trabalho propõe uma reflexão acerca de experiências de imprensa alternativa - no sentido de produção em relação aos meios tradicionais e hegemônicos de comunicação -, partindo dos jornais durante o regime militar no Brasil e apontando exemplos atuais de jornalismo colaborativo nos meios eletrônicos.

As experiências de alguns jornais durante a Ditadura Militar refletiram em diversos veículos de referência do país, como o Pasquim, que serviu de inspiração para muitos jornais Brasil afora e, posteriormente, foram substituídas pela imprensa alternativa online, com o advento da Internet. Durante o regime militar, as práticas jornalísticas de muitos veículos considerados alternativos aos modelos e empresas tradicionais eram inspiradas e ancoradas neste caldeirão cultural e na efervescência da sociedade frente a um governo autoritário, e na luta por pluralidade e democracia.

Mais recentemente, com a explosão dos sites, blogs, vlogs, portais e outras possibilidades no mundo online, novas formas de fazer jornalístico têm sido pensadas para manter a transparência e pluralidade das informações, inclusive em contextos de sociedades democráticas. Isso tem se mostrado uma maneira de cultivar, digamos assim, o ideal de cidadania por meio da informação, buscando sempre alternativas de tornar as informações o mais fidedigna e públicas possíveis, munindo a sociedade de dados e subsídios para atuação

1 Doutoranda em Comunicação, Cultura e Cidadania pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestra em Comunicação pelo mesmo programa, Especialista em Assessoria de Imprensa e Marketing e Jornalista pela mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa de Mídia, Imagem e Cidadania (CNPq). E-mail: mskalyne@gmail.com.

2 Professora e Orientadora do PPGCOM FIC UFG

DITADURA MILITAR E IMPRENSA ALTERNATIVA: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

A grande imprensa defende interesses hegemônicos, mesmo que aparentemente assuma postura oposta. Isso porque os seus interesses são interligados com o da classe dominante e, por isso, é comum pressões para ajustes de linha editorial quando determinados assuntos são de interesse dessa classe. Dessa forma, há uma reconstrução do presente que é seletiva e, conseqüentemente, a reconstrução história do presente também é seletiva (BARBOSA, 1995). “Ao registrar os fatos, sob a forma de impresso, dando-lhe uma carga de documentalidade, o jornal se transforma num construtor de memória presente a ser usado pela história futura (BARBOSA, 1995, p. 86)”.

Apesar de relações às vezes conflituosas, o jornalismo e a história são duas disciplinas que têm muito a contribuir no estudo da História da Imprensa. Uma característica da pesquisa histórica que, de acordo com Barbosa (1995) vem sendo muito desenvolvida, é o cruzamento de fontes. A autora afirma que no entrecruzamento entre jornalismo e história, “[...]o que se faz é uma reinterpretação do passado ou do presente, carregada de uma subjetividade com que, como sujeitos históricos, impregnamos qualquer análise” (BARBOSA, 1995, p. 86).

A seleção é uma atividade que tanto o historiador quanto o jornalista partilham. Os meios de comunicação selecionam o que vai ser notícia ou não, como um filtro da realidade. O jornalista, enquanto *gatekeeper*, seleciona os fatos e pauta a própria sociedade. Barbosa (1995) destaca que esses acontecimentos criados pela mídia e transformados em documentos nos jornais, revistas e outros arquivos acabam por conferir uma nova dimensão do acontecimento. Da mesma maneira, a história também faz uma reconstrução seletiva do passado, mesmo que considere essa reconstrução como processo e não como acontecimento. Ambos, jornalista e historiador, analisam o passado em uma posição em que a subjetividade e a singularidade pessoal estão presentes dentro do processo e da narrativa que desenvolvem.

O jornal ao selecionar fatos, ao relegar outros ao esquecimento, ao escolher a forma de sua narrativa, ao definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial a dialética lembrar/esquecer. Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados na prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento. Funcionando como uma espécie de memória escrita de uma determinada época, retém o excepcional. Mesmo quando os fatos mais cotidianos aparecem fixados sob a forma de notícias, há sempre um nexo da narrativa que os transpõe do lugar do comum para o do extraordinário (BARBOSA, 1995, p. 88).

Nesse sentido, a escrita é vista como um instrumento de construção seletiva de memória, ancorada na questão do poder. Ao considerar, selecionar um dado acontecimento, e eternizá-lo por meio da escrita, também há uma eternização da memória a partir do que deve ser lembrado e esquecido – que são as realidades que caíram na zona do silêncio. Dessa maneira, os “veículos de comunicação impressos tornar-se-iam, portanto, também senhores da memória” (BARBOSA, 1995, p. 89). Barbosa afirma que ao observar o que se passa no mundo, o jornal retém assuntos que, em princípio, têm relação e identificação com o leitor e cujo objetivo maior é mantê-lo atualizado. Mas, como o jornal é um espaço reduzido da realidade, ele acaba selecionando as informações e hierarquizando, conforme importância e outros fatores jornalísticos dados. Dessa forma, os fragmentos de realidade são, ainda, encaixados em seções, eixos de análise, editoriais bem definidas e outras características da estrutura do jornal no que diz respeito à organização da informação que faz com que os acontecimentos sejam enquadrados numa realidade (BARBOSA, 1995).

[...] Por outro lado, os jornais ao se auto-afirmarem como indispensáveis para tornar o leitor informado da realidade que o cerca, colocam-no em ação no mundo, levam-no a se acreditar participante das questões sociais. [...] Assim, não é apenas a capacidade de informar o que se passa no mundo que dá aos meios de comunicação, impressos ou não, o seu poder. Ser capaz de transmitir a informação, ou seja, uma capacidade de saber e, ao mesmo tempo, produzir uma língua legítima, no sentido de reconhecida, confere igualmente esse reconhecimento. O fato de produzir um discurso digno de ser publicado, quer dizer oficializado, promove outra especificidade e produz um corpo de profissionais aquinhoados com um capital próprio, em relação a outros grupos (BARBOSA, 1995, p. 93).

Considerando essa importância histórica, de memória, e de poder dos jornais, no golpe militar de 1964, no Brasil, a informação passou a ser motivo de preocupação dos militares. Foram criados o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os centros de informações do Exército (Ciex), da Aeronáutica (Cisa) e da Marinha (Cenimar). Mesmo com a pressão e vigilância constante, foi com o AI-5 que “a censura tornou-se feroz e respaldada por norma da ditadura – o artigo 16, item III, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965 e o Ato Complementar nº 1 determinavam a apreensão de livros, jornais ou qualquer publicação que divulgasse manifestação de pessoas ligadas à Frente Ampla”(MELO, 2012).

Havia a censura normatizada e a autocensura exercida pelos veículos de comunicação, mas apenas os jornais diários *Tribuna da Imprensa*, *O Estado de S. Paulo*, o *Jornal da Tarde* e o *Jornal do Brasil* tiveram censura prévia – nos semanários e nas revistas, a censura pegou pesado. Os militares telefonavam ou mandavam bilhetes para as redações ditando o que não poderia ser publicado (MELO, 2012).

Laurenza (2002) ressalta que o jornal *Última Hora*, com os textos do *new journalism* norte-americano de Samuel Wainer, influenciaram os demais jornais brasileiros nas colunas nos anos 1960 e reportagem no final dos anos 1970, mas caíram em desuso por conta do excesso de impressões pessoais. A própria imprensa brasileira começou com um jornal alternativo:

A própria imprensa brasileira começou com um alternativo, o *Correio Braziliense*, fundado por Hipólito José da Costa em 1808, em Londres, entre outras coisas para lutar pela independência do nosso então futuro país, aspecto destacado no capítulo “Os primeiros passos da palavra impressa”. Durante o Império houve vários alternativos. O mais significativo deles foi o *Jornal dos Tipógrafos*, fundado em 1858 pela categoria depois da primeira greve no Brasil, também mencionado no capítulo “Imprensa em tempos de Império (AGUIAR, 2012, p. 158).

Aguiar (2012) afirma ainda que na Primeira República houve muitos jornais alternativos, a exemplo dos famosos *A Manhã* – do Partido Comunista do Brasil -, e *A Manhã*, “coirmão e paródico do Barão de Itararé”. O jornal alternativo de maior sucesso foi o *Última Hora*, criado no segundo governo de Getúlio Vargas por Samuel Wainer. O governo apoiou o jornal para se contrapor à imprensa conservadora e golpista que queria depor Vargas (AGUIAR, 2012).

Apresentar *Última Hora* como um “alternativo” pode parecer paradoxal ou até mesmo irônico, uma vez que ele foi criado com apoio do governo. E seguiu padrões de produção característicos do que se chamou de “grande imprensa”: tiragens enormes, apelo e sucesso populares, além de ter sucedêneos homônimos em algumas capitais brasileiras. [...] Entretanto, nessa época – meados do século xx – estava em formação o cartel hegemônico da própria “grande imprensa”, com características muito próprias: em geral, grandes empresas familiares – os *Mesquita*, os *Marinho*, os *Frias*, por exemplo –, que reuniam uma ideologia capitalista com um espírito oligárquico, franco-apoiadores dos Estados Unidos na Guerra Fria e que se dedicaram a combater o que viam como “esquerdismo” no país. O jornal de Samuel Wainer era diferente de tudo isso.

Inovador, de espírito popular, Última Hora representou uma revolução na imprensa brasileira, logo editado que foi simultaneamente em nove capitais brasileiras. Mas os seus inimigos não lhe perdoaram a ousadia. Depois de uma perseguição feroz por todos os meios, Última Hora foi depredado e fechado em seguida ao golpe de 1964. Samuel Wainer, seu criador, no exílio, vendeu o espólio ao grupo Folha, de São Paulo. Depois tentou reerguê-lo em 1974, em São Paulo, sem resultado duradouro (AGUIAR, 2012, p. 158).

De acordo com Aguiar (2012, p. 159), a história dos jornais alternativos é longa e diversificada na história do Brasil, tendo marcos desde antes do golpe militar. “Os alternativos são o exemplo de uma característica da vida cultural brasileira: a continuidade na descontinuidade”. Isso significa que tanto jornais quanto revistas alternativas surgem, duram um tempo relativo e depois desaparecem. Mas sempre estão na história da imprensa, às vezes aparecendo ou ressurgindo quando menos se espera.

Entretanto, apesar de sempre existirem na história brasileira, foi como consequências do golpe militar de 1964 que a imprensa alternativa ganhou mais destaque, explodindo em todo o país. Vários fatores contribuíram para isso, dentre eles o movimento dentro das próprias redações dos jornais conservadores e de grande circulação. Havia um clima permanente de censura, e vários dirigentes de jornais apoiavam ou justificavam o golpe e as perseguições e violações dos direitos oriundos dele.

Uma massa crescente de jornalistas ficou privada de espaço para escrever o que queria, inclusive, em muitos casos, simplesmente o que sabia. Junto a esse fator, ou seja, existência de recursos humanos disponíveis e insatisfeitos, acrescentavam-se facilidades técnicas crescentes com a introdução progressiva do offset, do xerox e do fax, permitido a impressão compensadora de tiragens menores e mais baratas, além de facilitar as comunicações entre os grandes centros urbanos. Quer dizer: a informação era sistematicamente mutilada e construída de acordo com os interesses conservadores, em compensação, havia cada vez mais informação para tornar-se disponível, e de modo mais rápido e também mais barato (AGUIAR, 2012, p. 160).

Simultaneamente a isso, e desde a criação das universidades brasileiras a partir dos anos 1930, Aguiar (2012) argumenta que pela primeira vez houve uma presença muito grande de estudantes e de egressos das universidades nos anos 1960. Aliados aos trabalhadores insatisfeitos com condições de trabalho, à grande transformação dos meios técnicos e ao volume de leitores em potencial que se informavam por diversos meios, foi formado um caldo de cultura favorável para a multiplicação da imprensa alternativa que também foi chamada de “imprensa nanica” pelo escritor João Antonio, numa alusão ao episódio bíblico de Davi e Golias.

Os jornais e revistas foram muitos: Pif-Paf, Bondinho, O Pasquim, o de maior sucesso dentre todos, Coojornal, Pato Macho, Resistência, Versus, Exetc. Mas o que diferenciou a trinca antes mencionada é que a marca política imediata, isto é, de disputa de poder, e do poder da informação com a grande imprensa, foi mais intensa. Tanto é assim que nesses jornais não se aceitava tranquilamente a classificação de “imprensa alternativa”, muito menos “nanica”. Não, a Imprensa, assim com maiúscula, deveria, de acordo com os envolvidos na fatura desses jornais, ser aplicada a eles, que se consideravam os efetivos defensores do povo brasileiro, ou dos trabalhadores, ou nacionais, o que fosse. Ainda segundo eles, os outros jornais, mesmo tendo grande circulação, é que se constituíam em imprensa minúscula, por serem subalternos, apequenados e menores do ponto de vista jornalístico (AGUIAR, 2012, p. 160-161).

Contudo, com a redemocratização, a partir da década de 1980 e com a Constituição de 1988, eles desapareceram praticamente por completo. Esse tipo de imprensa alternativa passou, então, a se articular em torno de diversas frentes jornalísticas na cobertura das articulações e enfrentamento dos bastidores de organizações e concepções distintas, divididas conforme os confrontos internos e as necessidades de sobrevivência diante da intensa repressão da ditadura de 1964 (AGUIAR, 2012).

Qual o legado dos erros e acertos, das polêmicas e concordâncias, “daquela” imprensa alternativa dos anos 1970, de Opinião, Movimento, Em Tempo? Penso que seu melhor legado é análogo aos dos grupos que se batiam contra a ditadura militar, quase todos eles socialistas e revolucionários, mas hoje menos lembrados por isso e mais, muitas vezes, no caso de seus militantes sacrificados, presos, exilados, como heróis e mártires da redemocratização do país e da América Latina. As propostas podem até ter sido esquecidas, ou devidamente remodeladas para atender aos reclamos de novos tempos, que exigem propostas de um novo socialismo, mais democrático do que o das anteriores, ou outras propostas dentro do âmbito de uma sociedade capitalista mais permeada pelas preocupações sociais. Mas o ethos da dedicação a uma causa que envolva solidariedade com uma visão inseparável da luta por liberdade e justiça social, inalienáveis uma da outra, permanece imorredouro, num tempo em que por vezes a canalhice adesiva é chamada de virtude e a traição seguida a ideais e princípios virou moeda corrente, mesmo entre quem diz rejeitar a inevitável corrupção capitalista (AGUIAR, 2012, 166-167).

Aguiar afirma que durante o regime militar a imprensa teve uma feroz atuação, se fez ouvir e provocou mudanças não apenas em relação ao Estado democrático de direito no Brasil, mas como uma imprensa de contestação mais veementes na história do jornalismo impresso. Nas décadas seguintes, com a transformação da mídia, esse tipo de imprensa retornaria em razão da internet e do seu potencial de comunicação e poder, marcando um novo capítulo da História da Imprensa.

As ingerências de ordem política, o modelo administrativo baseado em favorecimentos de publicações e modelos de clientelismo, mudanças nos cenários político, econômico, midiático são responsáveis, direta ou indiretamente, pelo processo que levou ao desaparecimento de diversos periódicos da década de 1970 no Rio de Janeiro. Nesse momento, na conjuntura nacional e política, não há pluralidade de espaços para “o exercício de sectarismos e tomada de posição”, e por ser o grupo que melhor serve às elites políticas, O Globo é que alcança sucesso empresarial cada vez maior. Outro ponto interessante é o aumento do custo do papel, que desencadeou o fechamento de muitos jornais. Nesse ponto a palavra impressa adquire, ainda mais, um valor simbólico e cultural.

[...] para além de motivos de natureza econômica – o aumento do papel de imprensa entre outras consequências do chamado “choque do petróleo” -, de natureza política – sobretudo o alijamento do noticiário de temas desse universo discursivo, ao lado de perseguições que sofrem alguns periódicos e que terão consequências administrativas significativas -, de natureza organizacional – como por exemplo favorecimentos e clientelismos, configurando uma dependência econômica baseada em alinhamentos políticos de ocasião e a visualização dos processos de reforma como espécie de tabua de salvação para as crises financeiras -, há de se incluir explicações que envolvem necessariamente questões de natureza cultural (BARBOSA, 2007, 200).

Barbosa (2004) é categórica ao afirmar que escrever a história da imprensa vai além de alinhar nomes, fatos, datas, destacar personagens, dentre outros aspectos. Para a autora, há diversas formas de se fazer história da imprensa e olhar para o passado, inclusive é possível acreditar que os fatos realmente ocorreram da forma que são narrados (e assim fazer história seria transportar esse passado para o presente) ou pode-se considerar que o passado está perdido no seu próprio tempo e que, por isso, o que fazemos hoje seria uma “[...] mera interpretação baseada em nossas memórias, vivências, expectativas, posições políticas. Ou seja, falando do passado como uma espécie de pretexto para se referir sobretudo ao presente” (BARBOSA, 2004, p. 3).

Assim, construir uma história da imprensa é fazer o mesmo movimento que se produz para a “escrita da história”, seja qual for o objeto empírico pesquisado. É perceber a história como um processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos,

silêncios que dizem mais do que qualquer forma de expressão, e que na maioria das vezes não foram deixados para o futuro. Compete ao historiador perguntar pelos silêncios, identificar no que não foi dito uma razão de natureza muitas vezes política (BARBOSA, 2004, p. 3).

Quando tratamos de história da imprensa, consideramos os processos comunicacionais e as relações intrínsecas que se desenvolvem em torno desses processos, afirma Barbosa (2004). Segundo a pesquisadora, esse sistema está associado ao que Robert Darnton conceituou como circuito da comunicação, trajeto que vai desde os produtores de texto até as diferentes apropriações das mensagens pelo público. Dessa maneira,

Falar em história da imprensa é, portanto, se reportar ao que se produziu, de que forma, ao como se produziu, para quem se produziu e que conseqüências trouxe essa produção para a sociedade. É se referir, igualmente, a forma como o público reagiu àquelas mensagens e perceber de que forma realizaram leituras ou interpretações plurais. Formas de leituras, formas de apropriação, interpretações plurais de sentido. [...] Estamos, portanto, inserindo a produção de uma história da imprensa dentro de um campo claramente configurado e que se denomina história cultural. [...] a história cultural deve, na definição de Roger Chartier (1990), identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma dada realidade é construída, pensada e dada a ler (BARBOSA, 2004, p. 4).

Barbosa (2004) argumenta que a história, qualquer que seja, é uma “reinterpretação, reinvenção, reescritura”, já que não há uma possibilidade de recuperação total e fidedigna do passado da forma como ele se deu. Assim, considerando o recorte da história cultural, a autora destaca que Robert Darnton (1990) propõe a realização de uma “história social e cultural da comunicação impressa”; ele considera que o estudo dos meios de comunicação em um sentido histórico passa, sem dúvida, por todo o processo que constrói essa história, culminando na interpretação dos leitores. Dessa forma, também é importante na escrita da história da imprensa considerar o potencial criador e inventivo do público “[...] no instante em que realizam o processo de recepção e também caracterizar práticas que se apropriam de modo diferente dos materiais que circulam em determinadas sociedades, identificando-se as diferenças” (BARBOSA, 2004, p. 4).

CIDADANIA E EXPERIÊNCIAS ALTERNATIVAS DO FAZER JORNALÍSTICO NA WEB

Tondato (2011, p. 154) afirma que “Vivemos em um tempo de identidades múltiplas, em um ambiente dominado pela mídia, em que o próprio homem se transforma em mercadoria como estratégia de inserção”. Dessa forma, as identidades dos sujeitos são constituídas nesse contexto, profundamente influenciado pela tecnologia, modos de percepção, linguagens, sensibilidades. Com isso, argumenta a autora, ancorado na evolução do próprio processo de globalização, embora se fale comumente em ser “cidadão do mundo”, percebe-se por parte dos sujeitos uma busca mais intensa pelas identidades culturais, que reconfiguram “o sentido dos laços sociais”. Tondato (2011) afirma que essas identidades são constituídas a cada interação, a cada mediação, e que a mídia é parte desse processo, posto que é mediadora entre a realidade (que é construída) e as pessoas.

Aliado a isso, é necessário destacar a evolução e mudança do próprio conceito original de cidadania, antes atrelado a prerrogativas especiais em uma determinada comunidade, por um grupo específico de pessoas, os “cidadãos”. Hoje, para além das participações cívicas e sociais, a cidadania é considerada por muitos autores um conjunto maior de outros direitos, no qual o próprio direito `informação pode ser considerado um direito secundário que favorece a própria cidadania. Cádima (2014) afirma, ao analisar a evolução do próprio conceito de cidadania, que hoje o cidadão não é apenas um votante, com suas ações definidas pelos direitos civis e sociais, como no significado tradicional.

[...] É, pelo contrário, alguém que desafia as tradicionais instâncias representativas da democracia, apresentando-se com o poder do “deliberativo”, com o poder de um agir comunicacional reforçado agora com as competências do digital, das redes sociais e do colaborativo, o que vem também introduzir uma nova práxis, novos saberes-poderes na transformação da experiência da democracia e na crítica aos múltiplos bloqueios remanescentes no acesso à informação. (CÁDIMA, 2014, p. 91).

Nesse contexto, destacamos os processos comunicacionais e de mídiatização. Para Ferreira e Da Rosa (2011), é preciso compreender o processo de mídiatização considerando a circulação, ou seja, os processos de emissão, recepção, produção e como eles se inter-relacionam. Para os autores, a mídiatização é pensada a partir de três dimensões, que são os processos comunicacionais, contextos sociais e dispositivos midiáticos. Juntas, essas dimensões se afetam mutuamente, produzindo semelhanças (unificação) e diferenças (distanciamentos) no processo de mídiatização. Quando analisadas as variáveis e instrumentos envolvidos nos processos comunicacionais, como a autonomia dos indivíduos, a facilidade de comunicação e de interação por meio da internet, como o caso de blogs, chats, sites; os conteúdos diversos presentes nos portais de internet, pode-se considerar que:

[...] o processo de interação face a face dos contextos não decorre apenas das interações face a face, como uma visão ingênua sugere. A mídiatização é também o processo de construção de novos sistemas, estruturas, códigos, que superam os reconhecidos enquanto materialidades e imaginários anteriores, e, por isso mesmo, produzem transformações em contextos tecnológicos, antropológicos e discursivos. (FERREIRA, J. DA ROSA, A. P., 2011, p.27).

Com base nos estudos de Pfromm Neto (1972), os autores argumentam que para uma comunicação de massa vários fatores são considerados, tais como as características de personalidades dos sujeitos, os espaços que eles interagem e ocupam socialmente (trabalho, família, amigos e outros), e, por isso, o receptor não é um sujeito passivo, anônimo, e que é facilmente manipulável. O receptor é, ao contrário, um sujeito ativo em grande parte do processo comunicacional, reelaborando e interpretando informações e imagens.

Em tempos de Internet, o sujeito hoje converge conhecimento, participação e experiência, o ambiente virtual possibilita aos indivíduos partilhar, compartilhar, produzir de modo individual ou colaborativo, conhecimento, redes, capital social, história, processos que envolvem imersão, dentre outros (CÁDIMA, 2014).

Na própria evolução da Web, percebem-se mudanças da participação e envolvimento político dos cidadãos. Analisando essa evolução, Cádima (2014) afirma que na Web 1.0 o efeito imediato dos digital media na sociedade era evidente, favorecendo e incentivando diversidade e debate aberto no âmbito político. Nessa fase da era digital, os chats e os e-mails eram amplamente usados para mobilização e participação política, existindo uma “associação positiva entre os digital media e os índices de participação cívica/política por parte das comunidades em rede através das suas estratégias de mobilização horizontal/matricial, ou diagramática, como também se pode referir” (CÁDIMA, 2014, p. 91).

Com a Web 2.0 e as novas ferramentas social media a autonomia e empoderamento do cidadão foram evidenciados, argumenta Cádima (2014). As redes sociais permitiram uma participação mais direta – ao menos aparentemente -, com novas formas de participação, de informação compartilhada e dedicada, novos filtros informacionais. Mesmo assim, afirma o autor, essa participação via web não resolveu problemas anteriores de engajamento e da interação dos cidadãos nas questões políticas, mas trouxeram novos desafios à comunicação.

Neste âmbito digital, muita coisa mudou desde 2001. Hoje sabe-se eu o acesso à informação online tem outros gatekeepers que não são já os jornalistas (Parisier, 2011). São os algoritmos. Estes são os novos ‘censores’ do digital e da matéria noticiosa. [...] Novos problemas para a cidadania, portanto, desafios complexos que não poderão ser evitados, sob pena de assistirmos

a um paradoxo, isto é, verificarmos um alargamento da base tecnológica dos sistemas de comunicação corresponde a uma redução da liberdade e pluralidade da informação. (CÁDIMA, 2014, p. 103).

Temer (2013), com base em outros autores, afirma que o Jornalismo, como instituição social, alimenta os processos de interação, sendo agente ativo na sociedade. Dessa maneira, a autora destaca que a importância e papel maior do jornalismo está para além de relatar fatos, sendo antes responsável por organizar uma realidade social por meio dos seus próprios processos produtivos.

Podemos dizer, portanto, que o jornalismo desempenha um papel fundamental na experiência que temos do mundo, mas ao organizar a “realidade/representação” que constitui o conteúdo do jornalismo, o jornalismo provoca distorções nesta realidade. Mais ainda, ao não expressar essas limitações, o jornalismo traz para si a responsabilidade de organizar e orientar a percepção da realidade individual e social, dignificando, classificando e hierarquizando a informação, o conhecimento e a realidade absorvida pelo receptor. (TEMER, 2013, p. 231).

Com isso, podemos destacar algumas experiências jornalísticas que, no contexto digital, encontram alternativas de produção, compartilhamento e divulgação de conhecimento e informação, de forma a criar alternativas de produção face àquelas já consolidadas ou influenciadas por poderes econômicos e/ou políticos. Se na transição para a redemocratização os jornais tinham uma influência muito grande perante o público, a chamada imprensa alternativa, figurando com outros modos de produção e divulgação; com a internet há, ainda, possibilidades na democracia de buscar uma transparência da informação que é de interesse público, tais como dados de instituições públicas, dentre outros.

Dentre essas experiências de informação mais acessível e democrática, de fortalecer o direito à informação para a população, ilustra-se nesse trabalho três iniciativas desenvolvidas na América Latina por profissionais de jornalismo, visando o interesse público de dados e informações. Na Argentina, uma experiência de jornalismo colaborativo trouxe uma série de produtos sobre temas considerados sub-representados na agenda midiática³. Em Cuba, uma jornalista mantém um projeto de divulgação de dados públicos para acesso livre⁴. E no Brasil, iniciativa da ONG Transparência Brasil e pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) criou o site colaborativo Achados e Pedidos⁵ para disponibilizar tanto para profissionais quanto para cidadãos dados solicitados ao governo por meio da Lei de Acesso à Informação.

A organização Chicas Poderosas promoveu uma maratona de jornalismo colaborativo com 100 jornalistas, designers, programadores na Argentina, quase todas mulheres, que resultou em 13 reportagens publicadas em 12 veículos de comunicação. O objetivo era trazer à luz temas relacionados a direitos humanos e justiça social, como migração, povos indígenas, infância, gênero, meio ambiente e outros assuntos para a pauta midiática. A Chicas Poderosas é uma rede internacional que busca fomentar a presença feminina nas mídias digitais.

Segundo a divulgação do projeto, 13 organizações sociais foram procuradas para falarem sobre os temas que trabalhavam e que consideravam sub-representados na região. Um ponto bastante destacado pelas profissionais participantes foi a experiência de também poderem trabalhar de maneira colaborativa, cerca de 55% dos profissionais que estiveram na experiência nunca haviam trabalhado desta forma, o que sinaliza

3 Matéria “Jornalista cubana usa criatividade para garimpar informações e manter base de dados para outros meios”. Disponível em <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-21225-jornalista-cubana-usa-criatividade-para-garimpar-informacoes-e-manter-base-de-dados-pa>.

4 Matéria “Chicas Poderosas promove jornalismo colaborativo para relevar temas sociais sub-representados em meios latino-americanos”. Disponível em <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-21228-chicas-poderosas-promove-jornalismo-colaborativo-para-relevar-temas-sociais-sub-repres>.

5 Site <http://www.achadosepedidos.org.br/>.

novas mudanças no próprio jornalismo e no modo de produção. A experiência da Chicas Poderosas deve ser estendida para Colômbia e México.

Em meio à dificuldade de acesso às estatísticas mais básicas, como índices macroeconômicos, a jornalista cubana Barbara Maseda criou há um ano o Proyecto Inventario, que tem por missão publicar todos e quaisquer dados disponíveis sobre Cuba. O projeto que dispõe de um site se propõe a servir como uma base de dados e de consulta de jornalistas independentes que escrevem sobre o país que, segundo Maseda, têm sido ignorados pelo governo, seja por meio das autoridades ou pelas próprias empresas contratadas, que não têm permissão para atender jornalistas. Segundo ela, até informações básicas como data de nascimento dos parlamentares da Assembleia Nacional de Cuba são de difícil acesso, e tratados como informação sigilosa. Um outro destaque do projeto é que, como o acesso à internet é ainda um empecilho para os jornalistas de Cuba, já que se dá apenas por redes públicas e compartilhadas, o Proyecto Inventario disponibiliza toda a base de dados para download para que os profissionais possam levar os dados para casa e analisar.

No Brasil, o site Achados e Pedidos reúne solicitações de cidadãos, jornalistas ou não, à administração pública por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), bem como respostas dos órgãos do governo. A LAI permite que qualquer pessoa tenha informações públicas a respeito de qualquer assunto, no entanto, nem todas as solicitações feitas são respondidas ou, em muitos casos, os órgãos disponibilizam parte das informações. É possível verificar os pedidos realizados tanto por estado quanto a nível nacional, em suas diversas instâncias.



Imagem 1: Parte do site Achados e Pedidos, com as estatísticas dos dados solicitados. Acesso em 01/10/2019.

Outro dado interessante do projeto são os relatórios desenvolvidos com base nas solicitações. O site destaca o mapa de acesso às informações públicas, por estado e órgão; além de relatório sobre os órgãos públicos que descumprem a LAI – segundo o projeto, quase metade das principais instituições brasileiras. Também há um relatório extenso sobre o que a população brasileira deseja saber das instituições, com os principais pedidos e demandas em relação ao poder público e à transparência das informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte dos jornais que circularam durante o regime militar no Brasil estavam atrelados a contextos de resistência e, ao mesmo tempo, de inovação, seja movido por dificuldades e entraves políticos e econômicos ou alimentados por paixões, ideais e um ethos caracterizado por desejos e ações voltadas para um jornalismo engajado, crítico e autossustentável. A isso se soma ainda a luta pela democracia, com o papel fundamental da Imprensa Alternativa na formação e na informação crítica e de resistência.

Experiências de imprensa alternativa como as citadas aqui são importantes por diversos fatores, dentre os quais destaca-se a representatividade no que diz respeito ao exercício do jornalismo em determinados contextos políticos e sociais, e também em como a Imprensa sempre dialoga com a sociedade ao longo do tempo, sendo de certa maneira tanto um reflexo de ideias vigentes quanto resistência das mesmas.

Barbosa argumenta, a partir de Heiler (1993), que contar uma história é organizar a informação sobre o estar no mundo. Assim, é importante compreender também que a história não fala do passado, mas do presente a partir de uma memória que possibilita a reconstrução desse passado. A partir disso, podemos entender melhor o presente, pois a história possibilita a reconstrução de um tempo passado e, narrar essa história, e, mais ainda, reinterpretar, reinventar e (re)escrever.

Assim, as diversas maneiras de escrever a história por meio do jornalismo, e aqui consideramos as possibilidades de uma sociedade dinâmica e das mudanças que o próprio jornalismo acompanha, como a tecnologia web, possibilitam novas visões acerca do mundo. O mais importante desse processo de fazer jornalismo é, sobretudo, tentar atuar na sociedade promovendo transparência por meio das informações, possibilitando ao cidadão a tomada de decisões políticas, sociais, engajadas em conteúdo crítico que possa servir de base para compreender a atuação política no nível macro.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. Imprensa alternativa: opinião, movimento e em tempo. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. (Orgs.) História da imprensa no Brasil. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

BARBOSA, M. Como escrever História da Imprensa? II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis, de 15 a 17 de abril de 2004.

_____. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. História da Comunicação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. In: Revista Contracampo - Brazilian Journal of Communication. V. 12 (2005). Disponível em: <http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17385>. Acesso em 05/08/2019.

_____. Senhores da memória. In: Revista Intercom, v. 18, N. 2 (1995). Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1259>. Acesso em 06/08/2019.

CÁDIMA, F. R. Desafios para a cidadania na transição dos Media para os New Media. In: PAIVA, R. TUZZO, S. A. (org). Comunidade, mídia e cidade – possibilidades comunitárias hoje. Goiânia: FIC/UFG, 2014. P. 89-

FERREIRA, J; DA ROSA, A. P. Mídia, Cidadania e Poder. In: TEMER, A. C. R. P. (org). Mídia, Cidadania e Poder. Goiânia: FACOMB/FUNAPE, 2011. P. 19-38.

LAURENZA, A. M. A. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer E Lacerda. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. (Orgs.) História da imprensa no Brasil. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2012.

MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. (Orgs.) História da imprensa no Brasil. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2012.

MELO, L. O F. A censura na ditadura. Artigo de opinião. Disponível em:<http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/ed721-a-censura-na-ditadura/>. Data 20/11/2012. Acesso em 09/08/2019.

PAIVA, R. TUZZO, S. A. (org). Comunidade, mídia e cidade – possibilidades comunitárias hoje. Goiânia: FIC/UFG, 2014.

TEMER, A. C. R. P. Alternativas comunicacionais: a identidade do jornalismo. In: COUTINHO, E. G.,

MAINIERI, T. (Orgs.) Falas da História: comunicação alternativa e identidade cultural. Goiânia: FIC/UFG, 2013. P. 215-234.

TEMER, A. C. R. P. (org). Mídia, Cidadania e Poder. Goiânia: FACOMB/FUNAPE, 2011.

TONDATO, M. P. Identidades múltiplas. In: TEMER, A. C. R. P. (org). Mídia, Cidadania e Poder. Goiânia: FACOMB/FUNAPE, 2011. P. 153-174.

**A NEGAÇÃO COMUNICACIONAL DA CIDADANIA:
O QUE AS FAKE NEWS DO BOLSONARISMO NO BRASIL TEM A
NOS ENSINAR SOBRE COMUNICAÇÃO**



A NEGAÇÃO COMUNICACIONAL DA CIDADANIA: o que as fake news do bolsonarismo no Brasil tem a nos ensinar sobre comunicação

Maiara Raquel Campos LEAL¹
Luiz SIGNATES²

RESUMO

O objetivo desse artigo é pontuar o que a cidadania e as fake news na ascensão do bolsonarismo no Brasil tem a nos dizer numa perspectiva especificamente comunicacional, procurando responder até que ponto a guinada da extrema direita ao poder tende a negar a cidadania comunicacional. Os resultados do tensionamento feito entre uma noção de comunicação estruturante na definição de cidadania e a experiência sócio-política bolsonarista no Brasil sugerem que, contraditoriamente, os vínculos comunicacionais possam ser também anticidadãos. Nesse sentido, as fake news, como as divulgadas ou legitimadas pelo bolsonarismo no Brasil, tendem a viabilizar estratégias comunicativas que operam entre a liberdade da comunicação e variantes de incomunicabilidade, não raro fortalecendo a tendência incomunicacional, mantenedora das cidadanias mutiladas e subcidadanias brasileiras, alargando, com isso, as desigualdades sociais no país e acionando uma negação comunicacional da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Bolsonarismo, Cidadania, Comunicação, Fake News

Desde as Jornadas de Junho de 2013 que o Brasil vem enfrentando diversas problemáticas no campo político, social e comunicacional, dando início a um novo ímpeto participativo por parte do brasileiro, que começa a reocupar as ruas como forma de protesto e pressão social. Cabe salientar que o ano de 2014 forneceu diversos elementos que pautaram o debate e os discursos midiáticos nos últimos cinco anos, dentre eles: a Operação Lava Jato (que investiga um grande esquema de corrupção envolvendo partidos políticos, empresários, funcionários públicos e a estatal Petrobrás); e a reeleição de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo que as questões políticas daquele período invadiram tanto as redes sociais online como as ruas do país, criando embates discursivos em torno do impeachment e da corrupção, que por vezes se expressaram de forma violenta e conflituosa.

Nesse cenário controverso, onde o discurso é a própria ideologia, surgem alguns movimentos sociais ligados à direita do espectro político, como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Movimento Vem Pra Rua (MVPR) e os Revoltados Online que assumem o protagonismo das redes sociais online como o Facebook e o Twitter e também das ruas, clamando o afastamento de Dilma Rousseff (PT) do poder. Um discurso antipetista começa a reger algumas relações sociais no país, e a grande mídia auxilia no fomento dessa imagem negativa associada ao partido, a Dilma Rousseff e ao ex-presidente Lula, um dos investigados e condenados em uma das fases da Operação Lava Jato, surgindo daí uma espécie de “ranço” coletivo em grande parte da sociedade brasileira, que se expressará em discursos de ódio contra o partido e os seus correligionários, dando espaço para novas lideranças e possibilidades políticas para o país.

1 Dotoranda no PPG Comunicação da Universidade Federal de Goiás, linha Mídia e Cidadania, orientanda do Prof. Luiz Signates. E-mail: majararacleal@hotmail.com.

2 Professor do PPG Comunicação/UFG e do PPG Ciências da Religião/PUC-Goiás. Doutor em Ciências da Comunicação (USP). E-mail: signates@gmail.com.

Quem realmente se aproveitou desse cenário de embate e da emergência de uma direita ativa via movimentos sociais, foi o então parlamentar reeleito para o sétimo mandato consecutivo de deputado federal Jair Bolsonaro. Segundo os repórteres do site G1, Mazui e Calgaro (2018) ainda em 2014, após a reeleição de Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro decide disputar as próximas eleições presidenciais em 2018, colocando em prática seu plano de ação, que se apoiou fortemente nas redes sociais online e em viagens pelo Brasil. O parlamentar era uma figura improvável, devido às repetidas declarações polêmicas e um discurso extremamente conservador, de cunho religioso e moralista.

Em evento na Academia das Agulhas Negras em Resende no Rio de Janeiro em novembro de 2014, quando a sua candidatura ainda era uma suposição, Bolsonaro diz:

Eu estou disposto em 2018, seja o que Deus quiser, tentar jogar pra direita esse país. [...] Qual é a cara da direita, que é a minha cara? É a defesa da redução da maioria penal. É uma política de planejamento familiar. É a defesa da família contra o Kit gay. É o fim da indústria de demarcação de terras indígenas. É o respeito e a valorização das nossas Forças Armadas, disse Bolsonaro na oportunidade. (MAZUI; CALGARO, 2018).

E foi a partir do uso massivo das possibilidades contidas nas redes sociais que Jair Bolsonaro se apoiou e deslançou sua candidatura rumo à vitória em 2018, fortalecendo a base popular que militou a favor de sua campanha, que formaram grupos de confiança dentro de redes sociais como o Facebook, o Twitter e o WhatsApp, no intuito de divulgar a campanha e a própria figura de Bolsonaro, aumentando a visibilidade do político dentro dessas redes.

João Victor Santos (2017) realiza uma entrevista com o pesquisador de mídias digitais Fábio Malini, que afirma que “as redes sociais digitais explodem uma série de possibilidades de estar junto”, reconfigurando as relações, sendo que diferentes vozes passam a se manifestar sem a necessidade de mediações. Na visão do pesquisador, a internet se torna o dispositivo mais importante para as minorias, e é a partir da lógica da rede que os movimentos coletivos passam a ser pensados e suas ações elaboradas, o que influencia no processo político e na formação de grupos sociais.

Para Malini, “a internet tem a capacidade de ‘curto-circuitar’ um conjunto grande de processos que eram considerados estáveis”, possibilitando também, a formação de discursos que circulam em grande velocidade alcançando diferentes pessoas e perfis dentro da rede, como aconteceu com a formação discursiva que elevou Jair Bolsonaro, aparentemente, mais um político comum e um tanto quanto polêmico e controverso à condição de “mito”, um fenômeno político, que se tornou o Presidente da República.

O Brasil como outros locais do mundo tem vivido uma transformação na política e nos processos comunicacionais, cada vez mais intermediados pelo uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs. Nesse contexto, onde a Internet se destaca, surge também, espaço para à ascensão de um pensamento ligado à direita e extrema direita do espectro político que tem chamado a atenção, mais especificamente, a partir de 2016, com a eleição que consagrou Donald Trump como o novo presidente dos Estados Unidos.

A eleição de Trump deu margem para processos eleitorais parecidos ao redor do mundo, com destaque para o recente caso brasileiro, tendo Jair Bolsonaro o representante desse novo modelo de gestão, que se situa como o “diferente” de tudo que está posto no mundo político, apesar de Bolsonaro ser parlamentar a quase 30 anos. Essas campanhas foram alimentadas pelo uso massivo dessas novas TICs e também pela proliferação de fake news como forma de ação e ataques aos adversários.

De acordo com Cepêda (2018), a última década é marcada pelo aparecimento de um fenômeno que pode ser definido como “nova direita”, que se instaura em diversos locais do mundo, sendo que o Brasil tam-

bém teve os seus expoentes, e que mais recentemente, ficou conhecido como o fenômeno do bolsonarismo. A autora frisa que existem fronteiras ideológicas que delimitam o que seria essa nova direita e que são movimentos que variam segundo as especificidades locais e nacionais, se modificando conforme os arranjos sociais e de trajetórias políticas específicas, com um forte apoio ao conservadorismo.

Fachin (2018) realiza uma entrevista com a antropóloga Rosana Pinheiro-Machado que argumenta que o bolsonarismo seria essa nova roupagem utilizada pela direita que vem manifestando nas redes sociais online e nas ruas. Uma direita que “saiu do armário” para reivindicar posições demarcadas ideologicamente por um pensamento liberal na economia e conservador nos costumes. Para a autora, “o voto em Bolsonaro é uma reação à emergência de pautas identitárias”, não existindo um perfil específico de eleitor do candidato, dentre eles existem pessoas ricas, pobres, religiosos, gays, homens, mulheres, idosos, jovens, etc. Em sua análise “das instituições democráticas às relações interpessoais, a sociedade brasileira vê-se diante de um colapso. O país atravessa uma crise profunda, que nos afeta enquanto sujeitos coletivos e pessoa moral”. (PINHEIRO-MACHADO, 2016, p. 21).

A pesquisadora salienta também, que não nos cabe generalizar o perfil desses eleitores como violentos, fascistas, preconceituosos, pois são muitos os elementos que compõem essa escolha nas urnas, principalmente, relacionado às classes mais baixas. No Brasil atual, o que tem se visto são antigos preconceitos de classe circulando novamente, como o discurso que argumenta que o povo não sabe votar ou que seja manipulado. Segundo Pinheiro-Machado (2016, p. 23), “o Estado, governado à direita ou à esquerda, é compreendido por muitas pessoas como sinônimo de ausência no que se refere aos serviços básicos; e como violenta presença, no que se refere à atuação da polícia”, o que cria um distanciamento entre as instituições públicas e políticas e o indivíduo comum.

Nesse artigo, pretende-se articular as noções de cidadania, comunicação e fake news abordando-os como conceitos em construção, que ainda estão se consolidando e criando espaços de debates em diferentes campos de estudos, sejam eles relacionados à política, a sociologia, a antropologia, a geografia e também, como neste caso, na comunicação. As problemáticas que norteiam esse artigo giram em torno de questionamentos específicos: Como enxergar a cidadania e as fake news na ascensão do bolsonarismo no Brasil, em uma perspectiva especificamente comunicacional? O que nos ensina sobre cidadania comunicacional a guinada para a extrema direita do Brasil contemporâneo? As fake news podem ser consideradas um fenômeno que viabiliza as estratégias comunicacionais negadoras da cidadania? São algumas das questões que debateremos nesse estudo.

O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA NO BRASIL

Segundo José Murilo de Carvalho (2002), o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido, existindo um longo caminho que retrata a construção do cidadão brasileiro. Para o autor, uma cidadania plena deveria combinar liberdade, participação e igualdade para todos, o que na prática parece ser impossível de se concretizar. Destaca ainda que com o fim do regime militar em 1985, “a cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais ‘o povo quer isto ou aquilo’, diz-se ‘a cidadania quer’” (CARVALHO, 2002, p. 7). A partir da Constituição de 1988, que ficou conhecida como a Constituição Cidadã, o autor argumenta que é como se a cidadania tivesse “virado gente”, devido ao papel e o destaque que ela ganha nos discursos midiáticos e também, na retórica política.

Desde o princípio conceitual, observa-se que Carvalho percebe aspectos comunicacionais como definidores da noção de cidadania. Desses, o principal é a ideia de participação – situação comunicacional ativa,

sem a qual a experiência cidadã decai em passividade e tutela. Entretanto, a percepção comunicacional de Carvalho não se encerra nessa categoria fundamental, pois, ao dizer que “a cidadania, literalmente, caiu na boca do povo” e, que com isso, a partir de 1988, tenha “virado gente”, o reputado historiador indica uma quarta categoria (além da liberdade, da participação e da igualdade), que, se não faz parte de modo específico de sua definição, opera, contudo, de forma a viabilizar sua implementação ou sua concretização na realidade social: a legitimidade, condição política de alta intensidade comunicacional.

Em seu estudo, evidencia que são três os direitos básicos que devem ser respeitados para que haja uma cidadania plena, são eles: civis, políticos e sociais, e que eles deveriam desenvolver-se nessa ordem, mas o Brasil inverteu a lógica de desenvolvimento desses direitos, o que afetou a ideia de cidadania construída por aqui.

No longo processo de construção da cidadania no Brasil, três empecilhos da época colonial ainda se refletem nos dias atuais, são eles: a escravidão que negava a condição humana dos escravos (e que ainda se reproduz na condição do negro no país); a grande propriedade rural e suas oligarquias locais (dando origem ao fenômeno do coronelismo que não se submetia as leis gerais e sim a relações clientelistas e de compadrio); e um Estado que se compromete com o poder privado (gerando corrupção e confusão entre o que é público e o que é privado).

No Brasil, a relação entre a população, o Estado e os governantes costuma ser de antagonismo, distância e suspeita, o que afasta o indivíduo da sua condição de cidadão. A partir de 1930, o país procura modificar e acelerar as mudanças sociais e políticas, sendo que os direitos sociais foram os que mais avançaram desde então. Só que desde esse período o Brasil enfrenta uma fase de instabilidade política, alternando os seus governos entre democracia e ditadura, que se estabilizaram mais precisamente, a partir da proclamação da nossa atual constituição, ou seja, a de 1988.

No Brasil, “a antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade” (CARVALHO, 2002, p. 126). O problema que deriva dessa inversão na lógica dos direitos no Brasil, é que a cidadania que resulta dessa relação se torna passiva e receptora, ao invés de ativa e reivindicadora, pois falta justamente o aspecto comunicacional da experiência cidadã, o que atribuiria legitimidade ao processo democrático.

Só a partir de 1945 que os direitos políticos começam de fato a ser discutidos, o que perdura até o golpe militar de 1964. A breve experiência democrática no Brasil é suspensa entre 1964 e 1985, durante os variados governos militares, que acabaram limitando e excluindo diversos direitos políticos, principalmente pela forma legal através dos atos institucionais.

A censura à imprensa eliminou a liberdade de opinião; não havia liberdade de reunião; os partidos eram regulados e controlados pelo governo; os sindicatos estavam sob constante ameaça de intervenção; era proibido fazer greves; o direito de defesa era cerceado pelas prisões arbitrárias; a justiça militar julgava crimes civis; a inviabilidade do lar e da correspondência não existia; a integridade física era violada pela tortura nos cárceres do governo; o próprio direito a vida era desrespeitado. [...] Foram anos de sobressalto e medo, em que os órgãos de informação e segurança agiam sem nenhum controle (CARVALHO, 2002, p. 163-164).

Em 1984, um grande movimento popular que ficou conhecido como Diretas Já, invade as ruas do país exigindo eleições livres e participação via mecanismos democráticos. Com a abertura política para um novo processo democrático, o termo cidadania se destaca na própria elaboração da Carta Magna de 1988, que ficou

conhecida como Constituição Cidadã, se firmando como um dos fundamentos desse novo Estado Democrático de Direito brasileiro. O artigo 5º da Constituição define que todos são iguais perante a lei, sendo que o direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade é inviolável, e “o cidadão é dotado de direitos e de deveres que devem ser respeitados para o bem da coletividade” (BRASIL, 1988).

A ideia de inversão das “fases” dos direitos humanos pelo Brasil, definida por Carvalho, demonstra, como explicamos em outro trabalho (SIGNATES e MORAES, 2016), que não só a conformação dos direitos, quanto a emergência de seus vários tipos, depende de processos sociais e históricos. E esse corolário tem implicações comunicacionais profundas. Abordando o aproveitamento que Carvalho faz do arranjo conceitual de Marshall, pontuamos que

Se em Carvalho a noção de cidadania – e, portanto, os problemas especificados nela – não são alterados, a processualidade de sua afirmação – e, portanto, os contextos comunicacionais a serem considerados – obedecem a uma condição de especificidade que pode alterar o desenvolvimento dos direitos e de seu reconhecimento (...) Nesse sentido, as condições de manutenção da desigualdade na aplicação dos direitos no país percorrem espaços de troca simbólica que vão desde os processos educacionais até a presença dos meios de comunicação como agentes de formação e afirmação (ou negação) da condição cidadã (SIGNATES, 2016, p. 27).

A redemocratização parecia ser o caminho certo para a expansão da cidadania e dos três tipos de direitos a ela relacionadas, mas o que se viu foram avanços e retrocessos que não conseguiram sanar as questões de classe no país, retardando a expansão desses direitos a alguns grupos e pessoas. Ao longo do desenvolvimento da cidadania no país, sempre existiu uma constante luta de classes ou conflitos entre grupos que se expressaram em distintos momentos, como a luta do colono/colonizador; dos brancos com os índios; dos brasileiros com os portugueses; dos escravos e senhores; patrões e empregados; e finalmente, a luta mais velada e por vezes violenta e muito desigual do rico contra o pobre, o que dificulta que a cidadania se expanda e atinja a todos de forma igualitária como definido na constituição.

O brasileiro vive uma cidadania passiva, na qual os indivíduos/cidadãos quase não participam dos processos decisórios e políticos da sociedade. A cidadania quando é ativa envolve diferentes atores sociais na relação entre o Estado e a sociedade, incentivando e sendo necessária a participação política desse sujeito. Considerando, portanto, como dissemos antes, que a noção de “participação” é um dos componentes especificamente comunicacionais da definição de cidadania, conclui-se que o que se denomina como “cidadania passiva” caracteriza exatamente a ausência de comunicação, isto é, uma incomunicabilidade típica e fundamental, que, se não for inviabilizadora, é, no mínimo, redutora do exercício pleno da condição cidadã. O espaço público fundado pela comunicação de tipo participativa ultrapassa a noção de comunicação política como mera expressão de opinião, articulando a vivência cidadã como lugar de realização política e social da democracia. Em outras palavras, sem participação efetiva, a cidadania comunicacional não se completa.

Ao observar a acidentada história da construção da cidadania no Brasil, uma singularidade histórica de alta relevância comunicacional é descrita por Carvalho como a emergência de uma contradição específica, que parece fundamental para compreendermos tanto o modo como a cidadania brasileira sofre reveses, ao mesmo tempo em que se afirma, quanto as implicações comunicacionais que tais tensões podem revelar ao conceito de cidadania em construção. Carvalho refere-se à eleição de Collor de Melo, logo em seguida à promulgação da Constituição Cidadã.

As eleições diretas, aguardadas como salvação nacional, resultaram na escolha de um pre-

sidente despreparado, autoritário, messiânico e sem apoio político no Congresso. Fernando Collor concorreu por um partido, o PRN, sem nenhuma representatividade, criado que fora para apoiar a sua candidatura (CARVALHO, 2002, p. 204).

O primeiro presidente eleito diretamente sofreria impeachment e não completaria o mandato. Dentre as várias razões que poderiam ser apontadas para que isso ocorresse (não há qualquer pretensão de exaustividade nesta análise), uma que parece, sem dúvida, ponderável foi a profissionalização do marketing de campanha, movimentado por Fernando Collor de Melo, um caso típico de demonstração da centralidade do comunicacional nos processos políticos³.

Sobre esse ponto, dois destaques aparentemente antípodas devem ser feitos a tais considerações. O primeiro, bastante relevante, é de que a tese da centralidade comunicacional não pretende obscurecer o fato de que, evidentemente, o percurso da afirmação da cidadania e dos direitos no Brasil não pode ser exclusivamente atribuído a razões comunicacionais. Condições sociais e históricas de amplo espectro, como as de saúde, saneamento, alimentação e segurança perfazem, como é óbvio deduzir, o vasto âmbito de realizações coletivas necessário à afirmação da cidadania. Essa afirmação dos diferentes tipos de direito, nos termos da classificação de Marshall, é articulada por Carvalho como produtora de descontinuidades que ora avançam, ora claudicam a frágil experiência cidadã brasileira.

Em 1989, houve a primeira eleição direta para presidente da República desde 1960. Duas outras eleições presidenciais se seguiram em clima de normalidade, precedidas de um inédito processo de impedimento do primeiro presidente eleito. Os direitos políticos adquiriram uma amplitude nunca antes atingida. No entanto, a estabilidade democrática não pode ainda ser considerada fora de perigo. A democracia política não resolveu os problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego. Continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual. (CARVALHO, 2002, p. 199).

A comunicação, contudo, aparece sempre como constitutiva, seja em reivindicações concretas, como a de conhecimento pela educação (uma comunicação de tipo pedagógico, como sugerimos em SIGNATES, 2013), seja, conforme já foi dito, nas providências de legitimação da ordem política e social, como na significativa implantação das eleições diretas para presidente, no Brasil.

O segundo destaque relevante diz respeito à hipótese de que a eleição de Collor de Mello teria sido um caso extraordinário e exceptual, produto de uma primeira experiência eleitoral majoritária da população brasileira recém-saída do regime militar e, portanto, despreparada para o voto. Não há casos na bibliografia acadêmica de defesa dessa hipótese, o que já aponta para sua fragilidade. Entretanto, sua enunciação neste ponto é útil para destacar que, quase 30 anos depois, em 2018, o eleitorado brasileiro, movimentado pelas redes de WhatsApp contaminadas por fake news viralizados, elegeu um obscuro deputado do baixo clero, capitão expulso do Exército, sem qualquer preparo ou sequer plano de governo, ao mais alto cargo político do país, logo depois de uma crise que culminara, dois anos antes, na queda de Dilma Rousseff, do PT. Muito mais despreparado do que fora Collor, Jair Bolsonaro constitui talvez um exemplo candente do que disse Marx, em O 18 Brumário de Louis Bonaparte, criticando Hegel, de que “todos os grandes fatos e todos os grandes

3 Uma exposição detalhada do marketing político de Collor de Mello não é objeto deste trabalho. Das diversas análises disponíveis na bibliografia, alguns exemplos interessantes de posição teórico-interpretativa podem ser encontrados nos textos de Meyer e Meyer Jr (2004), para uma interpretação funcionalista e celebrativa; e Almeida (2013), para uma interpretação histórico-crítica. Embora situados em perspectivas antípodas, ambos registram a relevância dos processos comunicacionais na eleição de Collor de Mello, sinalizando, para os termos deste trabalho, que as tensões e contradições do processo político de afirmação cidadã no Brasil passam pelas análises de comunicação.

personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes (...): a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2011, p. 25). Considera-se, portanto, que é mais razoável contar com uma análise mais fecunda dos fatores comunicacionais que envolvem os processos políticos.

É fundamental, no entanto, destacar a relevância do aspecto participativo, como uma possibilidade não apenas de conter as contradições que podem ser trazidas pelos próprios processos comunicacionais, como de conferir à noção de cidadania comunicacional um elemento de inscrição como cidadania ativa. Não é comum uma participação mais efetiva do cidadão nas decisões coletivas do nosso país, nem através dos critérios institucionais regulamentados em lei que se configura na forma do plebiscito, referendo e iniciativa popular, já que ocorreram a nível nacional apenas dois plebiscitos (sobre a forma de governo parlamentarismo ou presidencialismo e monarquia ou república em 1963 e 1993); um referendo sobre a comercialização e porte de armas de fogo (2005) e três iniciativas populares (1994; 2010; e 2016). Sendo que esses mecanismos nem são considerados pelos representantes públicos em seus discursos e modo de fazer política. Entre 1994 e 2016, os movimentos sociais se tornaram mais empoderados e conscientes de suas bandeiras de luta e espaço de ação, mas isso não parece ter sido suficiente para demarcar uma posição de fala e garantir um espaço de direito na sociedade brasileira.

CIDADANIAS MUTILADAS E SUBCIDANIAS NO BRASIL

A questão da fragilidade da cidadania no Brasil é um problema histórico fundamental e vários dos principais autores nas diversas áreas das ciências sociais trataram do assunto, em abordagens que, em todos os casos, sempre desaguaram em denúncias sobre a desigualdade estrutural e a injustiça social flagrante existentes na sociedade brasileira.

Milton Santos, geógrafo negro e grande estudioso da sociedade brasileira, morto em 2001, dedicou-se a compreender os processos sociais e espaciais que envolvem a nossa sociedade e estabeleceu grande parte dos conceitos teóricos que deslindaram a incompletude da cidadania no Brasil. Em seu artigo intitulado *As cidadanias mutiladas* (1996/1997), o autor se questiona sobre o que é ser um cidadão? Se no Brasil existem cidadãos e se os negros fazem parte dessa categoria.

Ser cidadão é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permite não só se defrontar com o estado, mas afrontar o estado. O cidadão seria tão forte quanto o estado. Nesse sentido, o indivíduo completo é aquele que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser os seus direitos (SANTOS, 1996-1997, p. 133).

Aspectos comunicacionais na definição de Milton Santos podem ser entrevistados não somente na capacidade simbólica de compreensão do mundo e da própria condição, mas também nas articulações que tornam possível o afrontamento do estado – que raramente vão ao limite do combate não-linguageiro, como nos confrontos armados, restando às populações subalternas as diversas formas comunicacionais de manifestação, protesto e posicionamento.

A problemática da compreensão do mundo e da autocompreensão cidadã foram centrais para a formulação desse modo de pensar, em Milton Santos. O pesquisador denuncia a classe média do país, como um dos maiores empecilhos para a construção da cidadania no Brasil, pois, ciosa de gozar privilégios, recusa-se a admitir a universalização de direitos, limitando e até impedindo que os outros brasileiros tenham acesso a esses direitos e de se tornarem cidadãos. Afirma Santos que “é por isso que no Brasil quase não há cidadãos.

Há os que querem ser cidadãos, que são as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que não são cidadãos” (SANTOS, 1996-1997, p. 134). A descrição de um quadro de fragilização da condição cidadã instaurado pela extrema desigualdade no respeito aos direitos evidencia como a questão da universalidade constitui categoria fundamental da cidadania contemporânea. Não se justifica uma noção de cidadania na qual os direitos não sejam válidos para todos.

Essa condição cidadã parcial, configuradora de ilhas de privilégios em meio a um oceano de negação de direitos, configura a situação brasileira, onde as cidadanias são mutiladas, incompletas. Tais quadros de injustiça social se manifestam por diferentes maneiras, seja no trabalho (com oportunidades negadas e o desemprego); na remuneração (uns ganham mais do que os outros exercendo as mesmas funções); nas oportunidades de promoção; na localização espacial entre os homens, na sua moradia e circulação nos espaços urbanos e públicos; no acesso à educação e a saúde, altamente elitistas; e também na relação ao direito de imagem e individualidade (principalmente nas relações do sujeito com a justiça, com a polícia e a mídia), sendo que os negros e os pobres percebem com maior clareza como se expressam essas variadas cidadanias mutiladas.

Embora a noção de cidadania mutilada compareça nas mais diversas atividades sociais, abrangendo praticamente todos os aspectos da vida, parece evidente que o processo de mutilação da cidadania, senão o que o origina, mas com certeza aquilo que o sustenta, tem seu aspecto especificamente comunicacional. São não apenas formas de silenciamento, mas também de imposição ideológica, aquilo que legitima ou normaliza as situações brutais de injustiça. Na teorização de Santos (1996/1997), trata-se de um processo de violência, que ele categoriza em dois tipos básicos: a violência do dinheiro e a da informação, que acabam perturbando e distorcendo o conhecimento que as pessoas possuem sobre o mundo, as coisas e a realidade, atrofiando a condução da consciência do indivíduo. O Brasil teria se especializado durante sucessivos governos em uma democracia de mercado, onde o que é central é a economia e o mercado, e não o homem, ou o cidadão.

O geógrafo argumenta que o modo como a informação é oferecida à humanidade e a própria emergência do dinheiro em seu estado puro representa o motor da vida social e econômica nessa globalização que se mostra totalmente perversa. Salienta que “um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação” (SANTOS, 2001, p.38), já que, com a globalização, a promessa era de que a informação e as suas condições técnicas seriam usadas para permitir a ampliação do conhecimento do planeta, visando o desenvolvimento das sociedades, dos homens e da realidade que o cercam. Mas a crítica do autor caminha no sentido de que essas técnicas da informação são utilizadas por diferentes tipos de atores, mas sempre em função de objetivos particulares, inclusive dos estados e empresas, o que alargaria e criaria novos processos de desigualdade social.

O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia (SANTOS, 2001, p. 39).

O pesquisador procura nos mostrar que essa violência se impõe justamente porque o discurso quase sempre antecede as ações humanas, mesmo aquelas que envolvem a técnica, produção, consumo e também o poder. Alerta-nos ainda que o homem comum costuma confundir ideologia com a realidade, justamente porque a ideologia se insere nos objetos e acaba se apresentando como coisa. Segundo ele, estaríamos vivendo uma nova espécie de “encantamento do mundo”, onde o discurso e a retórica representam ao mesmo tempo, o princípio e o fim, de modo que “esse imperativo e onipresença da informação são insidiosos, já que a informa-

ção atual tem dois rostos, um pela qual ela busca instruir, e um outro, pela qual busca convencer” (SANTOS, 2001, p. 39).

Essa violência se impõe também através da publicidade, sendo que a produção de notícias envolve a produção de coisas e normas sobre elas. Tal violência se mostra na interpretação que nos é dada dos eventos, já que a notícia não se configura em um fato, mas sim, em sua interpretação, que pode ser enviesada para enganar ou confundir, negando a possibilidade de comunicação. Frisa ainda Santos que a interpretação de tal fato pode vir carregada de preconceitos, humores e interesses, que nem sempre respondem às necessidades dos cidadãos ou do avanço da sociedade, como prometia o processo de globalização, agravando assim as disparidades econômicas e sociais entre os indivíduos e os estados.

Outro autor, mais contemporâneo, mas essencial para a compreensão desse fenômeno, é o sociólogo Jessé Souza, cujos estudos debruçaram sobre as características do Brasil, como uma sociedade periférica que naturaliza e, acrescentaríamos, se especializa em alargar as desigualdades sociais. O autor deixa aparentar o aspecto comunicacional do habitus precário que sustenta o que denomina “subcidadania”, ao denunciar a imagem negativa produzida social e culturalmente, dos escravos, índios, negros e pobres, como um episódio que, na sociedade brasileira, segundo ele, não pode ser trivializado, pois constitui um fenômeno de massa.

Em sociedades periféricas como a brasileira, o habitus precário – que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos – é um fenômeno de massa (SOUZA, 2018, p. 254).

Para o autor, em linha com a abordagem da cidadania mutilada de Milton Santos, o Brasil e os brasileiros realizam uma espécie de classificação social de alguns em cidadãos e a desclassificação social de outros como subcidadãos. E isso é perceptível nas reportagens e estudos sobre violências e crimes, por exemplo. De acordo com o Atlas da Violência (2019, p. 49), pode-se verificar “a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil, já apontado em outras edições”.

Em 2017, 75% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígena) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p. 49).

Dados do IBGE (2017, p. 29) apontam ainda que “a população ocupada de cor ou raça branca recebia um rendimento-hora superior à população preta ou parda em todos os níveis de escolaridade, sendo a diferença maior no nível de instrução mais elevado, R\$31,90 contra R\$22,30, ou seja, 43,2% a mais para os brancos”.

As atividades econômicas de menores rendimentos médios são as que proporcionalmente possuem mais ocupados de cor ou raça preta ou parda e pessoas do sexo feminino. No cômputo geral, em 2017, os brancos ganhavam em média 72,5% mais do que pretos ou pardos e os homens ganhavam, em média, 29,7% mais do que as mulheres (IBGE, 2018, p. 28).

Tais indicadores sociais são suficientes para demonstrar como as diferenciações entre os critérios de sexo, cor e raça são determinantes para definir as desigualdades sociais no país e os processos de silenciamento comunicacional dos indivíduos. A partir desses dados, estudos teóricos têm sido feitos em todos os campos das ciências sociais. Jessé Souza aponta a ausência de uma educação para a cidadania na vivência social brasileira como responsável pela situação de indiferença para com a desigualdade no país, configurando um problema civilizatório

Nosso atraso real foi nunca ter realizado os aprendizados sociais e políticos que conduziriam em outros lugares a sociedades mais justas e igualitárias, sem “subgente” e vidas abandonadas e esquecidas jogadas no lixo do desprezo e da humilhação cotidiana. É isso que faz com que nossa modernidade seja seletiva, excludente e doente (SOUZA, 2018, p. 272).

Os aspectos comunicacionais da problemática cidadã no Brasil ressaltam em diferentes aspectos, mas é na circulação simbólica dos sentidos de direitos e de pertencimento que se pode encontrar os seus sinais mais aparentes, isto é, os modos pelos quais a carência da cidadania se converte em cultura. Simone Tuzzo (2014) investiga a representação da cidadania pela mídia, colocando o próprio conceito em questão e procurando compreender como se expressa a cidadania e a subcidadania no discurso midiático brasileiro. A autora questiona o que pode ou não ser considerado cidadania, quais elementos constitutivos de tal condição o indivíduo deve possuir para ser considerado cidadão. Salienta ela que “no sentido ideal, a cidadania representa muito mais do que nascer, mas, sobretudo, significa o existir socialmente” (TUZZO, 2014, p. 161). Conduzindo essa condição existencial para o nosso campo, vislumbra-se a noção de cidadania comunicacional (SIGNATES e MORAES, 2016), pois existir “socialmente” não é outra coisa senão fazer-se comunicacionalmente presente na sociedade, participar ativamente dela.

Nesse sentido, a autora assume, em seus próprios termos, a noção de subcidadania, de Jessé Souza, definindo-a como tudo aquilo que se encontra abaixo da cidadania, e passa a estudar o papel das instituições midiáticas nesse contexto. Para Tuzzo (2014), a mídia exerce um papel fundamental na ideia que temos da noção de cidadania, mas parece estar sempre clamando algo para um subcidadão. A autora refere-se especificamente a jornalismo locais que procuram fazer a mediação entre as demandas dos “cidadãos” (na verdade subcidadãos) com o Estado.

Segundo Tuzzo (2014, p. 166), “nos discursos midiáticos é comum encontrarmos o desejo de cidadania. Considerando que o desejo é uma expressão de falta, desejar cidadania é um reforço do discurso de que ela não existe para todos”. Importante anotar, nesse sentido, o papel tensionador dos sistemas midiáticos, inseridos no toque psicanalítico da análise de Tuzzo, ao qual acrescentamos um fator político, que mantém a contradição, mas pode inverter a tensão que ela contém: a expressão do desejo é relato de falta, mas, também, a denúncia da falta constitui atitude comunicacional de afirmação reivindicatória. Instaura-se, novamente, a tensão comunicação típica, entre a incomunicabilidade do inconsciente, como estrutura desejante em regime de falta, e a comunicabilidade de seu discurso, no qual a falta constitui-se como busca da cidadania efetiva, não raro aonde ela não está – nos objetos do consumo, por exemplo – resultando na conhecida frustração psicanalítica que renova a tensão e impulsiona novas formas midiáticas de vínculo.

A atribuição dos sentidos comunicacionais às atividades midiáticas tem seus limites. Não se deve deixar de perceber que as instituições de comunicação possuem aspectos comunicacionais, como a clássica “espiral do silêncio”, de NoelleNeumann (1993), tanto quanto carrega fatores que poderíamos chamar de hipercomunicacionais, como nos casos em que se unem para produzir sentidos hegemônicos que podem culminar, com o tempo, tornando-se crença geral (na verdade, tais sentidos são polos de uma mesma tensão). A tais sentidos hegemônicos, aplicados à questão da cidadania, Milton Santos (1996/1997) denominou espetacularização dos direitos do homem, muito utilizados, segundo ele, para explorar a ideia de cidadania e participação, principalmente, pela mídia e seus diversos meios de comunicação. A noção de espetacularização permite a Santos efetuar uma separação entre discurso e prática e dizer que, “quando ocorre espetacularização dos direitos do homem, estes geralmente são acatados, mas quando isso ocorre, não há direitos nem homem, mas apenas discurso” (SANTOS, 1996/1997, p. 137-138).

O discurso, contudo, nunca é “apenas discurso”. Nas redes comunicacionais pelas quais o discurso se estrutura e capilariza-se, valores são cristalizados e as próprias identidades são engendradas, não raro naturalizando a brutalidade e a injustiça, bem como infundindo como cidadania plena aquilo que, se não é a absoluta ausência de direitos, no mínimo corresponde à normalização de sua condição mitigada e incompleta. É então, denuncia Santos, que aquilo que deveria ser o cidadão torna-se mero usuário ou consumidor.

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada, televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da buscada ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário (SANTOS, 2002, p. 25).

O desenvolvimento da cidadania no Brasil é fruto de processo lento e ainda inacabado, e vítima dos abalos que, de tempos em tempos, sofre a democracia, quando assumem governos mais autoritários e até ditatoriais, patrocinando perdas e retrocessos. Nesse contexto, parece evidente que os aspectos comunicacionais constituem parte essencial dessa construção e sua falência acelera ou justifica a destruição dos direitos e das conquistas cidadãs. Um não cidadão ou um subcidadão é um sujeito silenciado, transformado em mero coadjuvante dos processos dos quais deveria assumir protagonismo, e de todas as formas violentado em seus direitos até o ponto de não mais crer nas capacidades reivindicatórias ou transformadoras de suas próprias condições ou, pior ainda, que normalize de tal forma a condição de desigualdade que passe a confiar que seja ela desígnio divino ou processo natural.

As articulações comunicacionais da negação da cidadania constituem, portanto, uma temática de alta relevância para a compreensão da sociedade brasileira contemporânea.

COMUNICAÇÃO E FAKE NEWS EM TEMPOS DE BOLSONARISMO

O estudo da negação comunicacional da cidadania encontra na pós-verdade (SIGNATES, 2018) e nas fake news episódios típicos a serem deslindados. As fake news são outro fenômeno que surge e se prolifera nesse cenário de ampliação comunicacional, principalmente, através das redes sociais online. A internet, por ser um ambiente altamente comunicacional, cuja troca simbólica adquire tal intensidade que elimina a dicotomia funcional da teoria da informação, o par conceitual “emissor/receptor”, tornou-se campo fértil para o surgimento e a proliferação de fake news. Segundo os relatores do Observatório da Comunicação:

Com a Internet, foram criadas as condições tecnológicas para o surgimento de uma sociedade em rede e, por sua vez, de uma prática de comunicação em rede, a qual proporcionou um espaço de expressão livre onde praticamente qualquer informação pode ser produzida, transmitida e recebida (CARDOSO et al, 2018, p. 6).

Evidentemente, o que propicia a emergência de notícias falsas não é propriamente a internet, nem tampouco as condições de favorecimento da dialogicidade, nos ambientes virtuais, e sim certos modos de circulação de elementos simbólicos, que culminam no que se convencionou chamar de “viralização”, na grande rede. O uso metafórico das contaminações epidêmicas por vírus, para descrever esse fenômeno dá significado à massificação de formas de reprodução por compartilhamento de certos tipos de conteúdo, caracterizados

pelo fato de, por alguma razão, chamarem a atenção de grande quantidade de internautas.

Os pesquisadores têm buscado deslindar os elementos condicionantes dessas atitudes de compartilhamento e proliferação. Uma das categorias utilizadas tornou-se definição de um novo verbete, adotado pelo Dicionário de Oxford, em 2006 (SIGNATES, 2019), a palavra “pós-verdade”, pensada como sendo aquela cujo vínculo comunicativo se dá numa dimensão mais emocional do que racional.

Neste sentido, é importante contextualizar conceptualmente as fake news, especialmente num contexto cultural desafiado por uma opinião pública condicionada, por sua vez, pela emoção pública, isso é, por aquelas características comunicacionais que enquadram o tema da pós-verdade, onde se tende a praticar e difundir o uso de argumentos – nomeadamente de tipo político – mais ligados à dimensão emocional do que à dimensão racional e fundamentada, argumentos para os quais as provas de refutação são geralmente ignoradas ou desvalorizadas (CARDOSO et al, 2018, p. 15).

Uma das sensíveis diferenças entre a ideia de pós-verdade e a noção de fake news talvez seja que esta última não surge por engano, nem nasce por conta de emocionalidades produtivas, mas é em geral estrategicamente inventada para obter efeitos específicos de engano junto a públicos ou populações determinadas. A fake news é, enfim, intencional, e é urdida para viralizar e, com isso, atingir resultados, que podem ser a ampliação na quantidade de “cliques” monetizados pelas mantenedoras de redes sociais ou a conversão da opinião pública em favor de uma das causas em disputa numa eleição ou plebiscito, ou outro objetivo.

Para além de sua produção, a proliferação e a circulação de fake news geram desinformação e alienação, podendo ou não ser um ato intencional por parte de quem lê e compartilha a informação. Segundo os relatores da OberCom, “há uma parte (minoritária) de indivíduos que não são necessariamente ‘enganados’ por essas notícias, mas sentem-se antes legitimados, por causa delas, em acreditar em fatos de algum modo falsificados” (CARDOSO et al, 2018, p. 22). As pessoas que acreditam e compartilham fake news o fazem em geral porque são informações que reforçam as suas crenças e visões preconcebidas sobre a realidade que os cerca.

O relatório traz à tona o fato que as fake news são bastante utilizadas em contextos de disputas políticas, discursivas e ideológicas, não sendo possível identificar todas as que circulam na web. Segundo Cardoso et al (2018), o relatório Fake News: Public Policy Responses propõe que as ações contra as fake news sejam a níveis de políticas públicas (já que afetam toda a sociedade), com aumento de instrumentos de verificação de veracidade (fact-checking), seguidos de programas que promovam a literacia midiática dos cidadãos (quando estes seriam educados em relação ao espaço virtual e suas variadas funções e informações, desenvolvendo o pensamento crítico e a capacidade de identificar se as notícias são verdadeiras ou falsas).

A quantidade de informação que circula nas redes pode contribuir para a proliferação das fake news, pois as pessoas não estariam dispostas a gastar tempo checando a veracidade da informação. Cardoso et al (2018) fornecem algumas dicas para identificar se as notícias se tratam de fake news, são elas: considerar a fonte (investigando o site); verificar a autoria e a data; avaliar se a notícia contém teor racista ou preconceituoso; ler mais sobre o assunto; verificar se existem fontes de apoio, se não se trata de uma piada ou sátira; e quando possível, consulte especialistas e fontes confiáveis sobre o tema em questão.

Em relação a uma das perguntas sobre confiança nas notícias que consomem, das pessoas entrevistadas 62,2% afirmaram que confiava nas notícias que consumiam a maior parte das vezes; 21,2% não concordam e nem discordavam e apenas 16,6% declararam discordar das notícias que consumiam a maioria das vezes. Quando essa pergunta foi relacionada sobre a confiança em notícias que circulavam nas redes sociais, 28,9% confiavam da maioria das vezes; 28,5% não concordavam e nem discordava e 42,6% discordavam (CARDO-

SO et al, 2018).

O espaço virtual é onde as pessoas menos concordam com as notícias que acessam, mas é o lugar onde as fake news ganham maior espaço e circulam, gerando contradição. Devemos abordar e combater as fake news, principalmente nas redes sociais online, a partir de três pontos:

Legislar através de políticas legislativas para resolver um problema considerado público; permitir que as instituições privadas (e.g., Facebook) resolvam os problemas de desinformação nos seus próprios espaços relacionados de algum modo com os seus processos institucionais (regulação privada); olhar para a questão das fake news de uma forma mais centrada na cidadania e implicando uma aposta na literacia das populações, considerando que a desinformação promove a manipulação apenas de uma parte diminuta da população, sendo que as fake news são essencialmente utilizadas como um reforço das próprias ideologias e ideias pré-concebidas (CARDOSO et al, 2018, p. 67).

Foram várias as notícias falsas que circularam na web em 2018 no país, sendo que o Relatório da Segurança Digital no Brasil, realizado no terceiro semestre de 2018 pelo laboratório de cibersegurança DFNDR LAB (startup brasileira que cria softwares de segurança para celulares e computadores) pesquisaram mais de 35 mil usuários, dos quais, 85% afirmaram que receberam correntes de notícias pelo WhatsApp e pelo Facebook Messenger, e 65% argumentam ter ficado impactado por essas notícias (DFNDR LAB, 2018).

Quanto às principais categorias encontradas nos links maliciosos, 38,2% estavam relacionados a Phishing via app de mensagens, 29,5% se tratavam de publicidade suspeita, 11% eram fake news, e outros 21% eram outras categorias de links maliciosos. Outro dado interessante exposto no relatório, é que os homens são três vezes mais afetados por esse tipo de link do que as mulheres, 76,9% e 23,1%, respectivamente.

E é nesse cenário contraditório que Jair Bolsonaro avança na cena política rumo à Presidência da República, sendo, inclusive, acusado de emitir diversas fake news ao longo da sua campanha política de 2018, que foram validadas pelos bolsonaristas (MARANHÃO FILHO, COELHO e DIAS, 2018; PETROLA, 2019). Segundo Pinheiro-Machado e Scalco (2018), Jair Bolsonaro chega ao poder com um discurso populista, falando o que o seu público quer ouvir. Não existe um perfil específico do seu eleitor. A vitória da direita no país pode ter sido influenciada por um discurso midiático antipetista e antilulismo que auxiliou na criação de um imaginário em torno da figura de Bolsonaro com a ideia de “mito” e salvador da pátria, sendo que esses eleitores também podem ter se mobilizado contra a emergência de pautas identitárias que surgem a partir do governo Lula, por não concordarem moralmente com essas bandeiras de luta, como a do negro, dos LGBTQI+, da mulher, do pobre, das igualdades sociais, etc. As autoras advertem que a ascensão do bolsonarismo no Brasil pode estar ligada também, a uma busca pessoal por alternativas políticas, já que os subcidadãos (do qual nos referimos em outras partes do texto) foram constantemente negligenciados pelos governos antecessores, e não conseguiram alcançar o patamar de cidadãos (nem durante os governos petistas, considerados de esquerda e populista).

A verdade é que Jair Bolsonaro se apoderou das redes sociais desde o final de 2014, e realizou sua campanha política quase inteiramente nos ambientes virtuais, com destaque para o Twitter, o Facebook e, sobretudo, o WhatsApp, o que fez o candidato obter mais de 57 milhões de votos no segundo turno das eleições de 2018, expressando o fenômeno político e o “mito” que se tornou em tão pouco tempo. E, nesse contexto, uma eleição demarcada pela massificação de fake news, a serviço de uma agenda deliberada e assumidamente contrária à afirmação dos direitos humanos e de diversos princípios civilizatórios, que prosseguiu como política de governo até a data da escrita deste trabalho, configuram uma expressão nítida e típica de como procedimentos comunicacionais de largo espectro, em princípio talhados para a sustentação da comunicação

democrática, pode servir com certo êxito a propósitos que lhes são contrários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A negação comunicacional da cidadania é um fato de alta importância, para os estudos contemporâneos de comunicação. A partir da constatação de que os processos comunicacionais fazem parte da própria estrutura da afirmação dos direitos (SIGNATES e MORAES, 2016), bem como constituem uma das categorias que podem ser utilizadas como aferidoras da condição democrática das sociedades no mundo contemporâneo (SIGNATES, 2012), parece contraditório aventar que tais dinâmicas possam também servir para a negação desses valores.

Uma contradição aparente emerge imediatamente e tem direta implicação na epistemologia da comunicação na qual este texto se insere: como considerar a comunicação como elemento estruturador da noção de cidadania, no rompimento com uma visão instrumental da comunicação, e, ao mesmo tempo, conceber algo como uma “negação comunicacional da cidadania”? Se a comunicação faz parte da definição de cidadania, é lícito inferir que “quanto mais comunicação, mais cidadania” e vice-versa. Nesse sentido, a negação da cidadania só poderia ser incomunicacional, caso contrário, teríamos que admitir o retorno à abordagem instrumental.

Na verdade, as coisas não são tão simples assim. Este estudo abre oportunidade para um aperfeiçoamento do conceito de cidadania comunicacional. Ao se afirmar que a noção de comunicação é estruturante à definição de cidadania, o que se quer dizer é que os processos de afirmação e garantia dos direitos e, largamente, os conteúdos dos próprios direitos, são feitos de comunicação. É na relação comunicacional que são concebidos, reivindicados, implantados e garantidos.

Entretanto, isso não significa, obrigatoriamente, emprestar à noção de comunicação um valor ético intrínseco, como faz, por exemplo, Habermas. Para o filósofo alemão, a ação comunicativa é a dialógica, aquela que obedece às condições de validade da racionalidade comunicativa. Daí porque ele denomina as demais ações sociais de instrumentais e estratégicas – porque orientadas a fins. Nesse caso, a negação da cidadania não seria jamais ação comunicativa, salvo o caso impensável de que sujeitos livres e em situação ideal de fala pudessem alcançar um consenso racional contra os próprios direitos, isto é, contra a própria condição que torna possível o consenso, e isso seria uma contradição performática.

Entretanto, embora não a negue, o conceito de comunicação, assumido pelo percurso de pensamento no qual este trabalho se insere, não tem se preocupado em afivelar-se aos limites de uma ética procedimental, embora igualmente rejeite a noção de comunicação como transferência de informação. Enfim, para os termos deste artigo, comunicação é toda tensão simbólica que produz vínculo e sentido.

Operando nesses termos, parece simples conceber que a cidadania constitui apanágio sócio-político fundamental para a consolidação da democracia, que, ao constituir de forma legítima vínculos sociais democráticos e sentidos orientados ao respeito a direitos, é de comunicação que se fala quando se caminha para a afirmação da cidadania. Entretanto, são também os processos comunicacionais implicados – e inclusive a negação deles, pelo silenciamento e a repressão – que irão expor os vínculos destruidores e os sentidos de desrespeito a direitos. Em outros termos, as ditaduras e os totalitarismos são, sem dúvida, regimes de silenciamento, mas também podem operar discursos de legitimação das ideologias que os sustentam e, sempre que o fazem, operam dentro da tensão entre comunicação e incomunicabilidade, não raro fortalecendo a tendência incomunicacional.

A liberdade comunicacional, enfim, pode operar contra si própria, em determinadas condições. E é isso o que a experiência de fake news, inclusive nas diferentes redes bolsonaristas presentes na internet tem

aparentemente vindo demonstrar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mônica P. O Consenso de Washington chega ao Brasil: O Neoliberalismo na Propaganda Eleitoral de Fernando Collor de Mello. VI Congresso Internacional de História, 25-27/09/2013. Link: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/240_trabalho.pdf Acesso em 16/07/2020.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acessado em 17 de jul. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 15 de jun. 2019.

CARDOSO, Gustavo; et al. As Fake News numa Sociedade Pós-Verdade. Contextualização, potenciais soluções e análise. Relatórios OberCom, junho de 2018. Reuters Digital News Report, 2018, p. 1-70. Disponível em: <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2018/06/2018-Relatorios-Obercom-Fake-News.pdf>. Acessado em 17 de jun. 2019.

CEPÊDA, Vera Alves. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. Revista Mediações, Londrina, v. 32, n. 2, p. 75-122, mai./ago., 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34801/pdf>. Acessado em 13 de jun. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Nações Unidas Brasil, 2019. Disponível em: <https://na-coesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acessado em 21 de jun. 2019.

DFNDR LAB. Relatório de Segurança Digital no Brasil. Terceiro trimestre 2018. Organização dfndr lab. Disponível em: <https://www.psafec.com/dfndr-lab/pt-br/relatorio-daseguranca-digital/>. Acessado em 17 de jun. de 2019.

FACHIN, Patrícia. Do lulismo ao bolsonarismo. Entrevista especial com Rosana Pinheiro-Machado. Instituto Humanitas Unisinos – IHU On-Line, realizada no dia 16 de agosto de 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/581843-do-lulismo-ao-bolsonarismo-entrevista-especial-com-rosana-pinheiro-machado>. Acessado em 17 de jul. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

MARANHÃO FILHO, Eduardo M. de A.; COELHO, Fernanda M. F.; DIAS, Tainah B. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. Correlatio. v. 17, n. 2, p. 65-90, dez/2018.

MARX, Karl. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZUI, Guilherme; CALGARO, Fernanda. De capitão a presidente: conheça a trajetória de Jair Bolsonaro. Brasília, 28/10/2018. Site G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/de-capitao-a-presidente-conheca-a-trajetoria-de-jair-bolsonaro.ghtml> Acessado em 13 de jan. 2018.

MEYER, Bernardo; MEYER JR, Victor. Marketing político: o caso da campanha presidencial de Fernando Collor de Mello. I Congresso Virtual de Administração, 2004. Link: <https://www.academia.edu/download/32017670/125.pdf> Acesso em 12/07/2019

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. The spiral of silence: public opinion, our social skin. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

PETROLA, José I. Fake news e a disputa entre grande imprensa e redes sociais na campanha eleitoral de 2018 no Brasil. COSTA, Cristina; BLANCO, Patrícia. Liberdade de expressão e campanhas eleitorais: Brasil 2018. São Paulo: ECA/USP, 2019, p. 110-136.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre o “Brasil profundo” em tempos de crise. Revista de antropologia da UFSCar, v. 8 (2), jul/dez. 2016. Disponível em: http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/12/Vol8no2_03_rosana.pdf. Acesso em: 13 de jun. 2019.

SANTOS, João Vitor. Internet é uma máquina que potencializa minorias. Revista do Instituto Humanitas Unisinos ON-LINE, Edição 502, publicado em 10 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6806-internet-e-uma-maquina-que-potencializa-minorias>. Acessado em: 02 de ago. 2019.

SANTOS, Milton. Cidades Mutiladas. In: O Preconceito/ Julio Lerner editor. – São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997, p. 133-145.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal – 6º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. – 7.ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 2007. (Coleção Milton Santos; 8)

SOUZA, Jessé. Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SIGNATES, Luiz. Epistemologia da comunicação na democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. Novos Olhares (USP), v. 1, p. 1, 2012

SIGNATES, Luiz. O que é comunicação, em EAD? O valor epistemológico do especificamente comunicacional na relação entre comunicação e educação. Rodrigues, Cleide; Faria, Juliana; Calaça, Gabriella. (Org.). Educação, comunicação, mídias e tecnologias: processos de formação acadêmica. Goiânia: Câne Editorial, 2013, p. 39-56.

SIGNATES, Luiz. A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. In: Signates, Luiz; Moraes, Ângela. (Org.). Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa. 1ed. Goiânia: FIC/UFG, 2016, v. 1, p. 15-35.

SIGNATES, Luiz. Pós-verdade e comunicação: a circulação simbólica como critério de verdade no mundo contemporâneo. Questões Transversais (UNISINOS), v. 7, p. 11-20, 2019

TUZZO, Simone Antoniaci. O lado sub da cidadania a partir de uma leitura crítica da mídia. In: Comunidade, Mídia e Cidade: Possibilidades comunitárias na cidade hoje (Organizadoras: PAIVA, Raquel e TUZZO, Simone Antoniaci). Goiânia: FIC/UFG, 2014. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/3ecc9a_0a2f98152c-c34bfd82980922f99ac7bd.pdf. Acessado em 14 de jun. 2019.

**AS NOVAS DCNS DO CURSO DE
JORNALISMO E SUAS
RELAÇÕES COM A CIDADANIA**



AS NOVAS DCNS DO CURSO DE JORNALISMO E SUAS RELAÇÕES COM A CIDADANIA

Mayara Jordana Sousa SANTANA¹
Ângela Teixeira de MORAES²

RESUMO

Este artigo visa discutir as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de bacharelado em jornalismo que foram instituídas a partir da Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013, a partir de uma análise em que os temas relacionados à cidadania possam ser percebidos de forma explícita ou tangenciados no documento. São apresentados um breve histórico sobre o ensino em jornalismo no Brasil e a legislação educacional da área, com objetivo de debater a atual configuração do curso para a formação do jornalista como um agente da cidadania. Os resultados apresentam reflexões sobre a centralidade da cidadania na formação em jornalismo e as implicações sociais que essa especificidade da epistemologia desse campo profissional geram.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; cidadania; ensino; educação jornalística.

INTRODUÇÃO

O jornalismo chega ao início desse século XXI com grandes desafios em relação a sua própria manutenção enquanto negócio e prática social relevante. A perda de monopólio na difusão de informações sobre o cotidiano das pessoas e o reentendimento do papel social do jornalismo no atual momento histórico marcado pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) impõem novas reflexões sobre os fundamentos da profissão e, por conseguinte, sobre os parâmetros da formação.

A poucos anos, o Ensino Superior em jornalismo no Brasil passa a ter novas orientações a partir da instituição das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso, que foram estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013³ (BRASIL, 2013). Essas diretrizes obrigam os cursos reconhecidos pelo Ministério a adequarem seus currículos em uma determinada direção, com princípios norteadores nos âmbitos éticos, estéticos, técnicos e teóricos que balizam a oferta de disciplinas e expressam uma expectativa de formação profissional.

Esse estudo tem como enfoque os dilemas atuais do jornalismo segundo uma perspectiva que não se restrinja apenas às mudanças no *modus operandi* das práticas jornalísticas, mas especialmente como essa nova reconfiguração de curso reforça a credibilidade do jornalismo junto aos seus públicos. Nesse sentido, a cidadania torna-se relevante na investigação, enquanto elemento de legitimação do campo jornalístico,

1 Doutoranda em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: mayarajordana@gmail.com.

2 Orientadora e coautora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG), vice-coordenadora do curso de jornalismo e presidente do NDE – FIC/UFG. E-mail: prof.atmoraes@gmail.com.

3 As novas DCNs foram elaboradas com base em parecer produzido por uma Comissão de Especialistas constituída pelo MEC, mediante Portaria nº 203 de 12 de fevereiro de 2009, que teve como atribuição estudar e apresentar sugestões para a revisão das diretrizes curriculares nacionais para o curso de jornalismo.

visto que seu discurso fundador apoia-se no interesse público, no acompanhamento das ações dos poderes republicanos e na fidelidade à verdade factual.

JORNALISMO E CIDADANIA: APROXIMAÇÕES

A associação entre jornalismo e cidadania tem intrínseca relação com os processos sócio-históricos no Ocidente. A origem da cidadania é anterior ao jornalismo e as primeiras apreensões desse conceito registram-se na Grécia e Roma Antigas. Já o início do jornalismo, por sua vez, remonta ao século XIII (MORETZSOHN, 2013) e surge para atender às necessidades humanas e das sociedades em relação às informações sobre fatos políticos, econômicos e do cotidiano. O jornalismo, até então uma prática social incipiente, ganhou um impulso no século XV, com o desenvolvimento do capitalismo mercantil e a invenção da prensa de Gutenberg, que possibilitou a reprodutibilidade técnica de manuscritos, livros e de jornais.

No início do século XVII, começam a circular os primeiros jornais epistolares, com viés ideológico, político e de cunho opinativo. Por meio desses jornais, considerados pioneiros, iniciou-se também a estrutura do que seria posteriormente o jornalismo enquanto um negócio, em que a relação entre emissores e leitores de jornais se estabelecia exclusivamente pela assinatura dos periódicos, e não havia até então a venda avulsa de exemplares. Além disso, esses primeiros jornais eram voltados à elite intelectual letrada e produzidos também por intelectuais que não eram formados na área de jornalismo, mas sim em outras áreas do conhecimento e que produziam conteúdos voltados a uma parcela privilegiada de público a qual pertenciam - a elite -, que detinha educação.

Posteriormente nos séculos XVII e XVIII, as Revoluções Burguesas, na Europa, constituíram-se como importantes processos históricos que contribuíram para a concepção de noções de cidadania e de direitos humanos. Por exemplo, por meio da Revolução Francesa no século XVIII, foi elaborada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que, “[...] por seu caráter universal, é um passo significativo no processo de transformar o homem comum em cidadão, cujos direitos civis lhe são garantidos por lei [...]” (ODALIA, 2008, p. 166).

É no século XVIII na Europa, com o Iluminismo - movimento filosófico caracterizado pelo auge do desenvolvimento intelectual e da racionalidade no pensamento humano advindo desde o Renascimento -, que se estabelece a influência dos novos ideais como princípios basilares para o jornalismo, e que o associam à cidadania, como lembra Moretzsohn (2013):

Os princípios que se consolidaram como basilares para o jornalismo – o jornalismo, por isso mesmo, chamado “de referência” – remontam a esse projeto iluminista de esclarecer os cidadãos, forjado no contexto das revoluções liberais de fins do século XVIII. Tratava-se então daquilo que hoje se classificaria como um “jornalismo de causas”, abertamente político, frequentemente panfletário. (MORETZSOHN, 2013, p.106).

Todavia, Moretzsohn (2013) problematiza a permanência desse ideal iluminista de esclarecimento como um princípio basilar que continua legitimando o papel social do jornalismo na contemporaneidade, mas que apresentam contradições que ajudam a escamotear as tensões existentes entre a promessa de esclarecimento dos cidadãos e os constrangimentos, especialmente econômicos, aos quais o jornalismo está sujeito enquanto empresa privada.

No início do século XIX, consolidam-se também outros princípios basilares para o jornalismo. Entre esses, a imparcialidade, que serviu, por um longo tempo, para referendar uma pretensa neutralidade nas práticas jornalísticas, eximindo-as dos interesses dos veículos e dos jornalistas. Princípio que, como coloca

Moretzsohn (2013, p.107), começa a se estabelecer em meados do século XIX, quando a “mudança incide sobre o agente do esclarecimento: já não mais o sujeito (que defende causas), mas o objeto (os ‘fatos’, que supostamente ‘falam por si’)”.

Outro princípio que também referenda o jornalismo é a objetividade, compreendida como uma negação da incidência da subjetividade dos jornalistas sobre os relatos jornalísticos. A inter-relação entre os valores da imparcialidade e da objetividade no jornalismo serviu para sustentar a Teoria do Espelho, conforme explica Nelson Traquina (2005), em que o produto jornalístico é visto como um reflexo da realidade.

O jornalismo também se legitima pela Teoria Democrática, especialmente porque as democracias no Ocidente constituíram-se a partir de lutas e reivindicações originadas nas Revoluções Liberais, as quais contribuíram para a positivação das liberdades e dos direitos e a instituição da concepção clássica de cidadania. Para Marques de Melo (2009, p. 58), a imprensa figura na história da humanidade como uma inovação que alterou significativamente a marcha civilizatória, sendo responsável por instaurar a cidadania e garantir as condições necessárias para a emergência das sociedades democráticas liberais.

A noção de cidadania, que até hoje referenda a concepção clássica do conceito no Ocidente, é resultante da análise desenvolvida no início do século XX pelo sociólogo T. H. Marshall (1967), que se baseia em processos sócio-históricos tendo como referência o modelo desenvolvimentista da Inglaterra, no qual existe uma relação entre a sequência de direitos conquistados e a construção da cidadania.

Segundo Marshall (1967), houve uma lógica sequencial nas conquistas de direitos, sendo que, primeiramente, ocorreu a reivindicação e a instituição dos direitos civis no século XVIII; posteriormente, dos direitos políticos no século XIX e, por fim, dos direitos sociais no século XX. Para o autor, essa ordem no estabelecimento dos direitos possibilitou uma cidadania mais ativa por parte dos cidadãos.

No caso do Brasil, Carvalho (2003) define que a constituição histórica da cidadania no país ocorreu diferentemente dessa lógica sequencial entre as dimensões da cidadania analisada por Marshall (1967). No país, os direitos políticos, especificamente o direito ao voto, precedeu ao estabelecimento dos direitos civis e dos direitos sociais.

Desse modo, a crítica ao modelo de cidadania concebido no Brasil funda-se na ordem inversa de estabelecimento dos direitos aos cidadãos brasileiros em comparação ao modelo clássico da cidadania social. No caso brasileiro, primeiramente foi tutelado aos cidadãos o direito ao voto, sem que essa garantia tivesse sido amparada, por exemplo, pelo direito social à educação, que é capaz de conferir a instrução e promover o pensamento reflexivo e crítico entre os cidadãos, conseqüentemente dotando-os da capacidade de atribuir significados e sentidos para o pleno exercício não só dos direitos políticos, mas também dos direitos civis e sociais.

É a partir de Carvalho (2003) que se compreende que a cidadania no Brasil constituiu-se a partir da tutela do Estado, e não como fruto de reivindicações dos cidadãos, estabelecendo assim uma cidadania passiva no país, muito centrada na noção de direitos mais do que nos deveres. Considera-se que a constituição da cidadania no Brasil foi prejudicada, desde sua instituição, em seus significados e sentidos para a maioria dos cidadãos brasileiros, porque esses não tiveram acesso à educação elementar que contribuisse para que entendessem que os direitos civis, políticos e sociais precisam ser reivindicados, garantidos e protegidos. A imprensa, nesse sentido, também comportou-se como porta-voz dos cidadãos, mediando sua relação com o Estado por meio da publicização das suas reivindicações, com todos os constrangimentos que essa mediação implica.

O DIREITO À INFORMAÇÃO E O PAPEL DE GUARDIÃO

Ainda sobre a associação entre cidadania e jornalismo, no centro dessa relação, encontra-se o direito à informação, que é uma garantia pertencente ao cidadão e que o jornalismo toma para si como um dever, por meio do discurso da responsabilidade social. A imprensa, então, utiliza-se da defesa do direito à informação para prestar um serviço público capaz de potencializar esse direito na sociedade, para que os cidadãos tomem conhecimento de fatos de interesse público.

Marques de Melo (2009) corrobora essa proximidade entre cidadania, jornalismo e democracia ao afirmar que: “O direito de informar e de receber informação constitui o fermento da cidadania, o oxigênio que nutre a vida democrática, convertendo o jornalismo e a democracia em irmãos siameses.” (MARQUES DE MELO, 2009, p.57). Traquina (2005, p. 131), por sua vez, considera que há “uma relação simbiótica entre o jornalismo e a democracia, em que o conceito de liberdade está no núcleo da relação”.

Dentre as liberdades civis e coletivas conquistadas por meio das Revoluções Liberais e instituídas nas sociedades democráticas, as liberdades de expressão e de opinião no jornalismo são fundamentais para a concepção do direito à informação e do, ainda em construção, direito à comunicação. Aluizio Ferreira (1997, p.275) defende que os direitos à informação e à comunicação fundamentam-se no mesmo tronco comum – a liberdade de expressão -, sendo considerados como indissociáveis.

Para o autor, o exercício do direito de comunicar é essência dos meios de comunicação. Especificamente para o jornalismo, a garantia da liberdade no seu exercício é respaldada, por exemplo, na Constituição Federal do Brasil, no art. 220, parágrafo 1º, que dispõe: “§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.” (BRASIL, 1988, p. 144).

O direito à informação repercute também no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que versa sobre esse direito individual e humano como um princípio ético norteador para os jornalistas brasileiros. Além desse, a liberdade de imprensa, presente no Código, é tida como direito e pressuposto do exercício do jornalismo e como um dever que implica um compromisso de responsabilidade social para a profissão.

O direito à informação constitui-se, portanto, como um princípio ético para o jornalismo. Chaparro (2007) defende as ações jornalísticas como fazeres intencionados que unem Ética, Técnica e Estética. Segundo o autor, a intenção no jornalismo fundamenta-se no interesse público, baseado na âncora ética do direito à informação.

Jornalismo é o elo que, nos processos sociais, cria e mantém as mediações viabilizadoras do direito à informação. Eis aí o vínculo com o princípio ético universal que deve orientar a moral das ações jornalísticas e em função do qual o jornalista assume a responsabilidade consciente pelos seus *fazeres* profissionais. (CHAPARRO, 2007, p.34, grifo do autor).

No caso brasileiro, o direito à informação não é plenamente exercido e reivindicado, pois para seu efetivo gozo é preciso estar amparado por uma educação enquanto direito de todos, o que não ocorre no país, limitando essa atuação à imprensa. Marques de Melo (1986, p.75) defende que, sem uma educação básica, o direito à informação não é compreendido como uma pauta relevante dentre as reivindicações coletivas. Desse modo, os cidadãos se limitam a consumir as poucas informações que circulam no seu cotidiano, não indo além dessas e nem questionando ou refletindo sobre os conteúdos informativos que lhes são oferecidos pela mídia.

Outra concepção que associa jornalismo e cidadania é a noção da imprensa enquanto um Quarto Poder. Moretzsohn (2013) explica que essa perspectiva de Quarto Poder para o jornalismo foi formulada na Inglaterra por Thomas Macaulay, em 1828, no contexto das Revoluções Liberais, que consagraram o princípio da divisão

de poderes elaborado por Montesquieu: “a imprensa seria esse elemento capaz de fiscalizá-los, para defender a sociedade de eventuais abusos do Estado” (MORETZSOHN, 2013, p. 117).

O jornalismo teria como elemento cívico atuar como “guardião” dos cidadãos e da opinião pública contra os descasos e desmandos dos poderes constituídos. Traquina (2005, p. 47) explica essa concepção do jornalismo como um Quarto Poder, que vislumbra os jornais como meio para que os indivíduos possam exprimir suas queixas e injustiças, bem como ser espaço de proteção contra a tirania de governantes.

Essa perspectiva de uma atuação cívica do jornalismo proporcionada por essa noção de Quarto Poder também colabora para a configuração de uma responsabilidade social do jornalismo com os cidadãos. Porém, o jornalismo como Quarto Poder também estabelece um mito para área, pois desconsidera os interesses dos jornalistas, especialmente dos veículos noticiosos e suas linhas editoriais, bem como os constrangimentos e contradições que incidem no jornalismo por também se constituir enquanto um organismo social dividido entre dois campos dominantes: polo econômico ou comercial e o polo ideológico ou intelectual, que sustentam o jornalismo, conforme defende Traquina (2005).

Segundo Traquina (2005), o polo econômico ou comercial advém da comercialização da imprensa no século XIX, em que as notícias ganham o status de mercadorias lucrativas; já o polo ideológico ou intelectual, por sua vez, refere-se ao jornalismo visto como um serviço público “[...] em que as notícias são o alimento de que os cidadãos precisam para exercer os seus direitos democráticos.” (TRAQUINA, 2005, p.126). O jornalismo contemporâneo, especificamente no Brasil, demonstra que esses polos já não são – ou desde sempre não foram – campos tão isolados e isentos de interferências mútuas, ou seja, da influência da lógica econômica capitalista sobre a ideologia cidadã do jornalismo ou vice-versa.

Apesar dessas contradições, Traquina (2005) considera a relevância dos princípios basilares na configuração do polo ideológico do jornalismo, que legitimam socialmente a área.

Apesar da sua incapacidade histórica de delimitar o seu “território” de uma forma minimamente rigorosa, poucas profissões tiveram tanto êxito como o jornalismo na elaboração de uma vasta cultura rica em valores, símbolos e cultos que ganharam uma dimensão mitológica dentro e fora da “tribo” e de uma panóplia de ideologias justificativas em que é claramente esboçada uma identidade profissional, isto é, um ethos, uma definição de uma maneira de como se deve ser (jornalista)/ estar (no jornalismo). (TRAQUINA, 2005, p.126)

Alguns desses valores que conferem credibilidade para a área, como a imparcialidade, que por muito tempo serviram de reafirmações da função social do jornalismo, atualmente são tidos como superados e, até mesmo, defasados. Chaparro (2007) considera que a objetividade, como antônimo de uma subjetividade, não existe no jornalismo e trata-se de um mito responsável pela criação e manutenção de um velho paradigma, que delimita o jornalismo em categorias informativas e opinativas.

Para o autor, trata-se de uma fraude teórica surpreendentemente persistente e já secular. De acordo com Chaparro (2007), a conservação dessa matriz mentirosa esparrama efeitos, que, além de empobrecer o ensino e a discussão do jornalismo, tornam cínicas as suas práticas profissionais. Moretzsohn (2013) também critica as concepções do Quarto Poder, da objetividade no jornalismo e da conduta imparcial dos jornalistas como objetivações da área para encobrir o seu papel de mediação e de se colocar como o que interessa ao público, especialmente aos cidadãos, também interessa aos jornais.

Apesar dessas contradições, os princípios basilares que configuram o jornalismo continuam sendo referenciados para legitimar o papel social do jornalismo, associando-o às noções de cidadania, segundo uma atuação de mediação social e compartilhando essa apreensão no senso comum dos públicos. Sobre a função de mediação do jornalismo, Moretzshon corrobora a noção de autoridade do jornalismo: “[...] o reconhecimento

social do papel de mediador do jornalista, que é o que legitima a sua demanda pelo acesso aos fatos e confere credibilidade à informação transmitida.” (MORETZSOHN, 2013, p.140).

AS MUDANÇAS NA ATUALIDADE

Porém, por mais que essas relações entre jornalismo e suas contribuições para a cidadania tenham se perpetuado e mantidas para justificar a relevância das práticas jornalísticas até a contemporaneidade, o início desse século XXI traz questionamentos quanto aos princípios e valores que continuam referendando o papel cívico do jornalismo de mediação social.

Se atualmente não é mais exclusiva do jornalismo a tarefa de mediar às informações entre os cidadãos, que hoje se informam por diversos veículos de comunicação e exercem não apenas o papel de receptores, mas também se colocam como produtores de informações utilizando diversas mídias para a difusão de conteúdos, questiona-se se a mesma concepção clássica de cidadania que legitimou historicamente o papel social do jornalismo também se reconfigura.

Nesse sentido, se a concepção de cidadania está passando por processos de novas noções do que é ser cidadão na contemporaneidade, conseqüentemente isso incide também no papel social do jornalismo contemporâneo. Moretzsohn (2013) defende que há uma nova concepção de cidadania mais relacionada ao consumo e que influencia no papel da mídia.

Por isso, diferentemente do que diz Ramonet a respeito da impossibilidade de se falar hoje em “quarto poder” diante dos mega-grupos midiáticos – nos quais se inserem, em regra, os órgãos informativos -, pois eles não se propõem tal tarefa cívica, o mais correto seria apontar a mudança na concepção de cidadania, que se esvazia de seu sentido político para vincular-se ao consumo, isto é, à capacidade de participar do mercado. Nesses termos, **já não haveria cidadãos a esclarecer, e sim consumidores a satisfazer.** (MORETZSOHN, 2013, p. 142, grifos nossos).

Essas mudanças na apreensão da cidadania e, no caso do jornalismo, a desmistificação de alguns de seus princípios legitimadores se devem em grande parte aos estudos, que consolidam o meio acadêmico enquanto campo institucionalizado para reflexões sobre a cidadania e também o jornalismo, conforme corrobora Marques de Melo (2009):

A legitimação do jornalismo enquanto área do conhecimento pela comunidade acadêmica reflete historicamente o processo de institucionalização social da profissão informativa. [...] Foi justamente o impacto do jornal diário no cenário europeu que motivou a primeira incursão universitária no terreno jornalístico, convertendo-o em objeto de reflexão intelectual. (MELO, 2009, p. 75).

No âmbito educacional, Moraes Júnior (2011), que desenvolveu dissertação e tese sobre o ensino em jornalismo no Brasil, considera a relevância da formação cidadã do jornalista para o desenvolvimento de habilidades nesse profissional em sua atuação como observador social e articulador de ideias. “Entretanto, o jornalismo não é apenas potencializador de agentes construtores da cidadania. Ele é também, ao mesmo tempo, produto dessa construção.” (MORAES JÚNIOR, 2011, p.53).

Cortina (2005), por sua vez, defende que a cidadania vai além de uma racionalidade política e se institui também por meio de valores e sentimentos de pertencimento do cidadão. Segundo a autora, a cidadania pode ser aprendida por meio da educação formal e informal: “Um meio indispensável para isso é a educação, porque aprendemos a ser cidadãos, do mesmo modo que aprendemos quase tudo que é importante na vida.”

(CORTINA, 2005, p.38-39). Em nosso entendimento, essa educação é do cidadão e do jornalista que pretende representá-lo.

Ao associar a cidadania às discussões sobre o jornalismo neste artigo, principalmente para a discussão das novas diretrizes, torna-se necessário analisar o percurso histórico da instituição do ensino superior em jornalismo no país, para compreender como se desenvolveu a formação de jornalistas no país.

FORMAÇÃO EM JORNALISMO: CONTEXTOS INTERNACIONAL E NACIONAL

A formação em jornalismo é posterior ao nascimento da profissão, e isso se deve à história de constituição da imprensa e às divergências ideológicas entre os que defendiam a educação para a profissionalização e os que acreditavam que a formação era desnecessária e que se aprende a fazer jornalismo na prática. O contexto de criação da imprensa e os primeiros jornais com viés mais políticos criados por intelectuais que visavam à difusão de suas opiniões corroboravam no sentido de que a formação para o exercício do jornalismo era prescindível.

Marques de Melo (2009) explica esse contexto da primeira fase do jornalismo como desfavorável para a institucionalização da educação jornalística: “Produzir notícias para um estamento tão refinado não requeria formação especial, situando-se a primeira geração de produtores do jornalismo diário no mesmo patamar cognitivo dos seus leitores.” (MARQUES DE MELO, 2009, p.76). Traquina (2005) considera que o jornalismo era uma atividade de pouco prestígio enquanto profissão, sendo que era mais visto pelos intelectuais que o exerciam como um meio para atingir outros fins.

No contexto mundial, o protagonismo de Tobias Peucer, que defendeu a primeira tese de doutorado sobre jornalismo em 1690 na Alemanha, é um marco do pioneirismo para a formação na área, mas que não houve continuidade à época. Uma mudança, que levaria à profissionalização, só viria a despontar na segunda metade do século XVIII, devido à “capacidade intelectual e também aquisitiva de vastos contingentes da população que necessitam de informações atuais, rápidas, resumidas e facilmente compreensíveis. Foi natural que eclodissem demandas para a capacitação de produtores noticiosos [...]”. (MARQUES DE MELO, 2009, p. 76).

Com base nessas transformações sociais que conferiram um novo valor às informações do cotidiano, registram-se as primeiras experiências de formação jornalística na Europa e nos Estados Unidos no século XIX. Marques de Melo (2009) apresenta esse percurso histórico da formação em jornalismo nos dois continentes, sendo que a diferença de pouco mais de meio século distingue a primeira experiência na Europa, que ocorreu em 1806, com o pioneirismo da Universidade de Breslau, localizada então em território alemão. Já nos Estados Unidos, o primeiro curso foi criado em 1869, no *Washington College*, no estado da Virgínia.

Na França, em Paris, no século XIX, é criada a primeira escola de jornalismo em 1899. Mas, são nos Estados Unidos que foram instituídas as primeiras faculdades de jornalismo ligadas às universidades, como a Universidade de Missouri, que teve a primeira graduação em jornalismo ofertada em 1908. Em 1912, também nos Estados Unidos, foi fundada a primeira escola de pós-graduação na Universidade de Columbia (MARQUES DE MELO, 2007, p.13).

Os primeiros cursos de jornalismo eram tecnicistas, com perfil profissionalizante de acordo com as aspirações do sistema produtivo e as demandas das corporações de jornalistas.

Não é sem razão que os cursos pioneiros instalados nas universidades atuam como instâncias de formação profissional, de certo modo reproduzindo os paradigmas vigentes da indústria. São modelos que haviam sido codificados ou normatizados pelas corporações midiáticas. O

corpo docente que os difundia tinha sido recrutado segundo critérios de competência ocupacional. (MARQUES DE MELO, 2014, p. 22).

Segundo Marques de Melo (2007), inicialmente os primeiros cursos de jornalismo vinculados às universidades atendiam à função de treinar para o exercício da área em sintonia aos anseios do mercado, o que representou um esquecimento das origens históricas do jornalismo ancorada muito mais em valores do que na técnica. Posteriormente, a universidade se “converteu em espaço de produção de conhecimento jornalístico, desenvolvendo pesquisas sobre os fenômenos decorrentes da circulação das notícias e seus comentários.” (MARQUES DE MELO, 2007, p. 16). Enquanto nos Estados Unidos a formação tinha cunho mais pragmático e empírico, na Europa, o ensino caracterizava-se por ser mais teórico, segundo o autor.

É de acordo com os modelos europeu e norte-americano de educação superior em jornalismo que são criados os primeiros cursos no Brasil. Marques de Melo (2007) considera tardia a oferta do ensino superior em jornalismo no Brasil e retoma que, antes mesmo da instituição do primeiro curso nos anos de 1940, houve iniciativas pioneiras em defesa da educação de jornalistas no Brasil no final do século XIX, como a reivindicação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), fundada em 1908 por Gustavo de Lacerda, e os apelos pela profissionalização que reverberaram no I Congresso Brasileiro de Jornalistas, em 1918. Entretanto, as reivindicações por uma formação para área somente seriam atendidas em 1938 pelo governo federal, quando Getúlio Vargas oficializou o ensino de jornalismo no sistema educacional brasileiro (MARQUES DE MELO, 2007, p.11).

O primeiro curso de jornalismo no Brasil foi instituído na Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo, em 1947. Na sequência, em 1948, foi criado outro curso de jornalismo no país vinculado à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (MARQUES DE MELO, 2007). As primeiras escolas de jornalismo ficaram situadas inicialmente nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, fazendo com que predominassem conteúdos de cunho humanístico e pouco ensino pragmático no currículo, segundo Marques de Melo (2009).

O ensino superior em jornalismo no Brasil tem como influências os modelos pedagógicos dos cursos de jornalismo nos Estados Unidos e na Europa. A fundação de uma educação de jornalistas no Brasil alinha-se também aos interesses dos países considerados como desenvolvidos e pertencentes ao bloco vitorioso no pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente os Estados Unidos. Nesse período, crescem movimentos progressistas que consideravam os meios de comunicação como estratégicos para a promoção do desenvolvimento social e modernização nos países emergentes (ou também chamados de subdesenvolvidos) da América Latina.

O Brasil se inseriu nesse contexto mundial, que, nos anos de 1960, levou a investimentos nos meios de comunicação da América Latina como uma política externa estadunidense. Para tanto, foi criado o Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina – *Centro Latinoamericano de Estudios Superiores de Periodismo* (Ciespal)⁴, em Quito, no Equador, no contexto da Aliança para o Progresso, de acordo com a política desenvolvimentista da Unesco (TEMER; NERY, 2004, p. 154).

De acordo com Temer e Nery (2004, p.155), no Ciespal, pesquisadores da área de Comunicação de países latino-americanos receberam treinamentos, elaboraram manuais para a formação de jornalistas e também houve o desenvolvimento de pesquisas em Comunicação, com ênfase numa abordagem teórico-metodológica em consonância com o pragmatismo das pesquisas em Comunicação realizadas nos Estados Unidos e com

4 O Ciespal surge como uma iniciativa que começou a tomar forma em 1956, quando a Unesco cria o Centro de Estudos Superiores de Jornalismo de Estrasburgo. O órgão é oficialmente criado em 1959, como organismo universitário autônomo. Mais informações sobre o Ciespal estão disponíveis em: <<https://ciespal.org/>>

o difusionismo, corrente que vislumbra o uso dos meios de comunicação como uma política estratégica para a transferência de conhecimentos e inovações, visando à modernização das condições econômicas, sociais e culturais nos países subdesenvolvidos (TEMER; NERY, 2004). O Ciespal tinha como orientação a formação de um comunicador social polivalente no lugar do jornalista.

Ainda no Ciespal, os estudiosos de Comunicação da América Latina iniciam um movimento de crítica à influência do modelo norte-americano de abordagem teórico-metodológica nas pesquisas da área no âmbito latino-americano nos anos de 1970. É nesse contexto de reordenamento dos estudos em Comunicação na América Latina, que a educação de jornalistas no campo universitário brasileiro começa a construir, o que Marques de Melo (2007) define como uma “matriz didático-científica autônoma”: “Mesclando o padrão europeu (ensino teórico) com o modelo americano (aprendizagem pragmática), logramos uma via crítico-experimental que está em processo de aperfeiçoamento.” (MARQUES DE MELO, 2007, p.13).

O modelo de educação jornalística no Brasil tem como principal fundamento a legislação educacional, que define as diretrizes para o curso de jornalismo. No Brasil, foram várias as normatizações na história educacional do curso, que conferiram projetos pedagógicos diversos, influenciando a formação de jornalistas.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PARA A FORMAÇÃO EM JORNALISMO NO BRASIL

Com a criação dos primeiros cursos de jornalismo nos anos de 1940 no Brasil, não havia na época um currículo ou diretrizes para o ensino da área. Os primeiros currículos mínimos para o curso superior de jornalismo só foram implantados nos anos de 1960, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 4024/1961, que criou o Conselho Federal de Educação (CFE). O CFE era o órgão responsável por estabelecer a duração e o currículo mínimo dos cursos superiores no Brasil, sendo posteriormente substituído pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 1995.

No curso de jornalismo, o primeiro currículo mínimo foi instituído em 1962, pelo Parecer nº 323/1962 do CFE. Segundo Moura (2002), o currículo buscava a formação de profissionais jornalistas capacitados para trabalharem nas áreas de impresso, rádio e televisão e era organizado de modo a contemplar disciplinas gerais obrigatórias e disciplinas técnicas, como treinamento para o ofício do jornalismo e estágios em veículos noticiosos. Enquanto a educação jornalística iniciava, a área já contava com legislação específica para seu exercício e registro profissional.

No período de Ditadura Militar no Brasil após 1964, regime com severas restrições às liberdades individuais e também censura à imprensa, é estabelecido o segundo currículo mínimo para o curso de jornalismo, por meio do Parecer nº 984/1965 do CFE, homologado pela Portaria nº 20, de 23 de agosto de 1966, que reformula o primeiro currículo. Com influência do Ciespal, o Parecer elaborado pelo técnico do Centro, Celso Kelly, introduz a noção de uma formação polivalente do jornalista. O interesse era habilitar o jornalista para atuar em diversos ramos da área jornalística (MOURA, 2002, p. 84).

O terceiro currículo mínimo foi estabelecido pelo Parecer nº 631/1969 e fixado pela Resolução nº 11/1969 do CFE, ainda durante a Ditadura Militar no Brasil. Por meio deste currículo, a grande transformação foi a instituição do curso de Comunicação Social, segmentado em cinco habilitações: Polivalente, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Editoração (MOURA, 2002). Esse currículo mínimo era composto por: “[...] uma parte comum a todas as habilitações, que deve ocorrer na metade da duração mínima do curso, e uma parte diversificada relativa à habilitação específica, que ocupará a outra metade.” (MOURA, 2002, p. 86).

Ainda na Ditadura Militar e durante a vigência do terceiro currículo mínimo para o curso, o jornalismo passa a ser regulamentado pelo Decreto – Lei nº 972/1969, que, dentre várias disposições, instituiu a obrigatoriedade do diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão. Bernardo (2010) contextualiza as divergências que incidiram no estabelecimento da obrigatoriedade do diploma de jornalismo à época da Ditadura Militar. Se por um lado, o ato representou um avanço na profissionalização da área; por outro, serviu como “[...] instrumento para substituir jornalistas simpatizantes e/ou militantes de partidos políticos contrários à ditadura, por jornalistas graduados que recebiam orientação para realizar a atividade profissional, cuja formação conformava atender aos interesses do governo.” (BERNARDO, 2010, p.89).

Após o terceiro currículo, foram estabelecidos mais dois currículos mínimos, os quarto (Parecer nº 1.203/1977 do CFE e Resolução nº 03/1978 do CFE) e quinto (Parecer nº 480/1983 e Resolução nº 02/1984) currículos. Através deles, foram implantadas algumas mudanças na carga-horária total do curso e alterações nas matrizes curriculares no contexto das Escolas de Comunicação e do jornalismo enquanto uma habilitação do curso de Comunicação Social. Foram os últimos currículos mínimos antes da substituição pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) das graduações.

No início do século XXI, homologam-se as primeiras DCNs para o curso de Comunicação Social e suas habilitações, por meio da Resolução CNE/CES nº 16/2002 e dos pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001. Porém, ainda nos anos de 1990 e principalmente no início dos anos 2000, começam a despontar defesas em torno do retorno da especificidade da graduação em jornalismo, especialmente com a elaboração de teorias próprias do jornalismo, a oferta de mestrados e doutorados específicos na área e também pela existência de Grupos de Trabalho em jornalismo em importantes entidades acadêmicas, como Intercom, Compós, o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) e a Associação de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor).

Essa demanda refletiu-se no Ministério da Educação (MEC), que constituiu uma comissão de especialistas instituída pela Portaria nº 203 em 12 de fevereiro de 2009, que teve como atribuição revisar as diretrizes curriculares nacionais para o curso de jornalismo. A proposta de revisão das diretrizes do curso teve como objetivos atender aos anseios de entidades acadêmicas e profissionais vinculadas ao ensino e ao exercício do jornalismo no Brasil e dirimir o desequilíbrio entre teoria e prática, consolidando o curso enquanto um campo de saber específico, diferentemente de uma habilitação da área de Comunicação Social, de acordo com o Parecer CNE/CES nº 39/2013, aprovado em 20 de fevereiro de 2013 (BRASIL, 2013).

No mesmo ano em que a comissão de especialistas foi instituída para revisar as DCNs do curso de jornalismo, em 30 de abril de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista no Brasil, impactando a área e especialmente as universidades e faculdades que oferecem o curso, pois houve uma queda no número de ingressantes na graduação após a medida, especialmente nas instituições de ensino superior privadas.

A proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Jornalismo, elaborada pela comissão de especialistas, foi analisada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que emitiu parecer favorável em 20 de fevereiro de 2013. Posteriormente, as novas Diretrizes foram homologadas pelo MEC, por meio da Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de setembro de 2013.

NOVAS DCNS DO CURSO: O JORNALISTA COMO AGENTE DA CIDADANIA

Com o estabelecimento das novas DCNs, houve alterações curriculares no curso, dentre essas, podem ser elencadas: a instituição do curso de Bacharelado em Jornalismo, pondo fim ao jornalismo enquanto

uma habilitação da área de Comunicação Social; o aumento da carga horária do curso para 3.000 horas; a obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) individual; a obrigatoriedade do estágio em jornalismo, entre outros pontos. Para além dessas mudanças, destacam-se nas DCNs os direcionamentos para um ideal de ensino e de aprendizagem em jornalismo fundamentado também na cidadania, como um conteúdo central nas diretrizes. Por exemplo, no artigo 5º da Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013, as novas DCNs dispõem sobre o perfil almejado do egresso do curso:

Art. 5º O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e **agente da cidadania**, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social. (BRASIL, 2013, p.2, grifo nosso).

A especificidade e destaque concedidos à cidadania nessa legislação educacional estão dispostos não apenas no artigo 5º, mas também ao longo da Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013 (BRASIL, 2013), nas competências gerais, cognitivas, nos objetivos do eixo de fundamentação humanística e dentre os critérios de avaliação do curso no sistema de avaliação institucional.

A partir das novas DCNs, observa-se que elas direcionam no sentido de conferir intencionalidades e propósitos para a formação de jornalistas brasileiros no século XXI com intrínseca relação entre jornalismo e cidadania. Intenções que, no âmbito do jornalismo, podem ser compreendidas como interesses orientadores para área, conforme defende Chaparro (2007), ao analisar o jornalismo segundo o viés da Pragmática⁵.

Na obra de Chaparro, o jornalismo tem como finalidade a difusão de informações da atualidade; e, para essa atuação, sustenta-se em intenções que controlam conscientemente a ação jornalística. Especialmente quando essa ação está orientada para o interesse público, a intenção jornalística baseia-se num caráter moral para os fazeres da área, os quais, por sua vez, devam estar amparados num princípio ético orientador (CHAPARRO, 2007, p. 31). Segundo Chaparro (2007, p.149, grifos do autor), o jornalismo, sob o ponto de vista ético, necessita de um *porquê* (motivo), que funda-se no interesse público, e não do *para quê* (propósito).

A atual mudança na formação em jornalismo, com as novas DCNs, pode ser compreendida como a conferência de um propósito ao papel do jornalista no Brasil ao idealizar o profissional formado no curso como um “agente da cidadania” (BRASIL, 2013). A cidadania é atualmente, portanto, um ideal ético e um propósito para o ensino e formação em jornalismo, assim como o interesse público é um elemento norteador das práticas jornalísticas.

Apropriando-se dessas reflexões sobre as intencionalidades e questões éticas apontadas e direcionando-as à análise do ensino e formação em jornalismo, a nova legislação educacional do curso no Brasil, com especial atenção às novas DCNs, também pode ser analisada segundo as intencionalidades almejadas para a educação jornalística neste início do século XXI no país. Porém, questiona-se: como o atual curso de jornalismo no Brasil dota o profissional da área de conhecimentos para torná-lo um agente da cidadania?

É preciso compreender as novas DCNs do curso enquanto direcionamentos gerais para a formação de jornalistas no Brasil, e que a concretização dessas diretrizes operacionaliza-se por meio dos Projetos

5 Chaparro (2007), em sua obra, analisa o jornalismo situado na área da Pragmática, que consiste um ramo da ciência voltado à análise das funções dos enunciados linguísticos e de suas características nos processos sociais. Fundamentado na linha teórica de Teun A. van Dijk, o autor estabelece a conexão entre Jornalismo e Pragmática, para defender que a intenção, no jornalismo, combina-se às práticas, à moral e aos princípios éticos da área.

Pedagógicos de Curso (PPCs) e das matrizes curriculares, que são fundamentais para uma efetiva análise de como as Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil implementaram as novas diretrizes em seus currículos.

Estudo publicado em 2018 por Meditsch et al. (2018), que investigou 54 PPCs de instituições que ofertam o curso de jornalismo em todo país, revelou distinções nas adequações das novas matrizes curriculares nas IES para a implantação das novas DCNs e até mesmo foram registradas instituições que não atualizaram até então seus projetos pedagógicos, estando em desacordo com as diretrizes curriculares vigentes. Essa pesquisa mostra que, a partir da implantação das novas DCNs nos PPCs, é possível analisar os projetos pedagógicos, as matrizes curriculares e as ementas de disciplinas segundo diferentes temáticas: formação humanística, identidade jornalística, o ensino da ética, questão de gêneros, jornalismo para o impresso, rádio, televisão e assessoria de imprensa e sobre o estágio obrigatório em jornalismo, temas que foram pesquisados no referido estudo (MEDITSCH *et al.*, 2018, p. 19).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de acordo com esse cenário de mudanças na educação jornalística que se torna urgente, como coloca Marques de Melo (2007, p. 14) “[...] repensar completamente o ensino de jornalismo para sintonizá-lo com as demandas do novo século”. Isso envolve importantes atores sociais e educacionais e seus interesses nesse processo de reinvenção do jornalismo, a saber: estudantes, docentes, as instituições de ensino e também o mercado de trabalho.

Para o jornalismo no Brasil, as novas DCNs do curso se colocam como possibilidades de uma nova formação, mas também carregam limitações e contradições diante dos anseios de estudantes que buscam o curso estando mais interessados na produção de conteúdos para as novas tecnologias digitais e nos novos papéis dos jornalistas no mercado de trabalho.

No meio acadêmico, há a separação do Jornalismo do campo da Comunicação e como a área segue num caminho de se tornar mais singular, defendendo seu campo de saber próprio, apesar das divergências entre os especialistas das áreas. Há também o mercado de trabalho que almeja jornalistas que dominem várias mídias, ou seja, sejam profissionais multimeios. E há ainda as IES que ofertam o curso de jornalismo, com as influências de suas políticas institucionais, e mais os professores da área, que enfrentam, por exemplo, dificuldades para compor turmas de jornalismo, garantir o estágio obrigatório, promover a extensão, entre outros desafios.

Com as novas DCNs do curso de jornalismo, a cidadania ganha uma centralidade nos atuais direcionamentos para o ensino da área. As novas diretrizes vão além ao pontuar que o jornalista formado se constitua como um agente da cidadania. Mas é preciso discutir quais são as potencialidades e as limitações desses direcionamentos para uma almejada formação em jornalismo. Afinal, as novas DCNs formam o jornalista ou o curso de jornalismo? Questiona-se também se ao reforçar a cidadania, essas diretrizes tornam o curso mais cidadão, conseqüentemente, isso reflete num jornalista mais cidadão? Sem a pretensão de dar respostas neste momento, são apenas provocações que instigam a mais estudos sobre o tema.

Acredita-se que a apreensão da cidadania para o estudante de jornalismo está para além do que preconizam as novas DCNs, mas encontra-se na transversalidade de conteúdos ministrados nas matrizes curriculares e também nas experiências de práticas laboratoriais, nas ações de extensão articuladas pelas instituições de ensino e na inter-relação entre docente e discente, conforme defende Moraes Júnior (2006), o qual considera que são os cidadãos e espaços cidadãos que contribuem na formação de jornalistas.

É necessário evidenciar na atualidade qual é a concepção de cidadania almejada para a formação em jornalismo no Brasil? Tendo em vista que é preciso compreender o jornalismo contemporâneo nesse processo de novas definições do que é ser cidadão na atualidade. O jornalista como agente da cidadania, conforme propõem as novas DCNs do curso, se forma num contexto em que seus públicos são alfabetizados, recebem e produzem vários conteúdos, porém, são limitados ou até mesmo incapazes de interpretar o grande volume de informações que circulam atualmente. Seria, portanto, o momento do jornalismo assumir o papel de esclarecimento dos cidadãos coerente com as novas demandas informacionais.

Marques de Melo (2007) defende que o jornalismo da atualidade no Brasil só supera os impasses da área ao enfrentar duas distorções congênicas: 1 – romper com os processos de ensino e aprendizagem limitados às tecnologias tradicionais e potencializar os recursos das novas mídias digitais, formando jornalistas orientados para produção de conteúdos que incluam uma maioria de iletrados no Brasil; 2 – ultrapassar a formação de jornalistas comprometidos com os interesses das elites, mas sim que tenham como referência a cultura popular, ao invés da predominância da cultura erudita.

Nessa reinvenção do curso de jornalismo, torna-se crucial que a área possa enfrentar o problema de letramento que está presente na sociedade atual. Para além do analfabetismo informacional ou também chamado de analfabetismo funcional, que se caracteriza pela incapacidade cognitiva de dominar as novas mídias ou mesmo pode-se dominá-las, há também deficiências e dificuldades dos públicos em interpretar as informações recebidas pelos veículos de comunicação, um fenômeno que tem reverberado socialmente com as novas mídias e provocado a desinformação.

Uma mudança no curso de jornalismo perpassaria, talvez, por um novo papel a ser assumido pelo jornalismo enquanto colaborador na tarefa do letramento informacional dos cidadãos, assumindo essa corresponsabilidade com a educação formal. Esse novo processo poderia perpassar a formação desses profissionais jornalistas no meio universitário, sendo, portanto, tão relevante quanto às técnicas e teorias que já fazem parte da formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES N.º 1, de 27 de setembro de 2013**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombo-la-323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-gradua-cao>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CES n.º 39/2013, aprovado em 20 de fevereiro de 2013**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa. **Educação Jornalística: entre a cruz da academia e a espada do mercado**. 2010, 195 f. Tese (doutorado), Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. 3. ed. rev., São Paulo: Summus, 2007.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. Tradução: Silvana Cobucci Leite. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2005.

FERREIRA, Aluízio. **Direito à informação, direito à comunicação: direitos fundamentais na Constituição brasileira**. São Paulo: Celso Bastos Editor: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1997.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria de metodologia da comunicação: tendências do século XXI**. São Paulo: Paulus, 2014.

_____. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. **Maldição de Sísifo: retrato sem retoque de uma instituição sexagenária, periodicamente desafiada a se reinventar**. In: Comunicação & Informação. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. v.10, n. 2 (jul./dez. 2007). Goiânia: UFG, Facomb. p. 11-20, 2007.

_____. **Comunicação: Direito à Informação**. São Paulo: Papyrus, 1986.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MEDITSCH, Eduardo et al. (Orgs.). **O ensino de jornalismo sob as novas diretrizes – miradas sobre projetos em implantação**. Florianópolis: Insular, 2018.

MORAES JÚNIOR, Enio. **O ensino do interesse público na formação de jornalistas: elementos para a construção de uma pedagogia**. São Paulo, 2011, 362 f, Tese (Doutorado). Escola de Comunicação e Artes: Universidade de São Paulo, 2011.

_____. **Cidadania no ensino de Jornalismo: uma experiência além do currículo**. In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 29., 2006, Brasília. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília:UnB, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1009-1.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007, 1. reimpr. Novembro, 2013.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimos às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

ODALIA, Nilo. A Liberdade como Meta Coletiva. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). **História da cidadania**. 4. ed. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2008, p.159-169.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da comunicação**. Uberlândia: Aspectus, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2005.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE VERSUS
FAKE NEWS: AS TICS NO COMBATE E NA
DISSEMINAÇÃO DA DESINFORMAÇÃO**



MINISTÉRIO DA SAÚDE X FAKE NEWS:
as TICs no combate e na disseminação da desinformação

Rafael Borges MARQUES¹
Tiago MAINIERI²

RESUMO

Enquanto doenças antes erradicadas voltam a assombrar autoridades, estudos apontam a crescente utilização da internet por grupos anti-vacina que ganham visibilidade nas redes sociais. Esses grupos defendem e compartilham a ideia que as vacinas fazem mal e criticam as ações de governo e das organizações de saúde na promoção da imunização da população. Diante desse problema comunicacional surgido das novas formas de socialização oportunizadas pelas tecnologias de informação e comunicação, como o Ministério da Saúde tem respondido ao problema no âmbito da comunicação digital? O trabalho ancora-se em pesquisa bibliográfica a partir dos conceitos de Sociedade em Rede, Comunicação Pública e Desinformação, e pesquisa documental para análise do site e do canal Saúde Sem Fake News do Ministério da Saúde. Conclui-se que o órgão obedece a uma lógica comunicacional que prioriza a difusão de informações, que não dialoga com seu público, tampouco consegue atingir o indivíduo que adere ao discurso anti-vacina.

PALAVRAS-CHAVE: Ministério da Saúde; Fake News; Desinformação; Saúde Sem Fake News.

INTRODUÇÃO

O fenômeno social anti-vacinação no Brasil preocupa o poder público à medida em que doenças antes erradicadas voltam a assombrar a saúde pública. A taxa de cobertura de vacinação ideal, segundo o Ministério da Saúde, deve girar em torno de 95%. Entretanto, a maioria das vacinas tem agora índices entre 70,7% e 83,9 %, o mais baixo em 16 anos³. Municípios por fakenews e ancorados em meios de comunicação digitais, grupos anti-vacinação evidenciam a indústria da desinformação e representam uma ameaça à saúde pública. O Ministério da Saúde (MS) é o órgão público responsável pelas políticas de saúde pública do país e, assim como outras organizações similares no mundo, detectou o problema e busca saná-lo com estratégias de comunicação digital, como o canal Saúde Sem Fake News criado recentemente pelo ministério.

O problema da desinformação se origina em um âmbito essencialmente comunicacional e, atualmente, exponenciado pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) na internet, exigindo, portanto, novas estratégias comunicacionais. Na sociedade contemporânea, a comunicação ocupa papel central nesta dinâmica, assim como nas relações de poder, comerciais, políticas, pessoais, enfim, toda interface social. Assistimos à materialização da aldeia global de McLuhan por meio da internet. A internet é a nova matriz e ambiente da comunicação na sociedade em rede e as peculiaridades dessa sociedade potencializam todo elemento envolvido, no caso em análise do Ministério da Saúde aos grupos anti-vacina que ampliam sua visibilidade.

Sendo assim, o texto inicia com uma reflexão acerca da sociedade em rede e o papel da internet. Em

1 Rafael Marques - Mestrando em Comunicação – UFG. E-mail: borgesrm@hotmail.com. Bolsista CAPES.

2 Tiago Mainieri - Pós-doutor em Comunicação, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/ UFG) E-mail: tiagomainieri@gmail.com

3 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/vacinacao-de-criancas-no-pais-atinge-indice-mais-baixo-em-16-anos.shtml>. Acesso em 16/01/2018.

seguida, discute-se a desinformação no âmbito do movimento anti-vacina. Por fim, o estudo busca identificar e analisar as ações de comunicação digital, na perspectiva da comunicação pública, executadas pelo Ministério da Saúde no combate ao fenômeno social anti-vacinação por meio de seu site oficial e seu canal de atendimento Saúde Sem Fake News – criado para receber e desmentir fakenews. Metodologicamente o trabalho estruturou-se em pesquisa bibliográfica para elucidar os conceitos concernentes ao tema assim como documental para analisar dados, caracterizando-se como uma pesquisa do tipo descritiva de cunho qualitativo.

INTERNET E SOCIEDADE

Muito antes do surgimento da internet e até mesmo do estabelecimento dos computadores como meio de comunicação viável para a sociedade e não só um equipamento estratégico de guerra, McLuhan (1964) compreendeu que os meios de comunicação operavam como extensão do homem, considerando, assim, que o meio é a mensagem. Segundo o autor, “as consequências sociais e pessoais de qualquer meio [...] constituem o resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia ou extensão de nós mesmos” (McLuhan, 1964, p. 21). Esta afirmativa condiz com uma perspectiva de que o maior impacto das mensagens é a própria existência do seu suporte na sociedade.

McLuhan (1964) afirmava que a sociedade, desde seus primórdios, produz sobre os indivíduos pressões e irritações cuja acumulação “conduz à invenção e à inovação como contra-irritantes”. (p. 65). Estas intempéries a que os sujeitos são expostos no mundo superam a extensão de seus próprios membros, seu corpo já não é mais suficiente. Assim como a roda foi uma resposta à demanda de velocidade que os pés não podiam mais comportar, a prensa de Gutemberg foi uma resposta as mãos que não podiam mais escrever e o rádio as bocas que não podiam falar tão alto e tão longe.

Falando ainda da ascensão de meios de comunicação elétricos como a tv ou o rádio, mesmo que projetando um futuro protagonismo comunicacional dos computadores, McLuhan (1964) estendia o conceito para o sistema nervoso: “com o advento da tecnologia elétrica, o homem prolongou ou projetou para fora de si mesmo, um modelo vivo do próprio sistema nervoso central (McLUHAN, 1964, p. 61). Esta perspectiva é corroborada por Derrick de Kerckhove (2009), que observou a sociedade pós-internet a partir do paradigma de McLuhan e criou o conceito de psicotecnologias. Para ele:

Os sistemas de processamento de informação, como os computadores e os vídeos, são extensões de algumas das principais propriedades intelectuais das nossas mentes. Desta forma, podem ser consideradas tecnologias da psique – psicotecnologias. As psicotecnologias incluem os dispositivos e redes públicas e domésticas de processamento de informação “em modo direto”. (KERCKHOVE, 2009, p. 228).

Este processo de suplementação da capacidade humana por meio de tecnologia é chamado por McLuhan (1964) de auto-amputação: “qualquer invenção ou tecnologia é uma extensão ou auto-amputação de nosso corpo, e essa extensão exige novas relações e equilíbrios entre os demais órgãos e extensões do corpo” (1964, p. 63). A perspectiva de novas relações e equilíbrios de elementos está no cerne na concepção do papel central do meio em relação à mensagem. McLuhan (1964, p. 22) afirmava que o conteúdo de qualquer meio ou veículo é, invariavelmente, outro meio ou veículo. Portanto, a variável significativa é o próprio meio de suporte. O autor complementa ao afirmar que ‘o meio é a mensagem’, porque é “o meio que configura e controla a proporção e a forma das ações e associações humanas” (McLUHAN, 1964, p. 22).

Ao ter suas extensões ampliadas, os indivíduos se deparam com novas realidades, problemas, possibi-

lidades. Estas novas extensões tomam papel central da percepção do indivíduo sobre o mundo e a alienação neste processo seria focar no conteúdo da mensagem quando o mais impactante sobre ela seria o suporte desta mensagem. Em dias atuais, podemos pensar em como um tweet presidencial pode ter um significado completamente diferente da mesma frase dita num pronunciamento oficial do presidente na tv, por exemplo.

Assim como a escrita modificou a Idade Antiga, a prensa de Gutemberg modificou a Idade Moderna e a eletricidade modificou a Idade Contemporânea. Esta relação entre sociedade e tecnologia é profunda, Segundo McLuhan (1964), “fisiologicamente, no uso normal da tecnologia (ou seja, de seu corpo em extensão vária), o homem é perpetuamente modificado por ela, mas em compensação sempre encontra novos meios de modificá-la” (p. 65). Tornamo-nos dependentes desta tecnologia por ampliarmos nossos escopos de atuação quando nossos corpos já não conseguiriam lidar com estas novas pressões e irritações da sociedade, mas também a modificamos para acompanhar as novas pressões e irritações que surgem durante o caminho. Vide as TIC’s, por exemplo, que aumentaram de forma extraordinária a velocidade de inovação tecnológica ao ponto de estarmos discutindo a inteligência artificial⁴, que tem o potencial de substituir a atuação humana em diversas áreas.

Outro conceito creditado a McLuhan é o de aldeia global. Segundo o autor (1972, p. 47-49), os meios de comunicação em massa poderiam retornar a humanidade a uma forma tribalista de comunicação, marcada pela utilização simultânea de vários sentidos, onde histórias e informação poderiam ser repassadas a muitos, que teriam acesso às mesmas mensagens e a oportunidade de comunicar-se com o mundo. Esta aldeia global seria caracterizada pelos dispositivos de informação e comunicação eletrônicos, que gerariam um pensamento complexo, global, cuja “interdependência eletrônica recria o mundo à imagem da aldeia global” (McLUHAN, 1972, p. 50). A conjectura de uma aldeia global surfou na crista da onda da globalização na segunda metade do século XX, servindo de horizonte para muitos estudos que foram marcados, principalmente, por um determinismo tecnológico do processo comunicacional.

Em contraponto, esta conjectura foi duramente criticada. Gaëtan Tremblay é um crítico ao determinismo tecnológico de McLuhan e relativiza a ideia de que as mídias determinam o ambiente. Tremblay (2003, p. 17) aponta que a metáfora de aldeia não é adequada para invocar a crescente interdependência do mundo conectado por pelo menos duas razões:

Primeiro, a imagem da aldeia não dá conta do processo em curso, porque as redes de troca e de comunicação religam sobretudo as cidades e não as aldeias. A globalização é, antes de mais nada, o negócio das grandes cidades do planeta. [...] A segunda razão, ainda mais fundamental, já que a da metáfora da aldeia me parece inadequada, deixa entender que a interdependência seria, na aldeia, maior do que em uma cidade. É o contrário que é verdadeiro, pois nós sabemos, desde os primeiros trabalhos dos pioneiros da sociologia e da economia política, que quanto mais a divisão do trabalho é elaborada em uma coletividade maior é a interdependência entre os seus membros (TREMBLAY, 2003, p. 18).

Tremblay (2003), porém, aponta que a metáfora ganhou vida e outros significados. “A metáfora da aldeia global funciona, porque ela exprime a esperança insensata de que o futuro nos conduz à reprodução de um passado idealizado” (ibid. p. 19). O autor complementa, afirmando que a expansão das redes de troca e informação não resultam deste tipo de interdependência observada nas sociedades deste passado idealizado.

Contudo, Kerckhove (2009, p. 200) procura atualizar a metáfora, assim como rebater seus críticos. Segundo o autor, a percepção literal da metáfora é o problema, que induz os críticos a associarem uma ideia de

⁴ Atualmente, estuda-se e desenvolve-se o conceito de aprendizado de máquina e computação cognitiva. Literalmente, ensinar a já existente “inteligência artificial” a também aprender como um humano. Saiba mais em: <https://www.ibm.com/developerworks/br/library/guia-iniciantes-ia-maquina-computacao-cognitiva/index.html>. Acesso em 29/06/2019.

quietude rural à ideia de aldeia: “tal como a cidade se torna uma entidade com base no espaço, a aldeia global foi o primeiro nome dado à terra quando esta se constituiu numa única comunidade que comunica a distância” (Kerckhove, 2009, p. 200). O conceito, segundo Kerckhove (2009, p. 201) foi concebido na era da televisão, e o foi feito porque ela nos deu o conhecimento de que existiam várias outras nações na Terra. Éramos todos aldeões do mesmo planeta colidindo diretamente com a percepção uns dos outros. Observando a internet, podemos apontar que a aldeia global ainda é uma metáfora válida, embora os conflitos entre os aldeões sejam problemáticos.

Kerckhove (2009, p. 204-205) também contextualiza a integração das mentes através das novas tecnologias. São as extensões sensoriais do homem, as psicotecnologias, conglomeradas para formar o que o autor chama de mente coletiva. Segundo o autor, “a ligação entre a mente pública e a mente privada é feita através de redes abertas e conectadas do Planeta. Em breve, reconheceremos que a realidade é esta mente pública” (KERCKHOVE, 2009, p. 205). A internet tem papel central neste contexto, sendo um meio que permite este novo fenômeno e impacta a sociedade contemporânea, ela definitivamente é um meio que determina o significado da mensagem.

Manuel Castells (1999) também entende que a tecnologia tem papel central na construção da sociedade, embora não a defina imperativamente. O autor (ibid., p. 51-53) aponta três fundamentos que a definem e são diretamente impactadas pelas revoluções tecnológicas: produção, experiência e poder. Produção é a ação da humanidade sobre a natureza, para apropriar-se dela e transformá-la para quaisquer fins. Experiência é a ação dos sujeitos sobre si mesmos, determinada pela interação entre suas identidades (biológicas e/ou culturais) em relação a seus ambientes (sociais e/ou naturais). Poder é a relação entre os sujeitos que, com base na produção e na experiência, impõe a vontade de alguns sobre os outros pelo emprego potencial (ou real) de violência física ou simbólica.

Na nova revolução tecnológica, cerne do que o autor chama de Era da Informação, Castells (1999, p. 53-54) identifica um novo modo de desenvolvimento, o informacional, onde a fonte da produtividade baseia-se em TIC's para gerar conhecimentos, processar informações e comunicar símbolos. Esta lógica de rede da internet, segundo o autor (ibid., p. 89), cria uma lógica aplicável a todo elemento que pode ser conectado eletronicamente, culminando no que o autor chama de Sociedade em Rede.

O novo paradigma da tecnologia desta Sociedade em Rede, segundo Castells (1999, p. 107-109), é marcado por cinco características: 1) A informação é sua matéria-prima, são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia; 2) A penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias: como a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados pelo novo meio tecnológico; 3) A lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações contemporâneas, usando essas novas tecnologias da informação; 4) A flexibilidade: processos, organizações e instituições podem ser modificadas, e até mesmo fundamentalmente alteradas, pela reorganização de seus componentes; e 5) A crescente convergência: de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, no qual trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis de se distinguir separadamente.

Em outra obra, Castells (2015, p. 58-65) analisa as relações de poder na Sociedade em Rede, e identifica o papel central da comunicação na Era da Informação. Entendendo que a dominação se dá através das instituições, mas o poder é relacional e transcende toda instituição, Castells (2015) afirma:

Nosso contexto histórico é caracterizado pelos processos contemporâneos de globalização e pelo surgimento da sociedade em rede, ambos dependentes das redes de comunicação que processam o conhecimento e as ideias para criar e destruir a confiança, a fonte decisiva do

A confiança, portanto, seria a base para estratificar discursos que legitimem o poder. E, segundo o autor (ibid., p.62) o poder legitimado através da confiança é muito mais eficiente do que a força ou o dinheiro. Entender esta dinâmica é valiosa para se analisar as disputas de poder entre instituições estabelecidas e discursos ou redes de contra-poder. Nesta perspectiva, o poder na sociedade em rede é o poder da comunicação, pois vivenciamos uma sociedade hiperconectada que vive uma quase onipresença da internet, onde redes de comunicação podem ter o poder de ameaçar a saúde pública, por exemplo.

A indústria da desinformação

O fenômeno social anti-vacina tem como característica principal as fake news. Embora a fabricação de notícias falsas não seja novidade na história humana, as novas formas de socialização oportunizadas pelos novos meios de comunicação digitais propiciaram novos patamares para este problema. Traquina (2005, p.180) afirma que notícias são o resultado de um processo de produção simbólica, onde ocorre a percepção, seleção e transformação de acontecimentos em um produto final, a notícia. O autor, porém, sinaliza para a necessidade de atenção ao poder político e social que os meios de comunicação possuem.

Se ninguém controla o jornalismo nas sociedades democráticas, as novas capacidades que a internet oferece aos jornalistas e ao público na obtenção de dados e de acesso à informação, a proliferação de canais e a explosão de locais de comunicação e de informação, nomeadamente os milhares de sites no ciberespaço, as novas oportunidades de acesso aos jornalistas para as vozes alternativas da sociedade, são fatores que apontam para a debilitação do controle político do jornalismo e para a existência dum campo jornalístico que é cada vez mais uma arena de disputa entre todos os membros da sociedade (TRAQUINA, 2005, p. 210).

Traquina (2005), então, aponta que a pluralidade e saturação de fontes de informações pode tornar esparsa a atenção dos consumidores de mídia e reduzir a relevância de meios tradicionais. Como complementa Wolton (2011, p. 50-53), a abundância de informação não significa verdade, pelo contrário, elas são frequentemente idênticas e podem levar à intolerância e à desinformação. E desinformação é um conceito chave para entender as fake news.

Segundo Brites e Porcello (2018), fake news não são notícias erradas ou mal apuradas, são notícias falsas criadas propositalmente a fim de cumprir determinado propósito. Os autores lembram que boatos sempre existiram para cumprir este fim, mas a capacidade de propagação que as TIC's oferecem ampliam sua força. Em posição oposta ao jornalismo tradicional, as fake news crescem se aproveitando da lógica de consumo de mídia nas redes de comunicação digitais, como o Facebook e o Whatsapp, por exemplo.

Fake news é, ainda, um conceito em formação. Matthew D'Ancona (2018) amplia o escopo de análise do problema ao entender que as fake news são um sintoma de algo maior. Segundo D'Ancona (2018, p. 34) a novidade do fenômeno não são as mentiras ou manipulações dos políticos e instituições, mas sim a resposta do público em relação a isso. O autor argumenta que a indignação deu lugar à indiferença o que, por fim, levou à convivência do público com mentiras. Esta convivência vem marcada por uma extrema desconfiança sobre as instituições que outrora foram baluartes da verdade.

D'Ancona (2018, p. 19-20) chama de pós-verdade esta cultura marcada pelo desmoronamento do valor da verdade e da racionalidade em contraste com uma valoração dos apelos emocionais, o que leva às fake news na contemporaneidade. Pós-verdade foi escolhida a palavra do ano de 2016 pelo Oxford Dictionary⁵,

5 Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>. Acesso em: 26/06/2019.

tendo como definição um adjetivo relacionado à circunstância em que fatos objetivos são menos influentes para a construção da opinião pública do que a apelação a emoções e crenças pessoais⁶. Quando consideramos a afirmativa de Castells (2015) sobre a relação íntima entre redes de comunicação, internet e poder na sociedade em rede podemos compreender o porquê do surgimento da indústria da desinformação.

A indústria da desinformação é apontada por D’Ancona (2018, p. 46-48) como uma difusão sistemática de informações falsas por organizações não facilmente identificáveis em favor de grupos de interesse que se beneficiariam com um obscurecimento dos fatos, confusão e/ou controvérsia do público sobre determinado tema. Uma mácula da Aldeia Global de McLuhan (1964): mais informação, conexão e comunicação levaram à desinformação.

Percebe-se, portanto, a dupla fragilidade social ao ter-se instituições (política e mídia, principalmente) com credibilidade reduzida ao mesmo tempo em que também vivenciamos uma desvalorização da verdade e dos fatos. D’Ancona (2018) bem resume a interrelação proposta entre tecnologia, comunicação e sociedade: “Se a tecnologia digital é o hardware, a pós-verdade provou ser um software perigoso” (D’ANCONA, 2018, p. 58).

A indústria da desinformação tem impacto considerável na sociedade contemporânea. As eleições presidenciais de 2018, por exemplo, foram marcadas pelo número recorde de fake news utilizadas por ambos os lados concorrentes, segundo Brites e Porcello (2018). Antes dela, a eleição estado-unidense é objeto de estudo do próprio D’Ancona (2018, p. 19-40), que identifica ações coordenadas de desinformação que beneficiaram o então candidato Donald Trump, como a teoria conspiracionista Pizzagate⁷, por exemplo.

Estratégias comunicacionais ancoradas nas TIC’s contemporâneas, utilizando redes de comunicação para disputar o poder através de discursos e da deturpação da verdade, minando a credibilidade das instituições (e se aproveitando das prévias máculas delas), impactando a sociedade. O problema não é a disputa por poder, ela é natural e sempre existiu, o problema é a iminência da desinformação como atalho neste jogo. Como Castells (2015) aponta, a comunicação é elemento chave na disputa entre poder e contra-poder na sociedade em rede. Enquanto nos questionamos se vivemos uma distopia, esta indústria já faz suas primeiras vítimas: notadamente, a ciência.

O movimento anti-vacina

O infectologista Guido Carlos Levi (2013) publicou um estudo sobre as causas e consequências do movimento anti-vacina brasileiro, traçando um paralelo entre a Revolta da Vacina, que ocorreu em 1904 na cidade do Rio de Janeiro, até o momento contemporâneo. Embora similares, os momentos são distintos, pois, segundo o autor, os movimentos anti-vacina “tornaram-se predominantemente um fenômeno de classes sociais mais altas e de certos grupos intelectuais” (LEVI, 2013, p. 20). Justamente o acesso destas camadas sociais a recursos como TIC’s e métodos alternativos de medicina poderiam ajudar a explicar a sua adesão aos discursos anti-vacina.

Segundo Levi (2013, p. 11-12) as principais causas alegadas por indivíduos, pais ou responsáveis para negar a vacinação são filosóficos, médicos, religiosos e orientação médica. Também é apontada uma displicência, descuido ou ignorância dos indivíduos para tomar tal decisão, sendo que os dois primeiros podem ser apontados como maus-tratos ao menor⁸. Enquanto isso, os médicos que assumem resistência à vacinação se

6 Tradução nossa. No original: post-truth – an adjective defined as ‘relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief’.

7 Para saber mais, acesse: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/pizzagate-o-escandalo-de-fake-news-que-abalou-a-campanha-de-hillary/>. Acesso em 26/06/2019.

8 O Artigo 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069) estabelece que é obrigatória a vacinação das crianças e adolescentes nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 26/06/2019.

dividem em dois grupos: a) os radicais, contrários a qualquer forma de imunização, que alegam motivos filosóficos, religiosos e científicos para isto, e b) os seletivos, contrários a certos tipos de imunizações, que alegam motivos científicos para tal.

Os principais grupos não-religiosos que se opõem às vacinas identificados por Levi (2013, p. 13-14) são os quiropráticos, homeopatas, naturopatas e antroposóficos. Todas são áreas da saúde que são alternativas à medicina tradicional. Interessante notar que o acesso a estas áreas geralmente significa um custo por consultas e medicamentos receitados, configurando um mercado e uma disputa de poder cuja dinâmica pode sinalizar caminhos para explicar a origem de discursos de ataque à credibilidade das vacinas, medicina, empresas farmacológicas e órgãos de saúde governamentais.

Tanto D'Ancona (2018, p. 69), quanto Levi (2013, p. 40) e Vasconcellos-Silva et al (2015, p. 610) apontam o artigo⁹ de Andrew Wakefield et al., na revista inglesa *Lancet*, em 1998, como o percussor das principais teorias conspiracionistas sobre as vacinas. Em seu artigo, Wakefield e seus coautores relacionavam a síndrome de espectro do autismo com a vacina tríplice viral contra o sarampo, caxumba e rubéola. Após sua publicação, o artigo, dada a seriedade de suas possíveis consequências, foi contestado em sua metodologia, corpus e resultados por outros estudos, sendo refutado. Simultaneamente, surgiram acusações a Wakefield de que ele tinha conflito de interesses sobre o estudo, já que recebia pagamentos de advogados de grupos que processavam o governo por sequelas de vacinas e também possuía ele mesmo uma patente registrada de uma vacina alternativa à vigente.

Logo após, Wakefield teve sua licença de exercício da medicina revogada na Inglaterra, dez dos treze coautores retiraram suas contribuições da pesquisa e a revista a excluiu de seu acervo. No entanto, como aponta D'Ancona (2018), “o processo de verificação que o desacreditou era mais fraco do que o vírus do medo que ele injetou a corrente sanguínea do público” (D'Ancona, 2018, p. 69). A relevância de Wakefield para os movimentos anti-vacina fica evidenciada pelo documentário *Vaxxed*¹⁰, que foi realizado nos EUA, país de refúgio de autor, por um grupo anti-vacina e que usa Wakefield como fonte entre seus argumentos pseudocientíficos. Uma rápida pesquisa sobre o documentário mostra o tamanho de sua repercussão e seu posicionamento como discurso de contra-poder frente às organizações farmacêuticas e governos. Em seu site, a chamada principal diz: “From cover up to catastrophe” (Do acobertamento à catástrofe), indício claro do apelo emocional intrínseco à indústria da desinformação.

Como afirma Castells (1999, p. 43) “a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”. A penetrabilidade da internet é fator essencial, na atualidade, para o fenômeno social anti-vacina.

A comunicação do Ministério da Saúde

O Ministério da Saúde (MS)¹¹ é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros. Sua função primária é proteger e recuperar a saúde da população, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde, dando, assim, mais qualidade de vida ao brasileiro. O MS estabelece como sua missão:

Promover a saúde da população mediante a integração e a construção de parcerias com os órgãos federais, as unidades da Federação, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania (BRASIL,

9 Wakefield AJ, Murch S, Anthony A, Limel J, Casson DH, Dhillon AP, et al. Ileal – lymphoid – nodular hyperplasia, non – specific colitis, and pervasive development disorder in children. *Lancet*. 1998;351:637-41.

10 Para saber mais sobre, acesse: <https://vaxxedthemovie.com>. Acesso em 26/06/2019.

11 Para saber mais sobre, acesse: <http://portalms.saude.gov.br/acesso-a-informacao/institucional>. Acesso em 08/11/2018.

Para cumprir com tal missão, o MS utiliza-se da comunicação. Segundo Elizabeth Brandão (2009), o termo mais comumente utilizado para a comunicação na esfera pública realizada a fim de interesse público é comunicação pública. A adoção do termo, segundo a autora (2009, p. 9-10) se dá pela necessidade de superação de termos antigamente usados, principalmente antes da Constituição Federal de 1988 – a constituição cidadã, como comunicação governamental, comunicação política, publicidade governamental ou propaganda política. Estes antigos termos têm uma ligação semântica estreita com a prática comunicacional exercida nos governos anteriores à redemocratização, a de apenas informar com o propósito de persuasão, publicidade e/ou controle, utilizando-se, principalmente, da grande mídia para isto.

Comunicação pública, portanto, é uma terminologia “compatível com a nova realidade política do país, identificando a comunicação com uma prática mais democrática” (BRANDÃO, 2009, p. 9). A informação e a comunicação ocupam, assim, um papel central na democracia e na construção da cidadania. Márcia Duarte (2009), aponta que “o debate sobre a potencialidade da comunicação e, conseqüentemente, das novas mídias como rede possibilitadora do exercício de uma renovada democracia direta é permanente e deságua na questão da cidadania” (2009, p. 95). Esta perspectiva da comunicação pública como ambiente de exercício da cidadania e de vivência da democracia é equivalente ao pensamento de Jorge Duarte (2009) que afirma que “comunicação e cidadania são conceitos interligados, cujo crescimento e aperfeiçoamento reforçam a existência mútua” (2009, p. 113).

Embora Brandão (2009, p. 1-8) faça a distinção de cinco áreas diferentes de atuação e estudo de comunicação pública: governamental, política, científica, organizacional e comunicação da sociedade civil organizada, Marina Kaçouski (2012, p. 90) afirma que o Estado ocupa uma posição distinta dos demais atores sociais citados por possuir a obrigação legal de pautar sua comunicação pelo interesse público, além de suas ações exigirem transparência. Brandão (2009, p. 5) reforça que a comunicação pública legítima deve buscar despertar sentimento cívico; informar e prestar contas sobre as realizações do governo, divulgando programas e políticas que estão sendo implementadas; motivar e/ou educar, chamando a população para participar de momentos especiais da vida do país; proteger e promover a cidadania ou convocar os cidadãos para o cumprimento dos seus deveres.

A comunicação pública, logo, não se limita somente à disponibilização de informações pelas mídias – quer seja governamental, privada ou alternativa. Como Dominique Wolton (2011, p. 11-16) afirma, na era da internet, produzir informações e a elas ter acesso não significa mais comunicar. A comunicação pressupõe uma capacidade dialógica entre os entes, capacidade esta que dificilmente encontra espaço nos meios tradicionais de comunicação. Em tempos de desinformação, a informação ocupa papel central e a comunicação uma estratégia fundamental. Gil e Matos (2012, p. 161) afirmam que será preciso um prévio provisionamento da sociedade para a participação, não só informacional, mas técnico e contextual, para que a comunicação pública alcance uma manifestação que verdadeiramente inclua e dialogue com os atores sociais.

A grande relação histórica da comunicação pública exercida por governos com a grande mídia pode ser explicada pelo grande alcance de seus meios. Entretanto, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD-C) 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é crescente o acesso à internet, ou seja, na sociedade em rede, a internet caminha para uma presença cada vez maior. O relatório aponta que 74,9% dos domicílios tem acesso à internet, contra 69,3% da pesquisa anterior, e que, nestes lares, 98,7% usavam o celular para acessar a rede. Estes dados ressaltam a grande penetrabilidade da internet e a predominância do celular para este fim. É relevante apontar que, conforme o relatório Global Digital Report

2019, das agências Hootsuite e We Are Social, os celulares também são os meios mais utilizados para acesso a aplicativos de redes sociais, com 66% da população brasileira usando redes sociais - aproximadamente 140 milhões de pessoas, e 61% acessando-a através de celulares - aproximadamente 130 milhões de pessoas. O tempo médio gasto na internet é 9h 29m, com redes sociais é de 3h 34m.

Considerando estes dados e constatando o poder da comunicação nas redes, tem-se um espaço propício para o exercício da comunicação pública dialógica, pois ele permite expressão e é preenchido cada vez mais pela população. Porém, assistimos ao mau uso deste meio pela indústria da desinformação. Talvez, pela própria natureza dialógica e livre que a internet possui em suas redes sociais, os indivíduos que aderem ao discurso anti-vacina considerem-se portadores de um conhecimento autêntico proveniente de debate e pesquisa. Enquanto eles próprios constroem um entendimento mútuo em suas redes, assistem a mensagens de massa midiáticas na tv pelo Ministério da Saúde, sem um diálogo adequado.

O MS é uma instituição cuja amplitude da esfera comunicacional nos impede de analisá-la neste trabalho em sua totalidade. O órgão veicula publicidade em diversos meios, possui uma assessoria de comunicação responsável por produzir conteúdo digital e impresso, realizar eventos, realizar assessoria de imprensa, entre outros serviços. Porém, dada a natureza de seu objeto, o Ministério da Saúde possui um histórico de difusão de informações em massa. Esta lógica comunicacional encontra pouco espaço na sociedade em rede, onde a produção de sentido é mais relacional do que institucional.

Vasconcelos-Silva et al. (2015) analisaram o processo de produção de sentido e de tomada de decisões de grupos anti-vacina no contexto da internet. Segundo os autores, a constante midiática (não só pela internet, mas também pela grande mídia) de notícias que ameaçam sua saúde e de seus próximos cria uma ansiedade por respostas e soluções nos indivíduos. Esta ansiedade encontra uma válvula de escape:

A popularização da internet e das redes sociais virtuais como fonte de consumo de informações sobre saúde, segue em paralelo à sua expansão como recurso para publicação de discursos e verdades de múltiplas e, não raro, dissonantes versões e origens (VASCONCELLOS-SILVA et al., 2015, p. 612).

Em um ambiente onde a lógica de relevância não se dá por fatos, mas por emoções que despertem interesse, a credibilidade pode ser construída do zero. A ansiedade gerada pela emoção de iminente ameaça à vida despertada pelas mensagens de apelo emocional exige uma resposta dos indivíduos ou responsáveis. Segundo Vasconcellos et al. (2015), a realidade construída nestas redes leva em consideração o peso da administração do cotidiano (os indivíduos não têm muito tempo para dedicar ao assunto) e pelo anseio por certezas racionalizadas que reduzam ou eliminem a complexidade do decidir. A mensagem apelativa e de respostas fáceis obedece tanto à lógica das redes quanto à ansiedade identificada pelos autores. Se as psicotecnologias, como Kerckhove (2009) aponta, conseguem conectar a mente humana à rede, podemos pressupor que esta conexão traria por extensão toda sorte de fragilidades emocionais humanas. No contexto da sociedade em rede, presenciamos interações emocionais em escala inédita, que também replicam consequências negativas destas interações.

A tradicional lógica de comunicação governamental, aquela que se utiliza da grande mídia para apenas informar e tentar persuadir a população pode encontrar resistência em atingir este tipo de indivíduo. Cercado de informações, ele é obrigado pela ansiedade de morte a fazer escolhas quando não tem tempo para estudar o assunto. Com acesso a redes de comunicação que o colocam em contato com outros indivíduos com pensamentos semelhantes e mensagens de apelo emocional e respostas simples, ele adere a um discurso que questiona a credibilidade das instituições tradicionais e estabelece novas “verdades”:

As ações racionais do consumidor em saúde se dão em condições de crescente credibilidade da internet nas questões de proteção e manutenção da vida saudável perante novas e inúmeras bioameaças que se apresentam. Na perspectiva de consumidores de informação em saúde, no vácuo das certezas, é mais prudente se unir aos rostos célebres e biografias que soam familiares do que, ao contrário, se orientar às médias das estatísticas oficiais, indeterminadoras e intangíveis por natureza. (VASCONSELLOS-SILVA et al., 2015, p. 613)

A sociedade em rede chegou ao ponto da pós-verdade. Vivemos um pandemônio comunicacional onde as aclamadas TIC's foram sequestradas pela indústria da desinformação para quaisquer fins. As redes de comunicação, que deveriam servir de resistência e remédio para este problema, se mostraram uma faca de dois gumes, pois também foram apropriadas por indivíduos que difundem fake news por diversos motivos. Vindo de uma tradição que instrumentaliza a comunicação e a enxerga de forma limitada, o Ministério da Saúde se vê em posição de enfrentar algo que ganha força em um ambiente que ocupa as mais modernas maneiras de se comunicar. Assim, a questão problema central deste trabalho é como o MS têm buscado combater comunicacionalmente o fenômeno social anti-vacinação?

Metodologia e Análise

Define-se esta pesquisa como do tipo descritiva, de cunho qualitativo. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. A metodologia inclui pesquisa bibliográfica acerca dos conceitos relacionados ao tema em suas interrelações: Desinformação, Comunicação Pública, Sociedade em Rede, além de artigos e estudos relacionados ao tema. O estudo engloba ainda pesquisa documental que, conforme Gil (2008), embora se assemelhe à pesquisa bibliográfica, vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Foram utilizados também relatórios e dados que tangenciam o assunto, como a PNAD-C 2017, o Global Digital Report 2019 e relatórios oficiais.

O recorte do objeto é o site oficial do Ministério, eixo central da estratégia comunicacional digital do órgão que reúne conteúdo, notícias e canais de contato. Redes sociais, comunicação visual, eventos, parcerias, e outras ações não fazem parte do escopo da pesquisa. Realizou-se o mapeamento do site¹² para identificar os locais em que o tema vacina era abordado. Após estes locais terem sido identificados, eles foram visitados para a realização de uma análise da natureza comunicacional, tomando como amostra o conteúdo disponível no momento da visita. Foram identificadas duas páginas que, por sua vez, agregavam mais subpáginas sobre o tema.

A maior - e mais relevante - é a página exclusiva para vacinação (dentro da página “Saúde de A a Z”), que possui as subpáginas “Importância da vacinação”, “Calendário de vacinação”, “Segurança das vacinas”, “O que precisa?”, “Orientações”, “Viajantes”, “Páginas temáticas” e “Fake News”. A página “Vacinação” possui caráter informativo, buscando esclarecer dúvidas e incentivar a vacinação.

Figura 1: Print da página Vacinação do site do Ministério da Saúde.

12 Ver Anexo I.



Fonte: Site do Ministério da Saúde.

A subpágina “Páginas temáticas” disponibiliza conteúdo relativo a cada vacina específica, em tópicos. Na página geral são disponibilizadas, também, publicações e dados sobre a situação da vacinação brasileira, relatórios epidemiológicos das doenças cobertas pelas vacinas, manuais de manejo dos medicamentos, organização de equipes de saúde, gestão processual, etc. Nela também foram encontradas as reproduções das campanhas publicitárias de incentivo à vacinação veiculadas pelo Ministério da Saúde, com uma listagem em carrossel das mais recentes. A natureza da comunicação desta página, de caráter informativo e educativo, cumpre seu papel enquanto discurso de uma instituição pública responsável pela saúde. Embora necessária, ela talvez possa ser apenas suficiente para servir de maneira referencial àqueles que já dão credibilidade ao órgão. Em outras palavras, ela diz a quem lhe quer escutar. Porém, como Castells (2015) lembra, os discursos de contra-poder estão municiados dos mesmos meios que as instituições, e as usam para disputar a confiança. A Aldeia Global prenunciada por McLuhan (1964) traz, de fato, uma comunicação tribal, mas, neste caso, quem grita mais alto ganha a atenção da tribo. Pressupõe-se que um indivíduo que crê no discurso anti-vacina não irá visitar esta página buscando informações para embasar sua opinião. Tampouco pode-se supor que a natureza da comunicação exercida nela tem poder de mudar sua opinião.

Figura 2: Print da listagem de campanhas publicitárias.

Campanhas publicitárias sobre vacinação



Fonte: Site do Ministério da Saúde.

Na subpágina “Fake News” identificamos o portal Saúde sem Fake News¹³ com acesso para um tópico

13 Para saber mais, acesse: <http://www.saude.gov.br/fakenews>. Acesso em 20/06/2019.

próprio com informações sobre o programa, regras de utilização do portal e link para notícias no blog geradas graças a ele. O Saúde Sem Fake News é um canal de checagem de notícias falsas sobre a saúde. O MS disponibiliza um número de Whatsapp para onde usuários da plataforma podem encaminhar notícias que desconfiam ser fake news. Após uma triagem que avaliará se a mensagem serve ao intuito do portal, a equipe encaminhará a notícia para um setor responsável dentro do próprio Ministério que possui autoridade no assunto. Após o esclarecimento, sem prazo definido, será veiculada uma notícia no Blog da Saúde, informando a fake news geradora e o esclarecimento. Ao usuário denunciante, é enviada uma figurinha (sticker) informando se a notícia é falsa ou verdadeira. As regras de uso da plataforma deixam claro que esta é a única finalidade dela e que não aceita perguntas, reclamações ou algo do tipo.

Em um estudo recente, Monali e Bertolli Filho (2019) analisaram o portal, buscando identificar o teor discursivo das fake news usadas como base nas notícias publicadas.

O perfil de fake news que pode ser traçado diante dos dados obtidos pelo canal de comunicação é o de uma mensagem que opta por palavras que remetem aos termos “perigo”, “ameaça” e “cura”, o que pode estar relacionado a espetacularização da doença e a propagação de soluções para problemas cotidianos dos cidadãos. Outra característica é a utilização de adjetivos, algo que não está presente na rotina jornalística, e a busca pela proximidade com o público por meio do texto, do áudio, do vídeo ou da foto (MONELI; BERTOLLI FILHO, 2019, p. 183).

É notável a coerência destes resultados com o proposto por D’Ancona (2018) e Vasconcellos-Silva et al (2015), que indicam a apelação às emoções, principalmente negativas, de fake news, assim como a simplificação da realidade complexa para uma linguagem mais cotidiana.

Segundo Moneli e Bertolli Filho (2019, p. 184), a plataforma recebeu 3.860 mensagens nos seus três primeiros meses de existência, gerando 33 notícias. Somado à natureza processual do portal, que é passiva, este dado demonstra uma falta de incisividade em relação ao problema. O cidadão precisa, além de aprender a usar canais de checagem, usar a internet de forma consciente com o intuito de combater notícias falsas. Moneli e Bertolli Filho (2019) concluem que é necessária, portanto, a criação de outros mecanismos que proporcionem a diminuição da circulação deste tipo de conteúdo na internet.

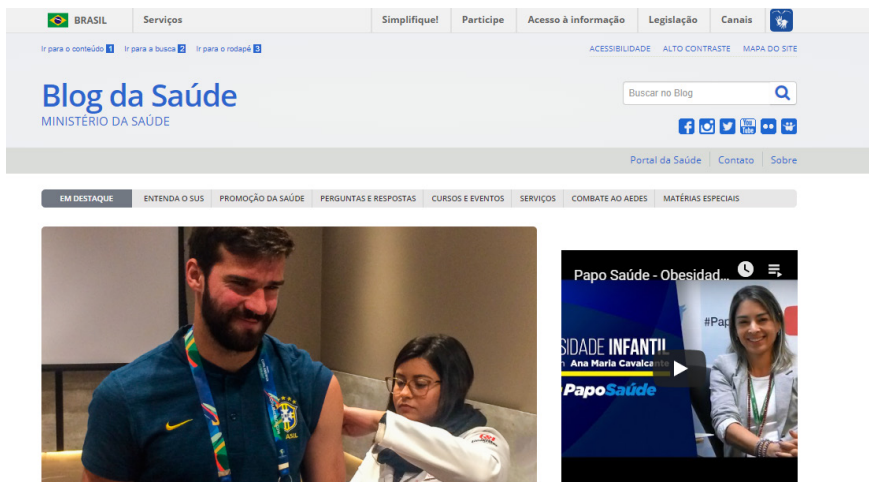
Figura 3: Print da página do Saúde Sem Fake News no site do Ministério da Saúde.



Fonte: Site do Ministério da Saúde.

A segunda página que aborda o tema vacinação é o Blog da Saúde¹⁴. O Blog veicula notícias e informações sobre diversos subtemas da saúde, inclusive vacinação. Além de servir, é claro, como portal de esclarecimento de notícias falsas provenientes do portal Saúde Sem Fake News. Nele também são encontrados conteúdos institucionais, produção audiovisual do Ministério, conteúdos e programas provenientes de outras plataformas, como o Youtube e o Facebook, notícias sobre eventos promovidos, eventos dos quais o MS é participante, parcerias firmadas, etc.

Figura 4: Print do Blog da Saúde, no site do Ministério da Saúde.



Fonte: Site do Ministério da Saúde.

D’Ancona (2018) aponta que agências de checagem dificilmente serão capazes de conter o problema da desinformação. A lógica de consumo de notícias na internet privilegia a repercussão acima da credibilidade. Embora seja fundamental a presença discursiva do Ministério da Saúde com notícias que possam marcar presença na disputa pela confiança e poder, o Blog da Saúde também corre o risco de somente falar a quem o quer ouvir.

Após a análise destas páginas, foram identificadas ações de incentivo à vacinação da seguinte natureza: 1) informacional; 2) educativa; 3) publicitária; 4) noticiosa. Distinguimos, contudo o portal Saúde Sem Fake News dessas categorias, dada a sua natureza inovadora e transversal a elas.

A presença do Ministério em um meio de comunicação que é utilizado para difusão de fake news é um ponto forte, embora seu efeito esteja aquém do necessário. As iniciativas de caráter informacional obedecem ao critério de disponibilização e, por vezes, um teor institucional, o que dificilmente surtiria efeito na sociedade em rede em que a indústria da desinformação atua. Dados crus e complexos não têm o mesmo apelo que mensagens emotivas e simplificadas no contexto digital. Os conteúdos de caráter educativo pressupõem a predisposição dos cidadãos em acessar, confiar e consumir este conteúdo. Boa parte, inclusive, se destina somente a profissionais envolvidos na área da saúde. As campanhas publicitárias cumprem o objetivo de difusão de mensagens pela mídia tradicional e por mídias alternativas, mas seu caráter de comunicação de massa obedece mais a critérios quantitativos do que qualitativos. Os conteúdos noticiosos são importantes, principalmente em associação ao Saúde Sem Fake News, mas também se escoram na credibilidade do órgão, se destinando ao público que confia nele e em seus discursos.

14 Para saber mais, acesse: <http://www.blog.saude.gov.br>. Acesso em 26/06/2019.

Todas as iniciativas têm seu mérito, a proliferação do discurso oficial e científico sobre o tema deve existir. Mas elas parecem estar presas em um círculo comunicacional vicioso, que só considera a perspectiva da Instituição, alheia à dinâmica da desinformação. “A verdade será abafada a menos que seja ressonante” (D’Ancona, 2018, p. 115). Informações, notícias e um canal passivo para lidar com o tema não parecem ser eficientes para o caso. A única presença do órgão que tangencia o diálogo entre cidadão e público é passiva, pouco dialógica e com uma relação recebimento/produção baixa.

Se as psicotecnologias, como aponta Kerckhove (2009), são capazes de estender a psiquê humana aos ambientes digitais, a interação entre estas psiquês interligadas na internet é um ambiente que causa problemas como o objeto deste trabalho, e é este ambiente que deve ser alvo da comunicação do Ministério, a esfera relacional e dialógica da internet. É nesta esfera onde a desinformação prolifera às custas da credibilidade das instituições que o Ministério deve adicionar esforços comunicacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Façamos a ressalva de que a crise de credibilidade pode também ser originada pelas falhas e omissões das próprias instituições, que podem ser de menor grau, como a inconstância comunicacional do Estado ao longo do tempo (BRANDÃO, 2009), ou de maior grau, como a distorção informacional pela grande mídia. Conforme aponta D’Ancona (2018, p. 45), “quando os fiadores da honestidade vacilam, o mesmo acontece com a verdade”. A verdade, portanto, está em crise de mãos dadas com a credibilidade das instituições, cujos erros e ausências abriram espaço para o surgimento de narrativas que maculam ainda mais a sociedade.

O século XX deixou como herança um sistema de instituições baseadas em regras e em evolução gradual; e uma hierarquia de conhecimento e autoridade, em que entidades representativas interagem com o Estado de acordo com protocolos comprovados. Hoje, essa estrutura está sendo desafiada por uma malha de redes vinculadas não por laços institucionais, mas pelo poder viral da mídia social, do ciberespaço e dos sites, que se deleitam em sua repugnância em relação à grande mídia”. (D’ANCONA, 2018, p. 63)

A complexidade do problema nos mostra que ele não pode ser resolvido apenas com transmissão de informação. A própria raiz do problema nutre-se da desconfiança das instituições, fazendo da enunciação das verdades institucionais um tiro de pólvora seca. Se a desconfiança, portanto, é alimentada pela desinformação – instrumentalizada por fake news, a intervenção do ato comunicacional de desinformação parece ser o caminho mais evidente para solucionar o problema urgente. Como se trata de um problema social, outras instituições além do Ministério são essenciais para o debate e devem ser chamadas para ajudar a resolver o problema.

Ao prevenir que o público em geral receba este tipo de conteúdo, contudo, ações deste tipo também podem obter sucesso. Porém, iniciativas como a do Facebook e do Youtube, que bloquearam e restringiram conteúdos relacionados à desinformação¹⁵, podem reforçar o argumento conspiracionista de perseguição da “verdade” por interesses sombrios. A lógica relacional da rede confirma esta tendência de buscar confirmações de crenças entre pares. Esta reafirmação dos argumentos leva ao abandono do meio, mas não da convicção, e a busca por novas plataformas que ainda aceitem seus ambientes comunicacionais. Corre-se, ainda, o risco de estes novos “clubinhos secretos” serem ainda mais atraentes por sua subversão à suposta tirania dos que os querem calar sua “verdade”.

15 Para saber mais, acesse: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/07/02/facebook-e-youtube-afirmam-que-estao-tomando-medidas-contra-versoes-falsas-sobre-tratamentos-de-saude.ghtml>. Acesso em 03/07/2019.

A abertura de agências de checagem de notícias dentro e fora de redações jornalísticas¹⁶ operam como uma contenção do problema. Estas instituições padecem de credibilidade entre o público que consome este tipo de conteúdo, de forma que eles provavelmente nem procurarão estes órgãos para consumir informação e, se o fizerem, será de forma extremamente crítica.

Se o ato de comunicar, na sociedade em rede contemporânea, tem o poder de danificar o tecido social com tanta ou mais força quanto atos terroristas ou assassinatos, porque não tipificar o mau ato comunicacional como crime? Na sociedade em rede, o mau ato comunicacional pode arruinar reputações pessoais, destruir empresas ou, como no estudo em tela, ameaçar a saúde pública. Se a comunicação é um poder na sociedade em rede, este pode deve ser passível de *accountability*. Talvez a regulamentação de medidas punitivas legais para indivíduos e organizações que disseminem desinformações por meios públicos seja um caminho. De fato, iniciativas nesse sentido já estão surgindo¹⁷.

Então, como recuperar a credibilidade de mídia e governos? Uma possível solução pode ser a criação de entidades reguladoras com participação popular, responsáveis por fazer uma constante vigilância pela ética e compromisso com a verdade, prevendo punições e explanação pública em caso de descumprimento. Embora existam órgãos diversos em suas respectivas esferas, geralmente esta observância é feita por pares ou subordinados, que podem encontrar dificuldades em julgar uns aos outros. Estas entidades vigilantes devem possuir representação popular, cujos representantes possuam poder comunicativo e de denúncia legal.

A comunicação pública do tipo científica, realizada pela imprensa, institutos de pesquisa, universidades, etc. deve ser aperfeiçoada. D’Ancona (2018, p. 110-111) lembra que é fácil para instituições sérias confundir dados com verdade, mas que, embora dados permeiem a verdade, eles não são a mesma coisa. A pós-verdade é um fenômeno emocional, diz respeito mais à nossa atitude em relação à verdade do que à verdade. Assim, é claro que para combater o problema, a resposta deve ser, além de racional, emocionalmente inteligente. E, na sociedade em rede, para ser uma solução emocionalmente inteligente, ela deve ser também comunicacionalmente inteligente.

É importante apontar que todas essas ações devem ser executadas aos olhos públicos e com vistas à cidadania e à democracia. Ou correm o risco de facilmente serem convertidas em instrumento de censura por aqueles no poder. D’Ancona (2018) defende a imprescindibilidade da participação cidadã nesta solução, apontando que o combate à pós-verdade não deve ser feito de cima para baixo. Segundo o autor, “os únicos motores confiáveis de mudança são os próprios cidadãos” (D’ANCONA, 2015, p. 126). Novamente, conforme Castells (2015), a comunicação deve ser visada pelo cidadão como meio para construir uma realidade melhor, mesmo que nossa concepção de uma realidade melhor seja limitada pela realidade que vivemos. A passividade não é uma opção. A participação cidadã deve ser primordial.

A educação digital, ademais, parece ser o caminho mais eficiente a longo prazo para exponenciar a possibilidade de uma sociedade comunicacionalmente saudável. D’Ancona afirma que “ensinar a navegar na web com discernimento é a missão cultural mais urgente de nossa época” (2018, p. 101). No entanto, ela carece de pragmatismo e ações urgentes são necessárias para que possamos não somente estancar ou prevenir o problema, mas também remediar o dano corrente.

REFERÊNCIAS

16 Para saber mais, acesse: <https://theintercept.com/2018/06/29/facebook-google-fake-news/>. Acesso em 03/07/2019.

17 O Projeto de Lei nº 473 (em tramitação) prevê detenção, de seis meses a dois anos, e multa, para quem divulga notícia que sabe ser falsa e que possa distorcer, alterar ou corromper a verdade sobre informações relacionadas à saúde, à segurança pública, à economia nacional, ao processo eleitoral ou que afetem interesse público relevante. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131758>. Acesso em 03/07/2019.

- BRANDÃO, Elizabeth. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). Comunicação Pública: Estado, mercado sociedade e interesse. -2. ed. - São Paulo: Atlas, 2009.
- BRITES, F.; PORCELLO, F. Verdade x Mentira: A ameaça das fake news nas eleições de 2018 no Brasil. In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, 2018, Joinville. São Paulo: Intercom, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/184434/001078994.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03/01/2018.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. O poder da Comunicação. São Paulo/Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 2015.
- CASTIEL, Luis; GRIEP, Rosane; VASCONSELLOS-SILVA, Paulo. A sociedade de risco midiaticizada, o movimento antivacinação e o risco do autismo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(2):607-616, 2015.
- D'ANCONA, Matthew. Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Ed. Faro Editorial, Barueri, 2018.
- DUARTE, Jorge (org.). Comunicação Pública: Estado, mercado sociedade e interesse. -2. ed. - São Paulo: Atlas, 2009.
- DUARTE, Marcia. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, Jorge (org.). Comunicação Pública: Estado, mercado sociedade e interesse. -2. ed. - São Paulo: Atlas, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo. Ed. Atlas, 2008.
- GIL, Patrícia G.; MATOS, Heloiza. Quem é o cidadão na comunicação pública? In: Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. Heloiza Matos (org.). São Paulo, ECA/USP, 2012.
- HOOTSUITE; WESOCIAL. Global Digital Report 2019. Disponível em: <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>. Acesso em 26/06/2019.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Contínua 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf. Acesso em 26/06/2019.
- KERCKHOVE, Derrick de. A Pele da Cultura. 2009. São Paulo. Ed. Annablume.
- KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. Heloiza Matos (org.). São Paulo, ECA/USP, 2012.
- LEVI, Guido. Recusa de vacinas: causas e consequências. São Paulo: Segmento Farma, 2013.

McLUHAN, Marshall. Os Meios de comunicação como extensão do homem. Tradução de Décio Pignatari. Editora Cultrix São Paulo, 1964.

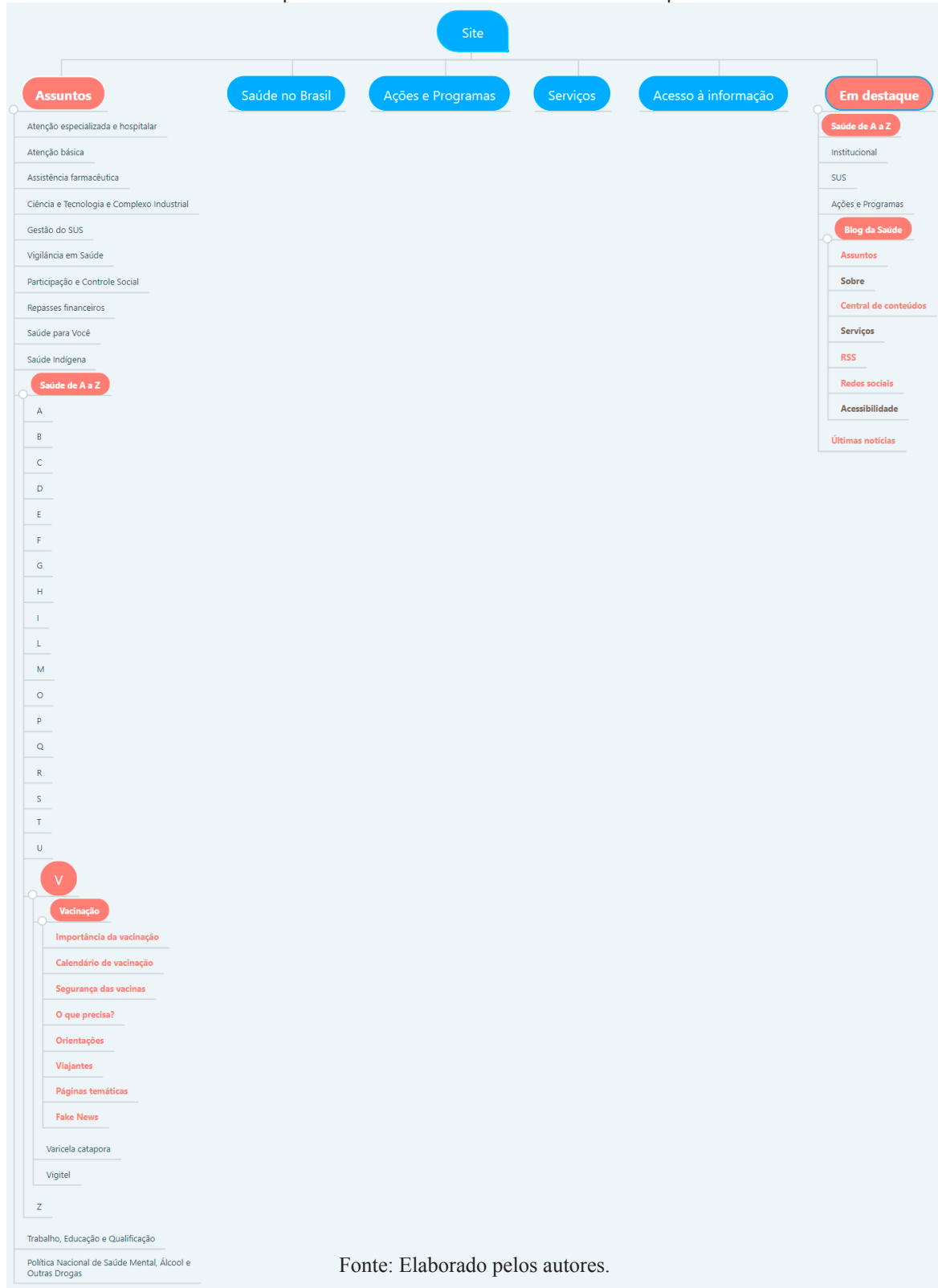
MONARI, Ana Carolina; BERTOLLI FILHO, Claudio. Saúde Sem Fake News: Estudo e caracterização das informações falsas divulgadas no canal de informação e checagem de fake news do Ministério da Saúde. Revista Mídia e Cotidiano. Volume 13, Número 1, abril de 2019.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2. d., 2005 224p.

TREMBLAY, Gaëtan. De Marshall McLuhan a Harold Innis ou da Aldeia Global ao Império Mundial. Revista FAMECOS • Porto Alegre • nº 22 • dezembro 2003 • quadrimestral. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3228/2492>. Acesso em 20/06/2019.

WOLTON, Dominique. Informar não é comunicar. Ed. Meridional/Sulina, Porto Alegre, 2011.

Anexo 1: Mapa do site do Ministério da Saúde com destaques do tema.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Organizadores

Claudomilson Fernandes Braga: Pós-Doutor em Psicologia pela PUC-GO. Docente do Curso de Relações Públicas da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás- FIC-UFG. E-mail: claudomilson_braga@ufg.br



Simone Antoniaci Tuzzo: Pós-Doutora e Doutora em Comunicação pela UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Curso de Relações Públicas da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás- FIC-UFG. E-mail: simonetuzzo@ufg.br; www.simonetuzzo.com



Carlos Henrique Martins: Professor, Mestre em Comunicação e graduado em Relações Públicas pela UFG – Universidade Federal de Goiás. Especialista em Liderança e Gestão Empresarial (IPOG) e Especialista em Processos e Produtos Criativos pela Faculdade de Artes Visuais – UFG. Professor na EGG - Escola de Gente e Gestão. E-mail: carlos@carlosmartins.biz

